

Aula 00

*Contabilidade Avançada p/ TCM-SP
(Agente de Fiscalização - Ciências
Contábeis)-Pós-Edital*

Autor:

Júlio Cardozo, Luciano Rosa

05 de Março de 2020

Sumário

1. Metodologia	5
1.1 - Conteúdo	5
1.2 - Questões de Concursos	6
1.3 - Resumos e Mapas Mentais	6
2. Apresentação Pessoal	7
3. Cronograma de Aulas	8
4. Perguntas Frequentes No Curso	9
5. Dicas Para Que Você Possa Aprender Contabilidade e Evoluir Na Disciplina	10
6. Redução Ao Valor Recuperável De Ativos.....	12
6.1 - Definições importantes sobre teste de recuperabilidade.....	15
6.2 - Passos Detalhados Para o Cálculo da Valor Recuperável.....	18
6.3- Periodicidade De Realização Do Impairment Test.....	21
7. O que Eu Tenho que Saber Até Aqui?	25
8. Identificação de Que Um Ativo Pode Estar Desvalorizado	25
9. Mensuração do Valor Recuperável	27
10. Valor Justo Líquido De Despesas De Venda	28
11. Valor De Uso.....	28
12. Base Para Estimativas de Fluxos de Caixa Futuros	29
13. Reconhecimento e Mensuração de Uma Perda Por Desvalorização	30
14. Perda Por Recuperabilidade de Ativos Reavaliados	31
15. Identificação da Unidade Geradora de Caixa à Qual Um Ativo Pertence	34
16. Valor Recuperável e Valor Contábil de Uma Unidade Geradora de Caixa	35
17. Reversão Da Perda Por Desvalorização	37



18. Divulgação.....	42
19. Questões Comentadas.....	42
19.1 - VUNESP.....	42
19.2 - FCC.....	54
20. Lista de Questões.....	97
20.1 - VUNESP.....	97
20.2 - FCC.....	101
21. Gabarito	118
22. Resumo	119



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, meus amigos. Como estão?

Sejam bem-vindos ao **Estratégia Concursos**, simplesmente o melhor curso preparatório para concursos do Brasil!

Temos a felicidade de apresentar a vocês o nosso curso de **Contabilidade Avançada**, com **TEORIA E QUESTÕES COMENTADAS**, para o cargo de **Agente de Fiscalização - Ciências Contábeis** do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP).

O edital foi publicado, a **banca** do concurso será a **VUNESP** e a prova objetiva será aplicada no dia 19/04/2020.

O edital oferta cadastro de reserva para o cargo de Agente de Fiscalização - Ciências Contábeis.

Lembrando que para concorrer a este cargo é preciso ter ensino superior completo no respectivo curso, bem como devido registro no respectivo órgão de classe.

Sobre a remuneração, grande interesse de todos, falamos que o vencimento básico para o cargo de Agente de Fiscalização é de **R\$10.818,37**. Ainda, Gratificação de Incentivo à Especialização e Produtividade – GIEP de **R\$ 8.011,16¹**.

A ementa de Contabilidade Geral é a seguintes:

Contabilidade Geral
Patrimônio: componentes patrimoniais: ativo, passivo e patrimônio líquido. Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. Contas patrimoniais e de resultado. Sistema de contas e plano de contas. Regime de competência e regime de caixa. Método das partidas dobradas. Escrituração de operações típicas. Variação do patrimônio líquido: Receita, despesa, ganhos e perdas. Apuração de resultados; critérios de controle de estoques (PEPS, UEPS e custo médio ponderado). Legislação societária: Lei nº 6.404/1976 e atualizações e legislação complementar. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pronunciamentos emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (NBC TGs). Estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis. Demonstrações contábeis obrigatórias, de acordo com o CPC 26 (R1): estrutura, características, elaboração, apresentação e conteúdo dos grupos e subgrupos; notas explicativas às demonstrações contábeis. Apresentação do balanço patrimonial. Demonstração do resultado. Demonstração dos fluxos de caixa (método direto e indireto). Demonstração do valor adicionado. Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Critérios de avaliação dos ativos e passivos. Ativos e passivos contingentes. Práticas contábeis, mudança nas estimativas e correção de erros. Eventos subsequentes. Ajuste a valor presente de direitos e obrigações. Redução ao valor recuperável de ativos. Ativo imobilizado e critérios de depreciação. Ativo intangível. Subvenções para investimento e assistência governamental. Custo dos empréstimos,

¹ A GIEP poderá ser concedida após seis meses de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho, na forma prevista no artigo 5º, da Lei Municipal nº 14.706, de 28 de fevereiro de 2008.



Contabilidade Geral

inclusive custos de transação. Operações descontinuadas. Arrendamento mercantil operacional e financeiro. Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Registro e divulgação de operações com partes relacionadas. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros. Grandes manutenções (paradas programadas). Reconhecimento do Imposto de Renda corrente e diferido. Capitalização dos encargos financeiros. Consolidação de demonstrações contábeis. Benefícios a empregados pós-emprego. Fusão, cisão e incorporação de empresas. Avaliação e contabilização de investimentos societários no país e no exterior. Reconhecimento de ágio e deságio em subscrição de capital. Destinação de resultado. Evidenciação contábil dos aspectos ambientais. Operações com joint-ventures. Usuários e suas necessidades de informação.

Vamos falar um pouco mais da nossa disciplina neste certame e de como ela deve aparecer na sua prova.

O primeiro aspecto digno de nota é que, num só edital, sob a máscara do título contabilidade geral, temos ao menos duas disciplinas: contabilidade geral e contabilidade avançada. Embora esta classificação se dê somente para efeitos didáticos, não deixam de ser subdivisões, ganhando volume no estudo.

Atenção! Cuidaremos aqui apenas da parte de Contabilidade Avançada, o conteúdo de Contabilidade Geral e Análise de Demonstrações Contábeis será ministrado em curso próprio.

Nesse concurso a nossa disciplina faz parte do Módulo de Conhecimentos Especializados. Ao todo, esse módulo terá 30 questões (Peso 2). Com base nas provas anteriores, estimamos 5 a 10 questões. Isso representaria, aproximadamente, **16% - 33% do total de pontos dessa prova**. Portanto, não resta dúvida de sua importância.

É relevante recordar que será cobrado uma pontuação mínima por módulo. Então, será preciso acertar ao menos 15 das 30 questões (50%). Mas, vocês, ao término do curso, se sentirão seguros a ponto de esquecer o mínimo e ver apenas o que precisam acertar para fechar a prova. Esse é o nosso compromisso com vocês!

Ainda, destacamos que em caso de empate na nota final no concurso, a maior nota no módulo de Conhecimentos Especializados será o terceiro critério de desempate.

Agora, falemos sobre a banca:

A VUNESP é uma banca que realiza muitos concursos no Estado de São Paulo, alguns de maior relevância (leia-se: maior salário e quantidade de inscritos) e outros pouco menores, como algumas Prefeituras, Câmaras Municipais, entre outros.

A banca gosta muito de explorar as demonstrações contábeis, como o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício.

Além disso, alguns pontos básicos são cobrados corriqueiramente, como equação patrimonial, a literalidade da Lei 6.404/76, lançamentos, classificação de contas e livros contábeis.



Dentre os Pronunciamentos, a VUNESP tem predileção pela Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade (CPC 00).

Em termos de dificuldade, a VUNESP é uma banca mais tranquila quando comparada à FCC, FGV e CESPE. Mas está longe de ser fácil. Por isso a saída é estudar!

1. METODOLOGIA

1.1 - Conteúdo

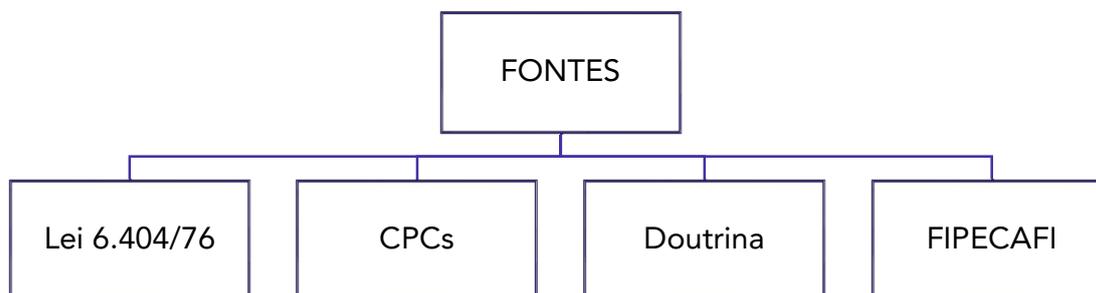
Quem conhece os cursos do Estratégia sabe que trabalhamos basicamente com a seguinte estrutura didática: [Livros Digitais em PDF \(Teoria e Questões\)](#) + [Vídeos Completos \(Teoria + Questões\)](#) + [Fórum de Dúvidas](#).

É muito importante que, em um primeiro momento, você leia o material escrito e, como forma de reforçar algum conteúdo, assista aos vídeos. É uma regra absoluta, professores? NÃO! Mas e a nossa sugestão para vocês, tudo bem?

A Contabilidade é uma ciência desafiadora, é verdade, e exigirá dedicação e comprometimento, mas temos certeza que isso não será problema para vocês.

Gostaríamos de ressaltar que nosso curso está 100% [atualizado](#) de acordo com:

- Lei 6.404/76: Também conhecida como Lei das Sociedades Por Ações (LSA) e pilar da Contabilidade.
- Principais pontos dos chamados Pronunciamentos Contábeis (CPCs), tema praticamente obrigatório em provas de concursos públicos e exames.
- Pontos necessários de doutrina e do Manual de Contabilidade Societária (FIPECAFI).



1.2 - Questões de Concursos

Além da teoria, para o aprendizado da contabilidade é essencial a resolução exaustiva de questões de provas anteriores. Além de ajudarem na fixação do conteúdo, as bancas tendem a repetir os enunciados.

Por disso, ao longo do conteúdo teórico, apresentaremos uma série de questões, de forma didática, para demonstrar como o tema é cobrado em provas. Temos questões apresentadas ao longo da exposição teórica, como fixação de conteúdo, e no final de cada aula, uma carga extra de exercícios para treinamento.

1.3 - Resumos e Mapas Mentais

Adicionalmente, ao final de cada aula, apresentaremos um resumo simples do que foi abordado no conteúdo teórico e, ainda, mapas mentais, na área do aluno, para ajudar na fixação do conteúdo.

Essas duas ferramentas são apresentadas sem prejuízo do resumo completo que é disponibilizado na área do aluno do Estratégia Concursos.

É assim que conduziremos os nossos cursos! Uma forma que está auxiliando diversas pessoas a conseguirem aprovação nos mais diversos certames. Agora, permita-nos fazer uma pequena apresentação pessoal.



2. APRESENTAÇÃO PESSOAL

Meu nome é **Luciano Rosa**, sou **Agente Fiscal de Rendas da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo**, e professor de contabilidade para concursos no site do Estratégia.

Coautor do livro **Contabilidade Avançada Facilitada para Concursos** – Teoria e questões e mais de 200 questões comentadas, livro baseado nos Pronunciamentos Contábeis emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, publicados pela **Editora Método**.

Meu nome é **Silvio Sande**, sou graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Visconde de Cairu na Bahia e sou professor de **Contabilidade Geral, Contabilidade Avançada, Contabilidade de Custos e Análise das Demonstrações Contábeis** aqui no Estratégia Concursos.

Meu nome é **Julio Cardozo**, e sou professor das disciplinas de **Contabilidade Geral, Avançada, de Custos e Perícia Contábil** aqui no Estratégia Concursos.

Atualmente sou **Auditor Fiscal do estado do Espírito Santo** e trabalho diretamente na fiscalização de ICMS. Fui sargento da Força Aérea Brasileira, controlador de tráfego aéreo, por 14 anos, tendo ingressado no serviço público com 17 anos de idade.

Vejam que somos três professores totalmente dedicados à sua aprovação.

Sigam as nossas redes sociais para muitas e muitas dicas de contabilidade para concursos:

Facebook: **Contabilidade para Concursos – Grupo de Estudos**

Instagram: **@profjuliocardozo, @contabilidadeconcurso e @prof.silviosande**



3. CRONOGRAMA DE AULAS

Vejam os a distribuição das aulas:

AULA	CONTEÚDO
Aula 0	CPC 01
Aula 1	CPC 04 – Ativo Intangível
Aula 2	CPC 08
Aula 3	CPC 06 - Arrendamento mercantil operacional e financeiro
Aula 4	CPC 24 Eventos subsequentes
Aula 5	CPC 25 Ativos e passivos contingente
Aula 6	CPC 31 Operações descontinuadas.
Aula 7	CPC 23 Práticas contábeis, mudança nas estimativas e correção de erros
Aula 8	CPC 02 - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.
Aula 9	CPC 32 - Reconhecimento do Imposto de Renda corrente e diferido. Capitalização
Aula 10	CPC 18 - Avaliação e contabilização de investimentos societários no país e no exterior. Reconhecimento de ágio e deságio em subscrição
Aula 11	CPC 00 – Estrutura Conceitual
Aula 12	CPC 15 – Combinações de Negócios
Aula 13	CPC 36 – Demonstrações Consolidadas
Aula 14	CPC 12 – Ajuste a Valor Presente

Caso seja necessário, alguma alteração pode ser necessária, por isso, é importante acompanhar sempre a área do aluno.

Luciano Rosa/Silvio Sande/Julio Cardozo

Quaisquer dúvidas, falem com a gente.

Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória

é o desejo de vencer. (Gandhi)



4. PERGUNTAS FREQUENTES NO CURSO

1 – Professores, devo começar pelo PDF ou pelos vídeos?

Resposta: Faça o teste na aula 00 e veja o que melhor funciona para você. De maneira geral, entendemos que ser mais proveitoso começar pelo PDF, pois, além de mais completos, podemos ter um avanço mais rápido e eficiente no curso. Caso algum assunto fique meio travado no PDF, recorra aos vídeos como apoio. É normal que na nossa jornada de estudos a gente passe por fases, sabiam? Às vezes estamos com mais vontade de estudar os PDFs e outros momentos queremos os vídeos. Isso é perfeitamente normal, acredite! O importante é que seu estudo seja sempre ATIVO e contínuo.

2 – Professores, há necessidade de utilizar um livro para complementar?

Resposta: Não. O nosso curso é completo. Para isso disponibilizamos PDF + Vídeos + Fórum de dúvidas + Mapas Mentais + Resumos + Slides + Questões da banca.

3 – Professores, há necessidade de imprimir os Pronunciamentos Contábeis - CPCs para leitura seca?

Resposta: Não. E nem é recomendável. As normas em geral são muito grandes e técnicas. O concurseiro dificilmente terá o *feeling* para entender aquilo que realmente será cobrado e quais os temas pelos quais a banca tem predileção. Portanto, tudo o que você precisa saber sobre os CPCs está no curso.

4 – Professores, em que parte termina a contabilidade geral e começa a avançada?

Resposta: Hoje, não há mais rigor nessa distinção. As bancas entendem que contabilidade geral já contém os chamados Pronunciamentos Contábeis (que seriam a parte de Contabilidade Avançada). Todavia, costumamos dizer que a Contabilidade Geral hoje contempla a parte inicial até a Demonstração dos Fluxos de Caixa.



5. DICAS PARA QUE VOCÊ POSSA APRENDER CONTABILIDADE E EVOLUIR NA DISCIPLINA



Antes de começar a aula propriamente dita, vamos deixar aqui algumas dicas para que vocês possam melhorar/iniciar os estudos de contabilidade. Leia com atenção!

Dica 1: Saiba o que cai na sua prova e qual a extensão.

Tenha o costume de SEMPRE ler o seu edital para saber o que será exigido. Isso é um compromisso seu como aluno. Nós, professores, também fazemos isso para prepararmos um curso direcionado e na medida que você precisa para sua prova. Mas você precisa fazer a sua parte.

Dica 2: Tenha em mente que a disciplina por vezes é complexa (não há como negar isso) e a perfeita compreensão para concursos demanda tempo e paciência.

No começo do curso, muita gente se queixa que não entende o funcionamento de alguns conceitos e convenções. Acreditem, é perfeitamente normal. Estudar Contabilidade exige amadurecimento, paciência e dedicação! “Mas importante do que a velocidade, é a direção”.

Dica 3: Saiba que a Contabilidade é uma ciência com convenções próprias e vocabulário próprios.

Algumas expressões, verbos, convenções são próprios da Contabilidade. Assim, tenha mente aberta para “aceitar” algumas ideias e entenda que, em certas situações, será necessário deixar “pré-conceitos” de lado.

Um exemplo clássico: Débito não significa necessariamente alguma coisa ruim e crédito não significa coisa boa. Quando começar os estudos, saiba que essas palavras são utilizadas na disciplina com sentido peculiar. Por favor, nos dê esse voto de confiança.

Verbos como realizar, incorrer, transcorrer, apropriar serão apresentados a você nessa jornada e possuem significado especial para a Ciência Contábil.

Dica 4: Um passo de cada vez.

A disciplina é demasiadamente EXTENSA, interligada e o curso está estruturado para ser bem gradual, passo a passo. Os assuntos são dependentes e, alguns conceitos são apresentados de maneira inicial em uma aula e aprofundados em outras, caso seja necessário para você. Há assuntos que você verá na aula 00 que só serão tratadas com profundidade na aula 03, por exemplo.

Dica 5: Conheça a banca que fará a sua prova. Cada uma das bancas tem um estilo peculiar de cobrança.



Hoje, podemos dizer seguramente que cada uma das principais bancas cobra a matéria de seu modo. Então, é imperativo conhecer os principais temas cobrados por cada uma e as peculiaridades. "Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas" Sun Tzu.

Dica 6: Faça questões e simulados rotineiramente.

Assim como é importante treinar em outras matérias, na Contabilidade não é diferente. Para ganhar tempo, agilidade e conhecimento, reserve tempo na sua rotina para resolução de exercícios!

Dica 7: Não fique muito tempo sem estudar Contabilidade.

Especialmente no começo, é fundamental que não haja grandes intervalos de tempo sem ter contato com a disciplina, pois estamos fazendo a nossa "base contábil", como se fosse a construção de uma casa mesmo. Se possível, tenha contato diário com a disciplina, mesmo que seja um tempo pequeno.

Dica 8: Utilize o fórum de dúvidas (dos cursos) ou nosso grupo de estudo no Facebook para sanar suas dúvidas.

Estamos à disposição de vocês para retirarmos as dúvidas que certamente ao longo do estudo. Apenas destacamos que o nosso compromisso é retirarmos as dúvidas referentes AO NOSSO MATERIAL, tudo bem? Questões de sites de concursos, resoluções provas são atendidas QUANDO POSSÍVEL.

Dica 9: Tenha paciência e saiba que essa é uma etapa necessária na vida e, depois da aprovação, a vida melhora E MUITO!

Vamos ao curso?



6. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Nenhum ativo pode estar registrado na Contabilidade por valores que superem os benefícios econômicos que esperamos dele, seja pela sua venda ou pelo seu uso. Existe uma metodologia própria para analisarmos a chamada “recuperabilidade de ativos”.

Trata-se de um tema importantíssimo para provas.

O teste de recuperabilidade (ou impairment test), para **ativos imobilizados e intangíveis**, foi uma novidade trazida pela Lei 11.638/2007, que alterou a Lei 6.404/76.

Segundo este diploma legal:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

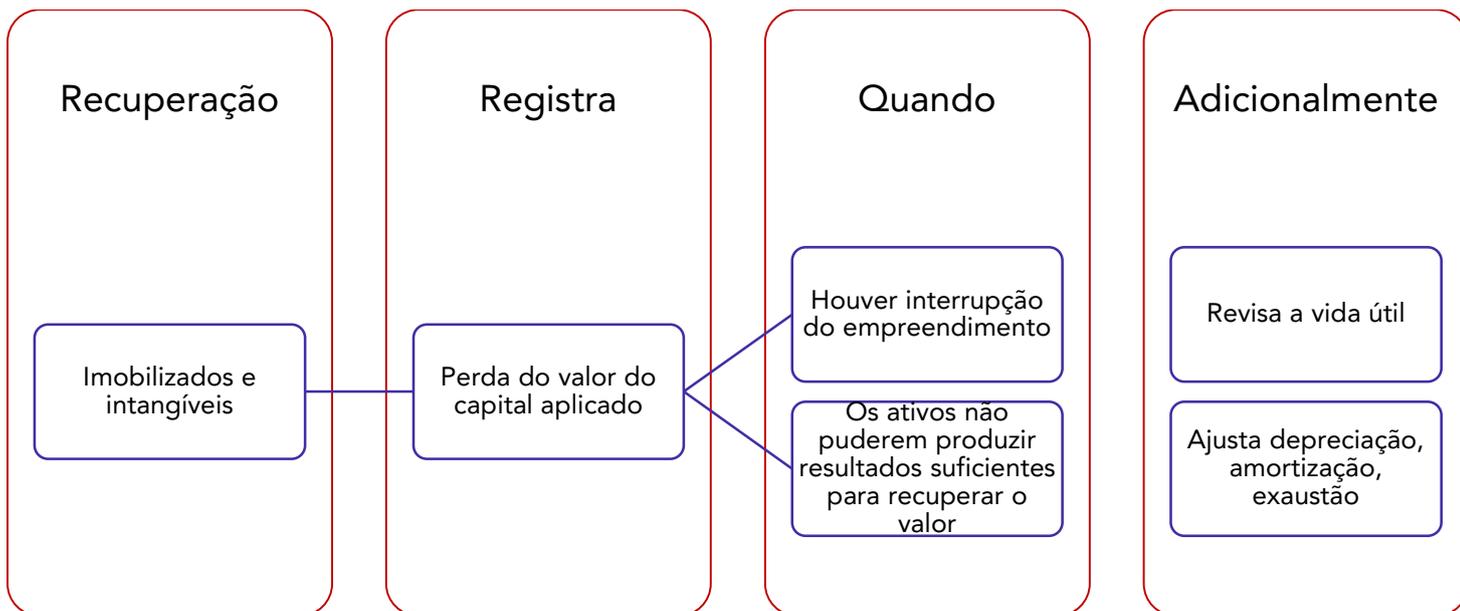
II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

Portanto, o artigo 183, parágrafo terceiro, prega que há necessidade de se analisar a capacidade de recuperação de valores registrados **no imobilizado e no intangível**.

Em síntese, é requisito para o reconhecimento de um ativo que ele traga benefícios econômicos futuros. Quando os benefícios econômicos futuros que esse ativo vai trazer são menores do que o valor pelo qual ele está registrado na contabilidade, devemos, então, fazer a redução do valor (isso ficará claro a seguir).

Portanto, conforme a Lei 6.404/76:





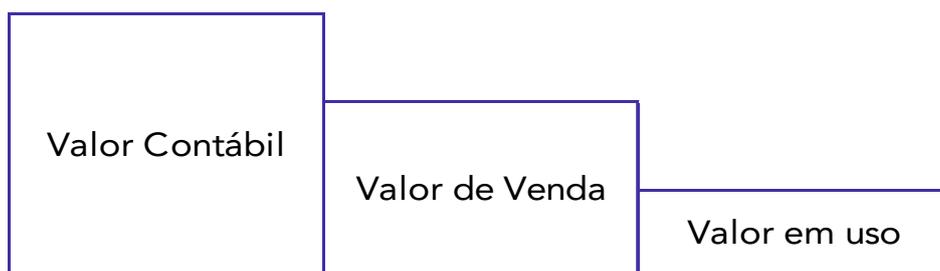
Destacamos que para a Lei 6404/76 fala do teste de recuperabilidade somente para Intangíveis e Imobilizados, mas o “conceito geral de recuperabilidade” é aplicado a todos os ativos, **sem exceção**.

Segundo o CPC 01 – Pronunciamento Técnico destinado estritamente e este assunto:

1. O objetivo deste Pronunciamento Técnico é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo. Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, e o Pronunciamento Técnico requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização. O Pronunciamento Técnico também especifica quando a entidade deve reverter um ajuste para perdas por desvalorização e estabelece as divulgações requeridas.

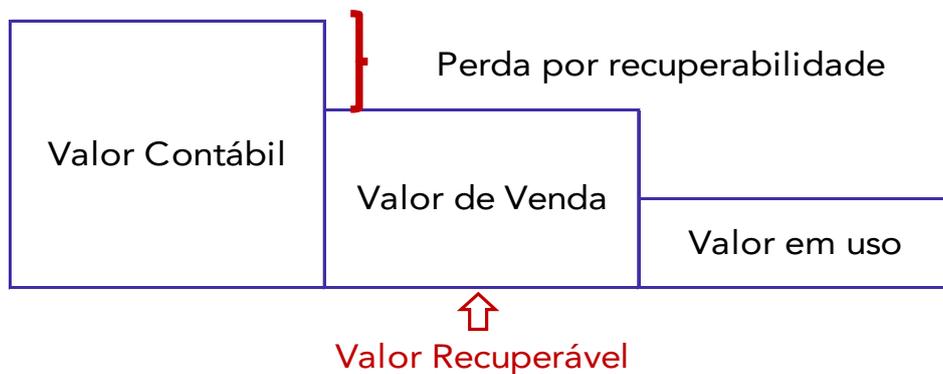
O teste de recuperabilidade tem como finalidade principal apresentar o **valor real pelo qual um ativo pode ser realizado**. Essa realização poderá ser feita tanto pela venda do bem, quanto pela sua utilização nas atividades da entidade. Vejam que a norma fala em: assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

Vejam:



Dissemos que o ativo não pode ficar registrado por valores superiores ao de recuperação. A recuperação dos valores de um ativo pode se dar se nós decidirmos vender esse ativo ou então se produzirmos mercadorias, por exemplo, e vendermos. Então, é só comparar o valor contábil com o maior desses valores (esse será o chamado valor recuperável).

Esquematizemos:



Dissemos que o teste de recuperabilidade, que está previsto no CPC 01. Porém, há ativos aos quais, por disposição expressa do próprio CPC, não se submetem ao CPC 01, mas possuem metodologias próprias. .

Vamos dar uma olhada?

Alcance

Este Pronunciamento Técnico deve ser aplicado na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de todos os ativos, exceto:

(a) estoques (ver Pronunciamento Técnico CPC 16(R1) – Estoques);

(b) ativos de contrato e ativos resultantes de custos para obter ou cumprir contratos que devem ser reconhecidos de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (Alterada pela Revisão CPC 12);

(Alterada pela Revisão CPC 12) (c) ativos fiscais diferidos (ver Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro);

(d) ativos advindos de planos de benefícios a empregados (ver Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados);

(e) ativos financeiros que estejam dentro do alcance dos Pronunciamentos Técnicos do CPC que disciplinam instrumentos financeiros;

(f) propriedade para investimento que seja mensurada ao valor justo (ver Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento);



(g) ativos biológicos relacionados à atividade agrícola dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola que sejam mensurados ao valor justo líquido de despesas de vender; (Alterada pela Revisão CPC 08)

(h) custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis advindos de direitos contratuais de companhia de seguros contidos em contrato de seguro dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguro; e

(i) ativos não circulantes (ou grupos de ativos disponíveis para venda) classificados como mantidos para venda em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Por favor, pessoal, não quer dizer que esses ativos não estão sujeitos ao conceito geral de recuperabilidade ou impairment, mas a METODOLOGIA PREVISTA NO CPC 01 não se aplica a eles. :

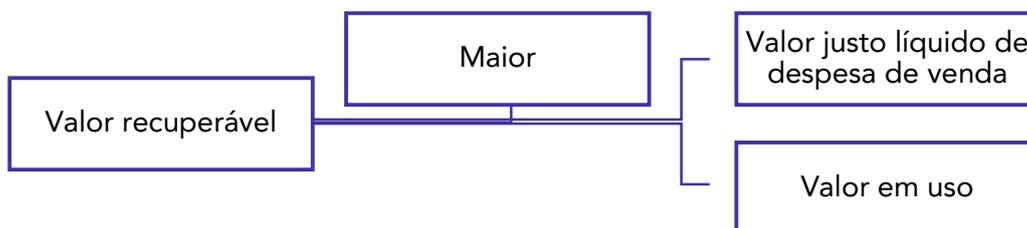
CPC 01 - Não se aplica a							
Estoques	Receita de contrato com cliente	Ativos fiscais diferidos	Benefícios a empregados	Propriedade para investimento mensurada ao valor justo	Ativos biológicos ao valor justo	Contratos de seguro	Ativos não circulantes mantido para venda

6.1 - Definições importantes sobre teste de recuperabilidade

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior (repita-se: maior) valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Inicialmente faremos alguns cálculos e análises para achar o valor líquido de venda de um ativo e, também, o seu valor em uso. Após, o maior, dentre esses dois valores, será utilizado como valor recuperável.

Esquematizemos:



Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.



Para achar o valor em uso, temos de conhecer as entradas de caixa que serão esperadas pela utilização do ativo. Desse valor subtraímos todas as saídas de caixa que estejam relacionados às receitas.

Por exemplo, uma máquina gerará, em sua vida útil, entradas de caixa de R\$ 1.000.000,00, com saídas esperadas de R\$ 400.000,00. O seu valor em uso será, resumidamente, o montante de R\$ 600.000,00 (1 milhão – 400.000,00). Se tivéssemos uma taxa de juros na operação, teríamos que usá-la para obter o valor presente.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma **transação não forçada** entre participantes do mercado na data de mensuração. (CPC 46 – Mensuração do Valor Justo).

Em suma: é o valor acertado pelas partes para a negociação do bem nas CNTP,rsrs,(Condições Normais de Temperatura e Pressão, lembram das aulas de Física?).

Para fins de teste de recuperabilidade, o valor justo deve ser diminuído de gastos que necessário para colocar o bem em condições de venda, com fretes, revisões, manutenções.

Como exemplo, se a mesma máquina citada acima pudesse ser vendida pelo valor de R\$ 600.000,00, com despesas de venda no valor de R\$ 200.000,00. O valor líquido de venda seria neste caso de R\$ 400.000,00 (600.000 – 200.000).

Voltando ao conceito de valor recuperável, podemos dizer que, após realizado os passos acima, devemos proceder da seguinte forma para encontrá-lo:

- 1) Qual o valor de uso? R\$ 600.000,00.
- 2) Qual o valor líquido de venda? R\$ 400.000,00.
- 3) Conhecidos os dois dados indagamos: Qual o valor recuperável? Exato! R\$ 600.000,00, que é o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

Entenderam? Esses conceitos são importantíssimos para a prova.

Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Veja que o conceito diz que o **valor contábil excede o valor recuperável**. Valor Contábil é o valor pelo qual um ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e estimativa para perdas por recuperabilidade.

Podemos inferir dessa leitura que temos de comparar os dois valores, o contábil e o recuperável, para achar a perda.

No exemplo acima, se o valor contábil do bem fosse R\$ 800.000,00, qual seria a perda por desvalorização?



Basta subtrairmos dos R\$ 800.000,00 o valor recuperável, de R\$ 600.000,00. Achamos o valor de R\$ 200.000,00. É essa a nossa perda!

Essa perda será registrada da seguinte forma:

D – Despesa com perda com desvalorização de ativo 200.000,00

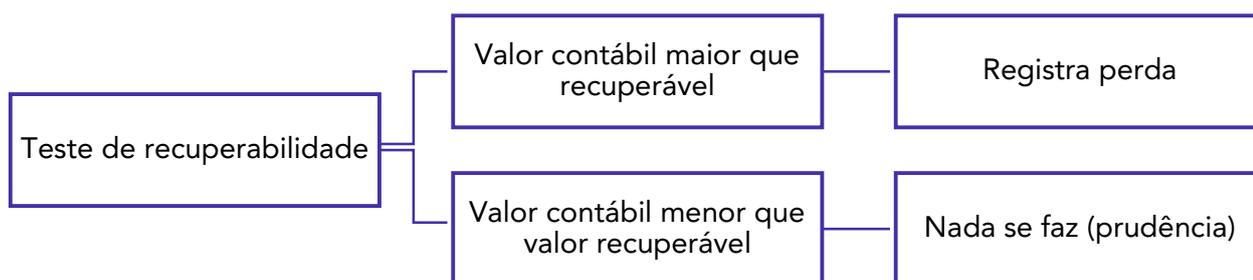
C – Ajuste ao valor recuperável 200.000,00

No balanço, fica assim:

Balanço patrimonial	
Ativo imobilizado	800.000,00
(-) Ajuste ao valor recuperável	(200.000,00)
Valor contábil	600.000,00

Do contrário, se o valor de realização do ativo é maior que o seu valor contábil, nenhum registro há que ser feito.

Esquematizemos:



Vejamos como foi cobrado:

(Auditor Fiscal/SEFAZ/RS/2014) Para fins de identificação de um ativo que pode estar desvalorizado, devemos considerar seu valor

- a) de uso excedente ao seu valor contábil.
- b) reavaliado excedente ao seu valor recuperável.
- c) contábil excedente ao seu valor reavaliado.
- d) recuperável excedente ao seu valor contábil.
- e) contábil excedente ao seu valor recuperável.

Comentários:

Conforme acabamos de salientar, o gabarito é a letra e.



6.2 - Passos Detalhados Para o Cálculo da Valor Recuperável

Vamos ver a maneira como deve ser feito o teste de recuperabilidade?

1) Encontramos o valor contábil na data em que será feita a comparação.

O valor contábil será encontrado do seguinte modo:

a) Pegamos o valor de aquisição

b) Retiramos a depreciação, amortização, exaustão existentes

c) Subtraímos de (a) o valor de (b)

2) Encontramos o valor recuperável: **maior** entre valor justo e valor em uso.

2.1) Valor justo líquido de despesa de venda: Encontramos o valor pelo qual o ativo poderia ser vendido no mercado e retiramos as despesas de venda.

2.2) Valor em uso: Pegamos o valor que podemos obter com as entradas e saídas de caixa esperados, trazendo a valor presente (a questão dará uma taxa de desconto). Somamos a isso o valor pelo qual podemos vender o ativo no final do período.

$$\text{Valor de uso} = \sum \left(\frac{\text{Fluxos de Caixa Esperados em } n}{(1+i)^n} \right)$$

Pegadinha! Pessoal, precisamos ter um cuidado especial quando se tratar do cálculo do valor em uso. Dissemos que o valor pelo qual o ativo pode ser vendido no final de sua vida útil deve ser incluído no cálculo do valor em uso. Contudo, se a questão disser o seguinte:

- Valor de venda do ativo ao **final da vida útil** (31.12.X1): 20.000,00

- Valor em uso em 31.12.X1: 100.000,00

Neste caso, o valor de venda do ativo já está incluído no valor em uso e não precisamos incluir novamente. Você utilizará diretamente o dado do valor em uso. Repetimos, nesta hipótese, o valor em uso será de R\$ 100.000,00, e não de R\$ 120.000,00 (100.000 + 20.000). Fiquem de olho!

3) Comparamos o valor recuperável com o valor contábil:

3.1) Valor contábil maior que valor recuperável: fazemos a redução do valor.

3.2) Valor contábil menor que valor recuperável: nada há que ser feito, por prudência.



Agora, duas questões:

(Contabilidade/TRE/PR/2017) Uma empresa adquiriu o direito de concessão para explorar uma atividade controlada por um órgão regulador público pelo prazo de 30 anos, após o que a concessão se encerra e a atividade volta para o domínio do órgão regulador.

O preço pago para a aquisição do direito de exploração foi R\$ 60.000.000,00 e a aquisição ocorreu em 31/12/2012.

No final do ano de 2015 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") e obteve as seguintes informações sobre o direito de concessão:

- Valor em uso esperado para o direito: R\$ 50.000.000,00.
- Valor justo: não há valor justo porque o direito não pode ser negociado.

Na apuração do resultado do ano de 2015 a empresa deveria

- (A) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00, apenas.
- (B) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 54.000.000,00.
- (C) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 6.000.000,00, apenas.
- (D) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.000.000,00.
- (E) não deve reconhecer nenhuma despesa porque continua com o direito de exploração.

Comentário:

Vamos calcular:

1) Encontramos o valor contábil na data em que será feita a comparação.

$$\text{Depreciação anual: } \$60.000.000 / 30 \text{ anos} = \$2.000.000 \text{ por ano.}$$

Até o final de 2015, temos 3 anos.

$$3 \times \$2.000.000 = \$6.000.000 \text{ de amortização acumulada}$$

Valor contábil no final de 2015:

$$\$60.000.000 - \$6.000.000 = \$54.000.000$$

2) Encontramos o valor recuperável: **maior** entre valor justo e valor em uso.

- Valor em uso esperado para o direito: R\$ 50.000.000,00.
- Valor justo: não há valor justo porque o direito não pode ser negociado.

3) Comparamos o valor recuperável com o valor contábil:

3.1) Valor contábil maior que valor recuperável: fazemos a redução do valor.

3.2) Valor contábil menor que valor recuperável: nada há que ser feito, em homenagem ao princípio da prudência.

Como o valor recuperável é de \$50.000.000, a empresa, em 2015, deve reconhecer uma amortização de \$2.000.000 e uma perda por desvalorização de R\$ 4.000.000.

O gabarito é, portanto, letra d.



(Auditor Fiscal/SEFAZ PI/2015) Em 30/09/2012, uma empresa adquiriu veículos pelo valor de R\$ 180.000,00. Todos os veículos têm vida útil econômica de 5 anos para a empresa e o valor residual estimado para todos os veículos, em conjunto, no final do 5º ano é R\$ 30.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2012, a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo ("*impairment*") para os bens do ativo imobilizado e identificou os valores disponíveis, conforme a tabela a seguir, referentes aos veículos adquiridos em 30/09/2012:

Data	Valor Justo	Valor em uso
31/12/2012	R\$ 155.000,00	R\$ 170.000,00

O valor contábil dos veículos, considerados em conjunto, evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2012 foi, em reais:

- 172.500,00
- 180.000,00
- 155.000,00
- 170.000,00
- 171.000,00

Comentário:

Então, vamos seguir os Passos Detalhados Para o Cálculo da Valor Recuperável

1) Encontramos o valor contábil na data em que será feita a comparação.

Vamos calcular a depreciação acumulada e depois o valor contábil dos veículos, para comparar com o valor recuperável.

Vamos aos cálculos:

<i>Valor original</i>	<i>R\$ 180.000,00</i>
<u><i>(-) Valor residual</i></u>	<u><i>-R\$ 30.000,00</i></u>
<i>= Valor depreciável</i>	<i>R\$ 150.000,00</i>

A vida útil é de 5 anos, ou seja, 60 meses. A depreciação mensal é de:

$$\$150.000,00 / 60 \text{ meses} = \$ 2.500,00 \text{ por mês.}$$

A depreciação acumulada será de 3 meses (de 30/09/2012 ao final de 2012):

$$\text{Depreciação acumulada} = \$2.500 \times 3 \text{ meses} = \$7.500,00$$

Assim:

<i>Valor original</i>	<i>R\$ 180.000,00</i>
<u><i>(-) Depreciação Acumulada</i></u>	<u><i>-R\$ 7.500,00</i></u>
<i>= Valor contábil</i>	<i>R\$ 172.500,00</i>

2) Encontramos o valor recuperável: maior entre valor justo e valor em uso.

O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido realizável de venda.

Entre o "valor justo" e o "valor em uso", o maior é o valor em uso de \$ 170.000,00.

3) Comparamos o valor recuperável com o valor contábil:



3.1) Valor contábil maior que valor recuperável: fazemos a redução do valor.

3.2) Valor contábil menor que valor recuperável: nada há que ser feito, atendendo ao princípio da prudência.

Agora é só comparar:

Valor contábil = \$172.500,00

Valor Recuperável = \$ 170.000,00

Como o Valor Recuperável é menor, a empresa contabiliza um Ajuste para perdas com Impairment:

D – Perdas com teste de Recuperabilidade (resultado) 2.500,00

C – Ajuste para perda com Recuperabilidade (Ret. Ativo) 2.500,00

E o valor contábil (que é o valor evidenciado no Balanço Patrimonial) fica assim:

Valor original R\$ 180.000,00

(-) Depreciação Acumulada -R\$ 7.500,00

(-) Ajuste para perda com recuperabilidade -R\$ 2.500,00

=Valor contábil R\$ 170.000,00

O gabarito é, portanto, letra d.

6.3- Periodicidade De Realização Do Impairment Test

9. A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

Em síntese, funciona assim: Para os ativos em geral (como os imobilizados), a empresa deve verificar se **há indícios de desvalorização** no final do período de reporte (exercício social). Havendo indícios, a empresa faz uma estimativa formal da recuperabilidade. Não havendo, esta estimativa formal está dispensada.

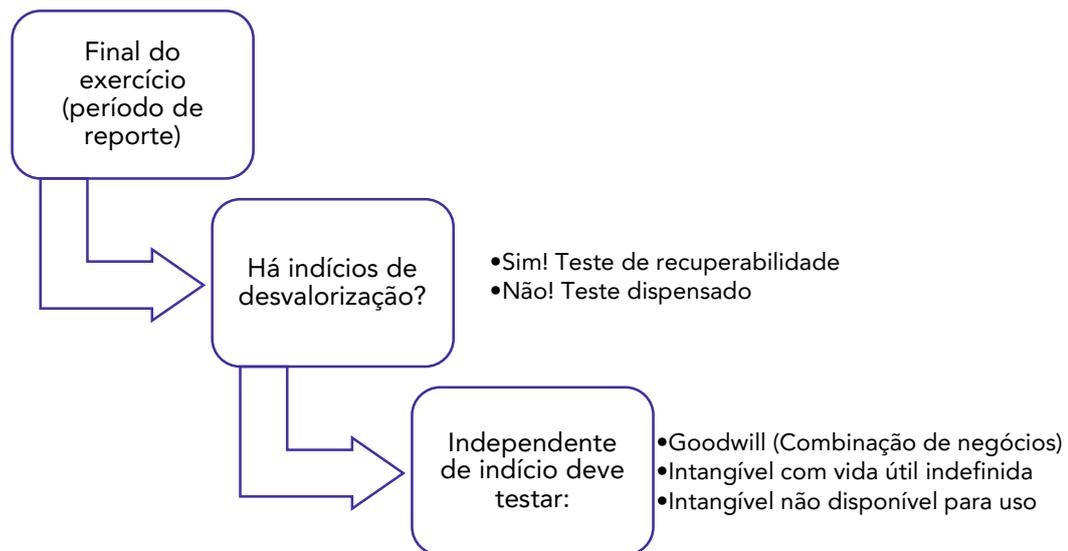
Portanto, no final do exercício, vamos e damos uma olhada: há indício de desvalorização? Sim! Teste de recuperabilidade. Não? Então, o teste está dispensado.

Todavia, existem três ativos que devem ser avaliados formalmente, ainda que não haja indícios de perda. São eles:

- Goodwill
- Intangível com vida indefinida
- Intangível que ainda não está em uso.

Em suma:





Mas, professores, por que essas exceções à regra?

Os ativos em geral, como os imobilizados, por exemplo, têm reduções em seus valores ao longo do tempo (depreciação, amortização, exaustão). Então, mesmo que um ativo imobilizado esteja avaliado contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável, a redução em seu valor com o decurso de sua vida útil, gerada, por exemplo, pela depreciação, vai acabar por diminuir o seu valor contábil, o que atenua esse registro contábil por valor superior ao recuperável.

Por sua vez, o goodwill, o intangível com vida útil indefinida e o ativo intangível são ativos que têm a característica comum de não sofrer amortização. Isto é, os seus valores não diminuem com o curso do tempo, como ocorre com os outros ativos que têm amortização, depreciação, exaustão etc. Não temos uma base sistemática para a alocação da amortização.

Caso o registro destes três tipos de ativos estejam por valores superiores aos seus valores recuperáveis, permaneceriam assim caso nenhuma providência fosse tomada.

Por este motivo o CPC dispensou atenção maior a estes ativos, dispondo:

10. Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve:

(a) testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. Esse teste de redução ao valor recuperável pode ser executado a qualquer momento no período de um ano, desde que seja executado, todo ano, no mesmo período. Ativos intangíveis diferentes podem ter o valor recuperável testado em períodos diferentes. Entretanto, se tais ativos intangíveis foram inicialmente reconhecidos durante o ano corrente, devem ter a redução ao valor recuperável testada antes do fim do ano corrente; e

(b) testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios, de acordo com os itens 80 a 99.



Precisamos destacar que falar que um ativo intangível tem vida útil indefinida não significa dizer que ele tenha vida útil infinita, eterna.

Já para os intangíveis de vida útil determinada mantém-se a prática de alocar seu custo de aquisição ao resultado com base no período determinado e se houver meios de determinar o valor residual para fins de amortização este deverá ser utilizado. Além da sujeição ao teste de recuperabilidade (ao final do período de reporte, havendo indícios de desvalorização).

A seguir, um quesito:

(Auditor de Controle Externo/TCM – GO/2015) A Cia. PAR possuía, em 31/12/2013, um ativo imobilizado para o qual as seguintes informações, após o reconhecimento da despesa de depreciação para o ano de 2013, eram conhecidas:

Custo de aquisição R\$ 700.000,00

(-) Depreciação acumulada -R\$ 300.000,00

(=) Valor contábil do ativo R\$400.000,00

Nesta mesma data (31/12/2013) a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo (teste de *impairment*) e obteve as seguintes informações:

Valor em uso do ativo R\$ 380.000,00

Valor justo líquido das despesas de venda R\$ 350.000,00

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2013, o valor contábil deste ativo que a Cia. PAR evidenciou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

- a) 400.000,00.
- b) 380.000,00.
- c) 350.000,00.
- d) 700.000,00.
- e) 370.000,00.

Comentários:

Temos que:

Valor contábil = \$ 400.000

Valor Recuperável = o maior entre o Valor em uso e o Valor justo líquido das despesas de vendas = \$380.000

Como o valor recuperável é menor que o valor contábil, a empresa reconhece uma perda e o ativo ficará evidenciado, no Balanço Patrimonial, pelo valor recuperável de \$380.000.

O gabarito é, portanto, letra b.

Indo mais fundo!

Se a empresa tiver perda por recuperabilidade registrada no exercício X0, por exemplo, e ocorrer o aumento do valor recuperável no exercício X1, ela deve fazer a reversão dessa perda registrada anteriormente, como **uma receita**.



Há um limite que é o valor contábil que o bem tinha antes de reconhecer qualquer perda, vejam:

110. A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.

Observemos como isso pode ser cobrado em provas:

(Contador) ADAF/2018) Determinada empresa possuía, em 31/12/2016, um ativo imobilizado, o qual estava contabilizado por R\$ 500.000,00, sendo composto pelos seguintes valores:

- a) Custo de Aquisição: R\$ 600.000,00;
- b) Perda por Desvalorização (reconhecida em 2015): R\$ 100.000,00.

Em dezembro de 2016, a empresa realizou novamente o Teste de Recuperabilidade desse Ativo Imobilizado (Teste de Impairment) e obteve as seguintes informações:

- a. Valor em Uso do Ativo Imobilizado: R\$ 520.000,00; e
- b. Valor Justo Líquido das Despesas de Venda do Ativo Imobilizado: R\$ 600.000,00.

De acordo com as informações apresentadas, a empresa, em dezembro de 2016,

- a) não alterou o valor contábil do ativo imobilizado.
- b) reconheceu perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
- c) reconheceu um ganho no valor de R\$ 50.000,00.
- d) reconheceu um ganho no valor de R\$ 100.000,00.
- e) reconheceu uma perda no valor de R\$ 100.000,00.

Comentários:

Vamos aplicar o Teste de Recuperabilidade:

Valor em Uso do Ativo Imobilizado = R\$ 520.000,00;

e Valor Justo Líquido das Despesas de Venda do Ativo Imobilizado: R\$ 600.000,00.

Valor Recuperável = MAIOR entre os dois acima: 600.000

Valor Contábil = Custo de Aquisição - Perda por Desvalorização (reconhecida em 2015)

$$\text{Valor Contábil} = \text{R\$ } 600.000,00 - \text{R\$ } 100.000,00 = \text{R\$ } 500.000$$

Caso não houvesse perda por recuperabilidade já registrada de exercícios anteriores, não seria necessário fazer qualquer ajuste, pois o valor contábil é menor do que o valor recuperável. Mas, tenham cuidado, como há perda registrada de exercícios anteriores, temos que fazer a reversão da perda. Vejamos a contabilização:

<i>D – Perdas estimadas por recuperabilidade (retificadora do ativo)</i>	<i>R\$ 100.000</i>
<i>C – Receita de reversão com perdas por recuperabilidade</i>	<i>R\$ 100.000</i>

O gabarito é, portanto, letra d.



7. O QUE EU TENHO QUE SABER ATÉ AQUI?

- 1) O que é o teste de recuperabilidade? Um procedimento aplicados a ativos imobilizados e intangíveis que tem o fito de assegurar que ativos não estejam avaliados por valores superiores ao de recuperação.
- 2) Saber o artigo 183, parágrafo 3º.
- 3) Saber o conceito de valor recuperável, valor justo líquido de despesa de venda e valor em uso.
- 4) Valor recuperável é o maior entre valor justo e valor em uso.
- 5) Saber a periodicidade de realização do teste de recuperabilidade: se houver indícios, no término do período de reporte. Mas, independentemente disso, anualmente, para: goodwill, ativo intangível com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso.

8. IDENTIFICAÇÃO DE QUE UM ATIVO PODE ESTAR DESVALORIZADO

Como dito, a desvalorização se dá quando o valor contábil excede o valor recuperável. A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve fazer uma estimativa formal do valor recuperável do ativo. Não havendo indícios dessa desvalorização, dispensada está essa estimativa formal.

Mas como as empresas avaliam se o ativo está ou não desvalorizado? Quais seriam os fatores que indicam?

Bem, o CPC 01 trouxe alguns indicadores, não exaustivos, ou seja, sem prejuízo de outros apurados, que podem ser tanto internos quanto externos.

São eles:

Indicadores Externos:

(a) há indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; (Alterada pela Revisão CPC 03)

(b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;



(c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo;

(d) o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;

Fontes internas de informação:

(e) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;

(f) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo ou ocioso, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de ativo como finita ao invés de indefinida;

(g) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado;

Dividendo de controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada

(h) para um investimento em controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada, a investidora reconhece dividendo advindo desse investimento e existe evidência disponível de que:

(i) o valor contábil do investimento nas demonstrações contábeis separadas excede os valores contábeis dos ativos líquidos da investida reconhecidos nas demonstrações consolidadas, incluindo eventual ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill); ou

(ii) o dividendo excede o total de lucro abrangente da controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada no período em que o dividendo é declarado.

Esquematizemos:

Principais indicadores de desvalorização	
Indicadores externos	Indicadores internos
Valor do ativo diminuiu mais do que o normal	Obsolescência ou dano físico do ativo
Mudanças tecnológicas	Mudanças dentro da estrutura da sociedade
Taxas de juros aumentaram	Desempenho pior que o esperado
Valor contábil do PL é maior que o valor de mercado	



Se, depois de feita a estimativa formal para um ativo intangível, mantiver-se razoável certeza de que o valor recuperável é maior do que o valor contábil, não há necessidade de se proceder à nova avaliação nos períodos que se seguem, se não houver vestígios de mudança neste cenário ou se o valor recuperável deste ativo for pouco elástico em relação a mudanças no ambiente.

Se houver uma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, isso pode indicar que a vida útil remanescente, o método de depreciação, amortização e exaustão ou o valor residual para o ativo necessitem ser revisados e ajustados, mesmo que os cálculos posteriormente indiquem não ser necessário reconhecer uma desvalorização para o ativo.

9. MENSURAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL

Lembremo-nos:

Valor Recuperável → **Maior** valor entre:

- a) valor líquido de despesas de venda;
- b) valor de uso.

Uma questão de prova pode conter o seguinte questionamento: Para a análise do valor recuperável, será sempre necessário calcular-se o valor líquido de despesas de venda e o valor de uso. A resposta deve ser assinalada como falsa.

O Pronunciamento 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) diz que se qualquer desses valores excederem o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor. Lembrem-se de que só serão feitos ajustes quando o valor contábil for maior que o recuperável.

19. Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso. Se qualquer um desses montantes exceder o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor.

Exemplificando, rapidamente:

- Valor contábil 100.000,00
- Valor justo líquido de despesa de venda 130.000,00

Não haverá necessidade de se calcular o valor em uso, já que o valor justo líquido de despesa de venda já superou o valor contábil.

Pode ocorrer, também, de não ser possível determinar qual o valor justo líquido de despesa de venda a se obter, hipótese em que não será necessário calculá-lo. Neste caso, o valor de uso será considerado como o valor recuperável.



21. Se não há razão para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor justo líquido de despesa de venda, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu valor recuperável. Esse será frequentemente o caso para um ativo que é mantido para alienação. Isso ocorre porque o valor em uso de um ativo mantido para alienação corresponderá principalmente às receitas líquidas da baixa, uma vez que os futuros fluxos de caixa do uso contínuo do ativo, até sua baixa, provavelmente serão irrisórios.

Como regra, o valor recuperável deve ser determinado para ativos individualmente.

10. VALOR JUSTO LÍQUIDO DE DESPESAS DE VENDA

28. As despesas com a baixa, exceto as que já foram reconhecidas como passivo, devem ser deduzidas ao se mensurar o valor justo líquido de despesas de alienação. Exemplos desses tipos de despesas são as despesas legais, tributos, despesas com a remoção do ativo e gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda. Entretanto, as despesas com demissão de empregados e as associadas à redução ou reorganização de um negócio em seguida à baixa de um ativo não são despesas incrementais para baixa do ativo. (Alterado pela Revisão CPC 03).

11. VALOR DE USO

O valor de uso de um ativo é o valor de caixa gerado – na verdade, é o valor que se espera gerar - pela utilização do bem em sua vida útil ajustado a valor presente por uma taxa de desconto.

Se o uso de um ativo em separado não criar, por si só, entradas de caixa independentes de outros ativos, o procedimento deve ser realizado em relação ao grupo de ativos (ao qual o ativo em comento pertença), cujo uso gere caixa, de forma independente dos demais ativos, esse grupo de ativos é denominado **unidade geradora de caixa**.

31. A estimativa do valor em uso de um ativo envolve os seguintes passos:

(a) estimar futuras entradas e saídas de caixa decorrentes de uso contínuo do ativo e de sua baixa final; e

(b) aplicar taxa de desconto adequada a esses fluxos de caixa futuros.

Exemplo: Supondo que estamos no ano de X0 e que se espera que um ativo gere receitas para os anos de X1 e X2 no valor de \$ 100.000,00, ao final de cada ano. Qual será o valor de uso, supondo uma taxa de desconto de 10%?

Resposta: O valor de uso será encontrado através da seguinte fórmula:



$$\text{Valor de uso} = \sum \left(\frac{\text{Fluxos de Caixa Esperados em } n}{(1+i)^n} \right)$$

Logo, o nosso valor de uso na questão será:

$$\text{Valor de uso} = \frac{100.000}{(1+0,1)^1} + \frac{100.000}{(1+0,1)^2} = 90.909,10 + 82.644,60 = \$ 173.553,70$$

12. BASE PARA ESTIMATIVAS DE FLUXOS DE CAIXA FUTUROS

As estimativas de fluxos de caixa para se achar o valor de uso devem ser razoáveis, com análise econômica mais profunda sobre o ambiente externo. A análise do fluxo de caixa também deve se basear em políticas mais recentes adotadas pela empresa e abranger um **período máximo de 5 anos adiante** (salvo se se justificar período mais longo). Todavia, deve-se excluir qualquer estimativa de fluxo de caixa que se espera surgir das reestruturações futuras ou da melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo.

35. Geralmente, orçamentos e previsões financeiras de fluxos de caixa futuros para períodos superiores a cinco anos, detalhados, explícitos e confiáveis, não estão disponíveis. Por essa razão, as estimativas da administração de fluxos de caixa futuros devem ser baseadas nos mais recentes orçamentos e previsões para um período máximo de cinco anos. A administração pode utilizar projeções de fluxo de caixa baseadas em orçamentos e previsões financeiras para um período superior a cinco anos se estiver convicta de que essas projeções são confiáveis e se puder demonstrar sua capacidade, baseada na experiência passada, de fazer previsão acurada de fluxo de caixa para esse período mais longo.

As estimativas de fluxos de caixa futuros devem ser estimadas para o ativo no estado em que se encontrarem, em suas condições atuais (atenção: não devemos considerar eventuais futuras melhorias no ativo) e incluir:

- (1) projeções de entradas de caixa a partir do uso contínuo do ativo;
- (2) projeções de saídas de caixa, necessárias para gerar as entradas de caixa; e
- (3) fluxos de caixa, a serem recebidos ou pagos pela baixa do ativo.

Se a taxa de desconto considerar o aumento de preços, como no caso da inflação, os fluxos de caixa projetados devem estar em valores nominais; ao contrário, se os fluxos de caixa estiverem projetados em moeda de valor constante, a taxa de desconto não deve conter embutida a inflação do período.

Se uma questão pedir para calcularmos o fluxo de caixa e der valores a serem recebidos, como clientes, e valores a pagar, como salários a pagar, não devemos incluí-los para cálculo do valor de uso.



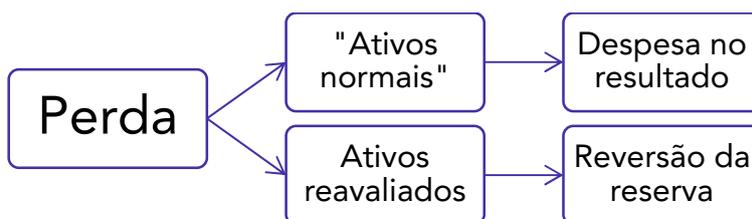
A estimativa de fluxos de caixa líquidos a serem recebidos ou pagos pela alienação de um ativo no fim de sua vida útil deve ser o montante que a entidade espera obter da alienação do ativo, em uma transação com isenção de interesses entre partes conhecedoras e interessadas, após deduzir as despesas estimadas da alienação.

13. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DE UMA PERDA POR DESVALORIZAÇÃO

Se, e somente se, o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, o valor contábil do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo.

Segundo a norma, essa perda deve ser reconhecida no resultado do exercício (outras despesas), exceto se o ativo tiver sido reavaliado; neste caso a perda será lançada como reversão da reserva de reavaliação.

Esquematizemos:



62. Quando o montante estimado da perda por desvalorização for maior do que o valor contábil do ativo ao qual se relaciona, a entidade deve reconhecer um passivo se, e somente se, isso for exigido por outro Pronunciamento Técnico.

Imaginemos agora uma situação: Um ativo vale, contabilmente, R\$ 1.000. A perda estimada, todavia, foi avaliada em R\$ 1.500. O que fazer nesta situação? O CPC manda que se constitua uma conta no Passivo (obrigação), no valor da diferença, no caso concreto de R\$ 500, **se outra norma mandar que assim se faça**.

A situação acima pode ser exemplificada da seguinte forma: uma empresa possui uma mina com valor de \$100 milhões. Repentinamente, o minério se esgota. A mina passa a valor zero. Mas, além disso, a empresa deve recompor o ambiente (fechar a entrada da mina, reflorestar etc.), e, para isso, vai gastar \$ 2 milhões. Assim, a empresa zera o ativo (reconhece uma perda por recuperabilidade no valor da mina, no imobilizado) e reconhece um passivo de 2 milhões.

Depois de calculada a perda por desvalorização de um ativo, já devidamente lançada no ativo, devemos proceder ao reajuste dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão. Por exemplo, um ativo no valor de R\$ 1.000, depreciado em 10 anos (10% ao ano, R\$ 100 por ano), já utilizado por 5 anos, sem valor residual, teve registrada uma perda por desvalorização no valor de R\$ 250.

O valor contábil é de $R\$ 1.000 - R\$ 500$ (depreciação de 5 anos) = R\$ 500.



Com a perda, fica assim: $R\$ 1.000 - R\$ 500 - R\$ 250 = R\$ 250$

Vejam que faltam 5 anos para que o ativo seja depreciado totalmente. Porém, houve uma desvalorização, para R\$ 250 ($R\$ 500 - R\$ 250$). Assim, não mais deveremos calcular a depreciação no valor de R\$ 100, por ano, mas devemos reajustá-la. $R\$ 250/5 \text{ anos} = R\$ 50/\text{ano}$.

14. PERDA POR RECUPERABILIDADE DE ATIVOS REAVALIADOS

Segundo o CPC 01:

59. Se, e somente se, o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, o valor contábil do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo.

Diz, ainda, a norma referida que:

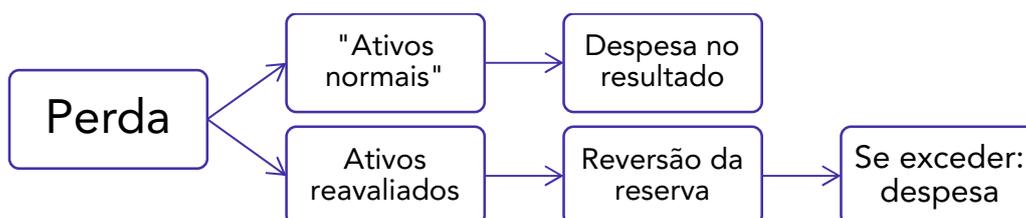
60. A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, a menos que o ativo tenha sido reavaliado. Qualquer desvalorização de ativo reavaliado deve ser tratada como diminuição do saldo da reavaliação.

Todavia, o dispositivo não pode ser interpretado por si só. Devemos fazer uma leitura conjugada com o dispositivo seguinte do Pronunciamento Contábil:

61. A perda por desvalorização de ativo não reavaliado deve ser reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Entretanto, a perda por desvalorização de ativo reavaliado deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes (na reserva de reavaliação) na extensão em que a perda por desvalorização não exceder o saldo da reavaliação reconhecida para o mesmo ativo. Essa perda por desvalorização sobre o ativo reavaliado reduz a reavaliação reconhecida para o ativo.

Com efeito, a perda por desvalorização de ativo reavaliado só é reconhecida como diminuição do saldo da reavaliação à medida que haja saldo para tanto na reavaliação. Excedendo-se este montante, o valor deverá ser reconhecido como despesa, no resultado do exercício.

Esquematizemos:



Contudo, após nova avaliação, tem-se que o valor da perda por teste de recuperabilidade não será de R\$ 130.000,00, mas, sim, de R\$ 230.000,00, ou seja, teremos mais R\$ 100.000,00 "perdidos".

Desta maneira, teremos de complementar o lançamento. Inicialmente, devemos consumir todo o saldo existente na reserva de reavaliação, isto é, o valor de R\$ 70.000,00.

O restante, no valor de R\$ 30.000,00, deverá ser lançado no resultado.

Tudo em contrapartida contra a redução ao valor recuperável de ativos – conta credora, redutora do ativo não circulante imobilizado.

Lançamentos:

<i>D – Despesa - Perda por ajuste ao valor recuperável</i>	<i>30.000,00</i>
<i>D – Reserva de reavaliação</i>	<i>70.000,00</i>
<i>C - Redução ao valor recuperável de ativos</i>	<i>100.000,00</i>

Razonetes:

Reserva de reav. (PL)		Ajuste ao valor recuperável	
R\$ 130.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 130.000,00	
R\$ 70.000,00		R\$ 100.000,00	
R\$ -	R\$ -	R\$ 230.000,00	
Despesa - Perda V. Recup.			
R\$ 30.000,00			
R\$ 30.000,00			

Fica assim:

Ativo		Patrimônio Líquido	
Máquina	R\$ 1.300.000,00	Reserva de reavaliação	R\$ -
(-) Ajuste - Valor recuper.	-R\$ 230.000,00		

Observação: para fins didáticos, vamos desconsiderar o total do ativo = passivo + PL, bem como as contas de resultado.

O gabarito é, portanto, letra d.



15. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE GERADORA DE CAIXA À QUAL UM ATIVO PERTENCE

Se houver qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado, o valor recuperável deve ser estimado individualmente para cada ativo. Se não for possível estimar o valor recuperável individualmente, a entidade deve determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence (a unidade geradora de caixa do ativo).

Portanto, para a prova:

1. Estima-se o valor recuperável do ativo individualmente! Impossível?
2. Estima-se o valor recuperável da unidade geradora de caixa! Veja o exemplo que se segue...

Exemplo 1: Uma entidade de mineração tem uma estrada de ferro particular para dar suporte às suas atividades de mineração. Essa estrada pode ser vendida somente pelo valor (residual) de sucata e ela não gera entradas de caixa provenientes de uso contínuo que sejam em grande parte independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos da mina.

Não é possível estimar o valor recuperável da estrada de ferro porque seu valor em uso não pode ser determinado e é provavelmente diferente do valor de sucata. Portanto, a entidade estima o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual a estrada de ferro pertence, isto é, a mina como um todo.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo de ativos que gera entradas de caixa que são em grande parte independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupos de ativos. A identificação de uma unidade geradora de caixa requer julgamento. Se o valor recuperável não puder ser determinado para cada ativo, a entidade identifica o menor grupo de ativos que geram entradas de caixa, em grande parte independentes.

Exemplo 2: Uma entidade de ônibus fornece serviços, sob contrato, a um município que exige serviço mínimo em cada um de cinco percursos. Os ativos dedicados a cada percurso e os fluxos de caixa provenientes de cada percurso podem ser identificados separadamente. Um dos percursos opera com prejuízo significativo.

Como a entidade não tem a possibilidade de eliminar nenhum dos percursos, o nível mais baixo de entradas de caixa identificáveis, que são substancialmente independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupos de ativos, são as entradas de caixa geradas pelos cinco percursos juntos. A unidade geradora de caixa para cada percurso é a entidade de ônibus como um todo.

Para se identificar unidades geradoras de caixa de uma entidade, o CPC 01 propõe os seguintes critérios: 1) existência de mercado ativo para o produto resultante da atividade da unidade geradora de caixa – mesmo que sua produção seja consumida internamente (por outra unidade geradora de caixa da entidade).



As unidades geradoras de caixa devem ser identificadas de maneira consistente de período para período para o mesmo ativo ou tipos de ativos, a menos que haja justificativa para uma mudança.

16. VALOR RECUPERÁVEL E VALOR CONTÁBIL DE UMA UNIDADE GERADORA DE CAIXA

O valor recuperável de uma unidade geradora de caixa é o valor mais alto entre o valor líquido de venda e o valor em uso.

O valor contábil de uma unidade geradora de caixa deve ser determinado de maneira consistente com o modo pelo qual é determinado o valor recuperável de uma unidade geradora de caixa.

Para determinarmos o valor contábil de uma unidade geradora de caixa, incluímos apenas os ativos que gerem entradas de caixa ou participem para a sua futura geração.

Se houver uma compra com ágio ou deságio de determinado ativo, o valor contábil da unidade geradora de caixa deve incluir, também, esta condição.

Se uma questão de prova, prática, der um valor passivo da empresa e pedir para calcularmos o valor contábil de uma unidade geradora de caixa, não devemos incluir esta obrigação, a menos que seja parte indispensável do ativo.

Pode ser necessário considerar determinados passivos reconhecidos para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa. Isso pode ocorrer se na alienação de uma unidade geradora de caixa há exigência de que o comprador assumira um passivo. Nesse caso, o valor justo líquido de despesa de venda, ou o fluxo de caixa estimado da baixa final da unidade geradora de caixa, é o preço de venda estimado para os ativos da unidade geradora de caixa e o passivo em conjunto, menos as despesas da baixa. A fim de efetuar uma comparação significativa entre o valor contábil da unidade geradora de caixa e seu valor recuperável, o saldo do passivo deve ser deduzido ao se determinar tanto o valor em uso da unidade geradora de caixa quanto seu valor contábil.

Entendamos esse trecho por um exemplo trazido pela norma. As questões podem vir nestes moldes:

Exemplo 1: Uma entidade opera uma mina em um local no qual a legislação exige que o proprietário restaure o local ao encerrar suas operações de mineração. O gasto de restauração inclui a reposição da superfície ambiental, que precisou ser removida antes que as operações da mina se iniciassem. Uma provisão para os gastos de reposição da superfície ambiental foi reconhecida tão logo ela foi removida. Esse valor foi reconhecido como parte do custo da mina e está sendo depreciado durante a sua vida útil. O valor contábil da provisão para os gastos de restauração é \$500, que é igual ao valor presente desses gastos.

A entidade está testando a capacidade de recuperação do valor investido na mina. A unidade geradora de caixa da mina é ela, como um todo. A entidade recebeu várias ofertas de compra da mina, a um preço em torno de \$800. Esse preço considera o fato de que o comprador assume a obrigação de restaurar o que é necessário. As despesas de baixa da mina são ínfimas. Seu valor



em uso é de aproximadamente \$1.200, excluindo os gastos de restauração. O valor contábil da mina é \$1.000.

O valor líquido de venda da unidade geradora de caixa é \$800. Esse valor considera os gastos de restauração que já foram provisionados. Como consequência, o valor em uso da unidade geradora de caixa é determinado depois de considerar os gastos de restauração, e é estimado em \$700 (\$1.200 menos \$500). O valor contábil da unidade geradora de caixa é \$500, que é o valor contábil da mina (\$1.000), menos o valor contábil da provisão para gastos de restauração (\$500). Portanto, o valor recuperável da unidade geradora de caixa supera seu valor contábil. Nada haverá que ser feito.

Explicamos! Esse teste de recuperabilidade é um pouco mais sofisticado do que o formato que estamos acostumados. Tem tratamento diferente para os gastos de recuperação da mina.

A empresa tem que restaurar o local, com um custo de 500.000. No momento inicial, ela contabiliza o custo da restauração:

D – Mina (Ativo Imobilizado).....500.000

C – Restauração a pagar (Passivo)....500.000

Os 500.000 do ativo se somam ao valor da mina e tudo começa a ser depreciado.

Num determinado momento, o valor contábil da mina (valor original + 500 de restauração - depreciação acumulada) é de \$ 1.000.000.

Atenção: o valor líquido da mina é de 500.000. Tem 1.000.000 de valor contábil e tem um passivo associado à mina (a restauração) de 500.000. Quanto vale a mina na contabilidade?

Resposta: 1.000.000 no ativo menos 500.000 no passivo.

Ai tem duas ofertas: uma, de venda no valor de 800.000, e a restauração corre por conta do comprador. A empresa proprietária da mina não tem mais que pagar 500.000 de restauração, se aceitar a venda.

Vamos comparar com o Valor em Uso, que é o dinheiro que a empresa vai receber se continuar usando a mina.

O valor em uso é de 1.200.000 que a empresa vai receber; porém, entretanto, todavia, contudo, tem que pagar 500.000 quando terminar de usar a mina. O valor total em uso, considerando o pagamento da restauração, é de \$700.000 (1200 – 500).

Vamos então comparar o valor de venda de 800 com restauração por conta do comprador com o valor contábil da mina.

Como a empresa não precisa mais restaurar, em caso de venda, vamos estornar o lançamento da restauração:



D - Restauração a pagar (Passivo)...500.000

C - Mina (Ativo Imobilizado).....500.000

Assim, não tem mais passivo (zerou a conta restauração a pagar) e a mina fica com valor de 500.000 (tinha valor de 1.000.000, creditamos 500.000). E comparamos 500.000 de novo valor contábil da mina com 800.000 de valor de venda, e não há perda de recuperabilidade.

Observação: Essa é a resolução com esses dados. Mas uma questão pode informar que, mesmo em caso de venda, a responsabilidade da restauração continua por conta da empresa vendedora. Assim, precisa ver o que a questão está indicando.

17. REVERSÃO DA PERDA POR DESVALORIZAÇÃO

110. A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.

Ou seja, haverá uma suspeita de que após a avaliação da perda, noutra exercício, ela deixou de existir ou possa ter diminuído. Procederemos, neste caso, à estimação do valor recuperável do ativo.

Ao avaliar se há alguma indicação de que uma perda por desvalorização, reconhecida em períodos anteriores para um ativo, possa ter diminuído ou possa não mais existir, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

Fontes externas de informação

(a) há indicação observáveis de que o valor de mercado do ativo tenha aumentado significativamente durante o período;

(b) mudanças significativas, com efeito favorável sobre a entidade, tenham ocorrido durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual ela opera ou no mercado para o qual o ativo é destinado;

(c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos tenham diminuído durante o período, e essas diminuições possivelmente tenham afetado a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso do ativo e aumentado seu valor recuperável materialmente;

Continuando...



Fontes internas de informação

(d) mudanças significativas, com efeito favorável sobre a entidade, tenham ocorrido durante o período, ou se espera que ocorram em futuro próximo, na extensão ou na maneira por meio da qual o ativo é utilizado ou se espera que seja utilizado. Essas mudanças incluem custos incorridos durante o período para melhorar ou aprimorar o desempenho do ativo ou para reestruturar a operação à qual o ativo pertence;

(e) há evidência disponível advinda dos relatórios internos que indica que o desempenho econômico do ativo é ou será melhor do que o esperado.

Vejam que são todos **indicadores contrários àqueles que utilizamos para apreciar a desvalorização do ativo**. Lá, falávamos que a taxa de juros subiu, aqui, falamos que ela caiu. Lá, falávamos que o relatório indicava desempenho pior que o esperado. Aqui, o desempenho se saiu melhor que o esperado, e assim por diante.

113. Se houver indicação de que a perda por desvalorização reconhecida para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), pode vir a não mais existir ou tenha diminuído, isso pode indicar que a vida útil remanescente, o método de depreciação, amortização ou exaustão ou o valor residual necessitem ser revisados ou ajustados conforme Pronunciamentos aplicáveis ao ativo, mesmo se nenhuma perda por desvalorização for revertida para o ativo.

Segundo a norma, a perda por desvalorização reconhecida em anos anteriores para um ativo, exceto o ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, só será revertida se existiu uma mudança nas estimativas usadas para determinar o seu valor recuperável após a data em que a última desvalorização foi reconhecida. Se esse for o caso, procederemos à **reversão da perda por desvalorização (exceto para o ágio decorrente de rentabilidade futura – goodwill)**.

Esquematemizemos:



Exemplificando. Um ativo tinha valor contábil de R\$ 100.000,00.

Em 31.12.X1 ficou claro que a entidade não conseguiria recuperar o valor, pois o valor em uso estimado era de R\$ 80.000,00, e o valor justo líquido de despesa de venda era de R\$ 70.000,00.

Faremos uma redução para R\$ 80.000,00 (valor recuperável, o maior dos dois).

O motivo da desvalorização foi a entrada de um novo concorrente no mercado. Esperava-se que a nova tecnologia tornasse obsoleta os produtos fabricados pelo ativo. Todavia, passado um ano, a nova tecnologia não teve confirmação do mercado e estimou-se que a empresa conseguiria recuperar R\$ 90.000,00.



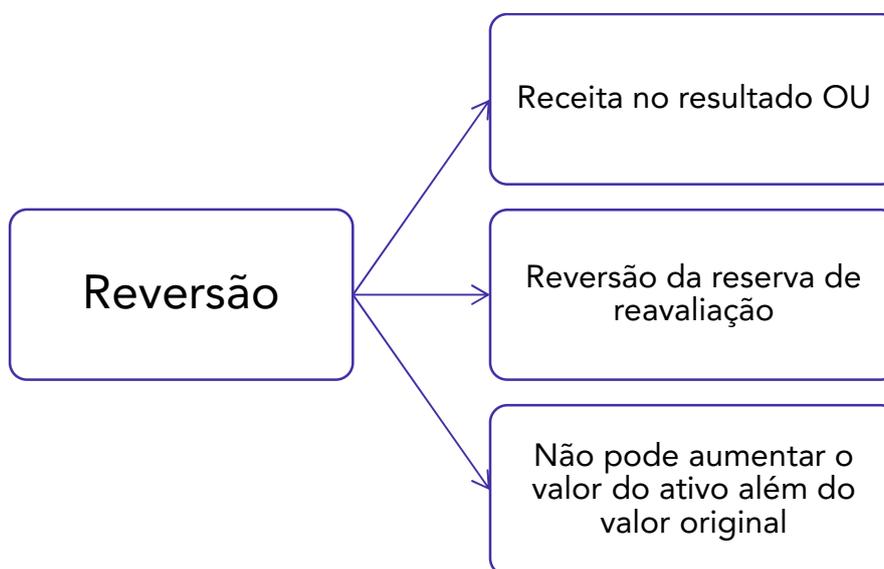
Deste modo, procederemos à reversão do valor recuperável.

Observação: desconsideramos a depreciação, somente para fins didáticos.

A reversão da perda por desvalorização não pode resultar em elevação do valor contábil do ativo acima do valor original.

Qualquer aumento no valor contábil de um ativo acima do seu valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação, amortização ou exaustão, caso não tivesse sido reconhecida, em anos anteriores, a perda por sua desvalorização, seria considerado uma reavaliação, procedimento extinto pela Lei 11.638/2007.

Esquematizemos:



Atenção! A reversão será reconhecida no resultado (como receita) ou como reversão da reserva de reavaliação, se o ativo tiver sido reavaliado.

Após reconhecer a reversão da perda com desvalorização, a despesa de depreciação, amortização ou exaustão para o ativo deve ser ajustada em períodos futuros, para apropriar o valor contábil revisado do ativo menos, se aplicável, seu valor residual, em base sistemática sobre sua vida útil remanescente.

Exemplo.

Ativo X

- Valor contábil em X1: 100.000,00
- Valor recuperável em X1: 80.000,00
- Redução em X1: 20.000,00 (ficará no balanço com valor de R\$ 80.000,00)

Vejamos o Balanço patrimonial:



Balanco Patrimonial	
Ativo X	100.000,00
(-) Ajuste ao valor recuperável	(20.000,00)
Valor contábil	80.000,00

O lançamento para registrar a perda foi:

<i>D – Despesa com ajuste ao valor recuperável de ativos (despesa)</i>	<i>20.000</i>
<i>C – Ajuste ao valor recuperável – ativo x (reduzora do ativo)</i>	<i>20.000</i>

Razonetes:

Despesa - Valor recup.		Ajuste Valor Recup.	
R\$ 20.000,00		R\$ 20.000,00	

Em X2, houve reversão parcial (de R\$ 10.000,00) desta desvalorização, pois as causas que ensejaram a diminuição deixaram de existir. O ativo deverá ficar com o valor contábil de R\$ 90.000,00.

O lançamento será:

<i>D – Ajuste ao valor recuperável – ativo x (reduzora do ativo)</i>	<i>10.000</i>
<i>C – Reversão do ajuste ao valor recuperável (receita)</i>	<i>10.000</i>

Razonetes:

Ajuste Valor Recup.		Reversão - Valor recuperável	
R\$ 10.000,00		R\$ 10.000,00	

No balanço, ficará assim:

Balanco Patrimonial	
Ativo X	100.000,00
(-) Ajuste ao valor recuperável	(10.000,00)
Valor contábil	90.000,00

Se o ativo era reavaliado, isto é, tinha uma reserva de reavaliação anterior reconhecida, a reversão da perda será feita contra a reversão da reserva de reavaliação.

<i>D – Ajuste ao valor recuperável – ativo x (reduzora do ativo)</i>	<i>10.000</i>
<i>C – Reversão da reserva de reavaliação (PL)</i>	<i>10.000</i>



Vejam os uma questão:

(Auditor/TCE/CE/2015) Em 10/10/2009, uma empresa adquiriu uma marca pelo valor de R\$ 14.000.000,00. Em 31/12/2011, registrou para esta marca uma perda por desvalorização ("impairment") no valor de R\$ 4.000.000,00. Em 31/12/2014, a empresa realizou novamente o teste de recuperabilidade ("impairment") para a mesma marca e obteve as seguintes informações:

Valor em uso da marca: R\$ 10.800.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda da marca: R\$ 9.400.000,00.

Como a marca apresenta naturalmente uma vida útil indefinida, a empresa, nas Demonstrações Contábeis do ano de 2014, deveria

- A) reconhecer, no resultado do ano de 2014, um ganho no valor de R\$ 800.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.
- B) manter o valor contábil de R\$ 10.000.000,00 no balanço patrimonial de 31/12/2014.
- C) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 600.000,00 no resultado do ano de 2014.
- D) reconhecer, no resultado do ano de 2014, um ganho no valor de R\$ 4.000.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.
- E) reconhecer, no resultado do ano de 2014, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 3.200.000,00.

Comentários:

O ativo intangível de vida útil indefinida não é amortizado.

O valor contábil da marca em 31/12/2014 era:

$$\$ 14.000.000 - \text{perda de } \$4.000.000 = \$10.000.000$$

O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda:

Valor em uso da marca: R\$ 10.800.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 9.400.000,00.

Assim, o valor recuperável é \$ 10.800.000. Como é maior que o valor contábil e a empresa reconheceu uma perda por impairment de \$4.000.000, a empresa deve reverter parcialmente a perda reconhecida, no valor de R\$ 800.000.

A reversão da perda anterior é contabilizada como uma receita na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Com isso, a marca fica avaliada pelo valor recuperável, de \$10.800.000.

Atenção para o fato de que a FCC não diz que os motivos que ensejaram a perda anterior deixaram de existir. Ela simplesmente dá um valor recuperável maior do que o contábil e o candidato deve subentender.

O gabarito é a letra a.



18. DIVULGAÇÃO

A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos:

- (a) o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas;
- (b) o montante das reversões de perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas reversões foram incluídas;
- (c) o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período; e
- (d) o montante das reversões das perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período

19. QUESTÕES COMENTADAS



19.1 - VUNESP

1. (VUNESP/Pref. Itapevi/Auditor Fiscal Tributário/2019) Em um trabalho de asseguarção realizado na Cia. A, o auditor independente observou que a referida entidade tinha efetuado o teste de recuperabilidade do valor de ativos, obedecendo às novas normas contábeis brasileiras, instituídas a partir da vigência das Leis nos 11.638/2007 e 11.941/2009. Constatou a existência física de um ativo imobilizado, adquirido pela entidade em julho de 2014 por R\$ 490.000,00 e imediatamente colocado em operação. A sua vida útil tinha sido estimada em 15 anos, e seu valor residual, em R\$ 10.000,00. Em 31.12.2018, o departamento contábil da companhia, seguindo a legislação pertinente, registrou uma perda desse ativo em função do teste de recuperabilidade respectivo, no valor de R\$ 20.000,00. Tendo feito os cálculos necessários, o auditor concluiu pela exatidão do teste realizado pela entidade. Portanto, o valor recuperável desse ativo, em 31.12.2018, correspondeu, em R\$, a
- a) 450.000,00.
 - b) 326.000,00.
 - c) 310.000,00.
 - d) 306.000,00.



e) 290.000,00.

Comentários:

Informações iniciais:

- Custo de Aquisição = R\$ 490.000,00
- Data de Aquisição = 07/2014
- Entrou em operação = 07/2014
- Vida útil = 15 anos
- Valor Residual = R\$ 10.000,00

O quesito avisou que foi reconhecido uma perda por recuperabilidade de R\$ 20.000,00 em 31/12/18. Isso aconteceu pois o valor recuperável é menor do que o valor contábil.

Situação apresentada é a seguinte:

$$\text{Valor contábil}_{31/12/18} > \text{Valor Recuperável}_{31/12/18}$$

$$\text{Valor contábil}_{31/12/18} - \text{Valor Recuperável}_{31/12/18} = \text{R\$ } 20.000,00$$

Para resolvemos a questão, precisamos do valor contábil em 31/12/18. Então, vamos ao passo a passo:

- 1) Pegue o valor de aquisição: R\$ 490.000,00
- 2) Encontre o valor residual: com base no enunciado, o valor residual é de R\$ 10.000,00
- 3) Faça a diferença entre o valor de aquisição e o valor residual e encontraremos o chamado valor depreciável: R\$ 490.000,00 - R\$ 10.000,00 = R\$ 480.000,00
- 4) Encontre a vida útil (em meses ou anos, geralmente): conforme o enunciado, Vida útil = 15 anos
- 5) Divida o valor depreciável pela vida útil: R\$ 480.000/15 anos = R\$ 32.000,00 de depreciação por ano

Como o ativo entrou em operação imediatamente, consideraremos como data inicial Julho/2014 e precisamos calcular a depreciação acumulada até 31/12/2018 (data do teste de recuperabilidade):

- 01/07/2014 até 30/06/2018 = 4 anos
- 01/07/2018 até 31/12/2018 = 0,5 anos
- Transcorreram 4,5 anos

Calculando a depreciação acumulada desse período, temos:

$$\text{Depreciação acumulada} = \text{Depreciação anual} \times \text{Anos}$$

$$\text{Depreciação acumulada} = \text{R\$ } 32.000,00 \times 4,5 = \text{R\$ } 144.000,00$$



Agora, podemos encontrar o valor contábil antes do teste de recuperabilidade:

Ativo Imobilizado _{31/12/18}

Custo de Aquisição = R\$ 490.000,00

(-) Depreciação acumulada = R\$ 144.000,00

(=) Valor Contábil = R\$ 346.000,00

Por fim, podemos substituir esse valor na situação apresentada:

Valor contábil _{31/12/18} > Valor Recuperável _{31/12/18}

Valor contábil _{31/12/18} - Valor Recuperável _{31/12/18} = R\$ 20.000,00

R\$ 346.000,00 - Valor Recuperável _{31/12/18} = R\$ 20.000,00

Valor Recuperável _{31/12/18} = R\$ 346.000,00 - R\$ 20.000,00

Valor Recuperável _{31/12/18} = R\$ 326.000,00

Portanto, o gabarito é letra b.

2. (VUNESP/ISS Campinas/Auditor Fiscal Tributário Municipal/2019) Em 01.07.2018, a Cia. Ponta Grossa adquiriu um equipamento industrial no valor de R\$ 1.500.000,00, o qual foi colocado em funcionamento na mesma data. O equipamento tem vida útil estimada em 12 anos e não foi estimado valor residual do ativo, por falta de informações confiáveis. A entidade efetuou o impairment test (teste de recuperabilidade do valor dos ativos) no mês de dezembro do referido ano. As informações obtidas sobre o valor recuperável do ativo, na mesma data, foram as seguintes:

Valor líquido de venda pelo valor justo R\$ 1.420.500,00

Valor presente dos benefícios futuros (valor em uso) R\$ 1.465.000,00

Em 31.12.2018, o valor contábil do equipamento, corretamente apresentado no Balanço Patrimonial da companhia, em R\$, foi de:

- a) 1.375.000,00.
- b) 1.465.000,00.
- c) 1.420.500,00.
- d) 1.500.000,00.
- e) 1.437.500,00.



Comentários:

Dados iniciais:

- Custo de Aquisição = R\$ 1.500.000,00
- Data de Aquisição = 01.07.2018
- Entrou em operação = 01.07.2018
- Vida útil = 12 anos
- Valor Residual = não estimado = 0

A questão solicita o valor contábil em 31/12/18, logo precisamos calcular a depreciação do período e verificar tal valor foi alterado após o teste de recuperabilidade. Vamos aos cálculos:

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor depreciável}}{\text{Vida útil}} = \frac{\text{R\$ } 1.500.000 - 0}{12 \text{ anos}} = \text{R\$ } 125.000,00 \text{ por ano}$$

Como o período entre 01.07.18 e 31.12.18 corresponde a 6 meses, então a depreciação acumulada será:

$$\text{Depreciação acumulada}_{\text{entre 01.07.18 e 31.12.18}} = \text{Depreciação anual} \times \text{Anos}$$

$$\text{Depreciação acumulada}_{\text{entre 01.07.18 e 31.12.18}} = \text{R\$ } 125.000,00 \times 0,5 \text{ anos}$$

$$\text{Depreciação acumulada}_{\text{entre 01.07.18 e 31.12.18}} = \text{R\$ } 62.500,00$$

Desse modo, o valor contábil antes do teste de recuperabilidade será:

Ativo Imobilizado _{31/12/18}

Custo de Aquisição = R\$ 1.500.000,00

(-) Depreciação acumulada = R\$ 62.500,00

(=) Valor Contábil = R\$ 1.437.500,00

Posteriormente, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este equipamento e obteve as seguintes informações:

- Valor líquido de venda pelo valor justo = R\$ 1.420.500,00
- Valor presente dos benefícios futuros (valor em uso) = R\$ 1.465.000,00
- Valor recuperável é R\$ 1.465.000,00. (MAIOR)

Percebam que o **valor recuperável** é MAIOR do que o **contábil** (R\$ 1.465.000,00 > R\$ 1.437.500,00), conseqüentemente não será necessário fazer o ajuste, o equipamento ficará registrada pelo valor líquido de R\$ 1.437.500,00.

O gabarito é letra e.



3. (VUNESP/CM Indaiatuba/Controlador Interno/2018) Suponha um imóvel que, na Contabilidade, aparece pelo valor líquido de R\$ 200.000,00. O aluguel de um imóvel semelhante a esse teria para a empresa um custo cujo valor presente líquido seria de R\$ 150.000,00. Ao examinar o mercado imobiliário da região, verifica-se que o valor de um imóvel semelhante para a compra seria de R\$ 170.000,00.

Diante destes dados, assinale a alternativa correta.

- a) Cabe acompanhar a perda e reportá-la nos relatórios de administração, mas não no balanço patrimonial.
- b) Cabe ajustar o valor do imóvel para R\$ 150.000,00 e registrar a perda de R\$ 50.000,00 como despesa do período no balanço patrimonial.
- c) Não cabe realizar nenhuma ação, dado que a reavaliação não é permitida legalmente.
- d) Cabe ajustar o valor desse imóvel para R\$ 170.000,00, com a perda de R\$ 30.000,00 pelo ajuste impactando o resultado do período.
- e) O ajuste apenas deve ser feito quando o valor de mercado for maior que o valor registrado contabilmente, conforme laudo de três peritos.

Comentários:

Inicialmente, o Valor líquido (Valor Contábil) = R\$ 200.000,00.

Ao realizar o teste de recuperabilidade, verificou que:

- Valor presente líquido (Valor de uso) = R\$ 150.000,00
- Valor mercado imobiliário da região (Valor líquido de venda pelo valor justo) = R\$ 170.000,00.
- Valor Recuperável (MAIOR) = R\$ 170.000,00.

Percebam que o valor contábil do imóvel é Maior o valor Recuperável, portanto, o imóvel está superavaliado. Em consequência, a entidade deverá reconhecer uma perda por recuperabilidade de R\$ 30.000,00 (R\$ 200.000,00 - R\$ 170.000,00). O gabarito é letra d.

4. (VUNESP/Pref. Suzano/Contador/2016) Um determinado equipamento industrial foi classificado como uma unidade geradora de caixa. Todavia, apresenta uma capacidade produtiva de apenas 50%, devido ao desgaste do equipamento pelo seu uso contínuo, não contribuindo, portanto, com a geração de caixa em sua plenitude. Isso posto, qual é o procedimento adotado nesse caso, considerando as normas contábeis vigentes?

- a) Reavaliar o ativo e reconhecer a diferença da avaliação, não importando que seja negativa ou positiva a reavaliação, nos resultados abrangentes.
- b) Aumentar a taxa de depreciação do equipamento, de forma que o seu valor residual esteja em consonância com a sua produtividade.
- c) Desativar o referido equipamento, uma vez que é impossível o alcance da produtividade esperada para a unidade geradora de caixa.



- d) Determinar o valor recuperável do referido ativo e proceder ao ajuste por impairment.
- e) Determinar o valor de realização do ativo, baseando-se na premissa de baixa produtividade, e realizar o equipamento por esse valor.

Comentários:

Vimos que a entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve fazer uma estimativa formal do valor recuperável do ativo

O quesito informou que: “**capacidade produtiva** de apenas **50%**, devido ao **DESGASTE** do equipamento pelo seu uso contínuo” Tal afirmação é um indicativo que *desempenho econômico da unidade geradora de caixa é pior que o esperado*

Segundo o CPC 01 (R1):

Fontes internas de informação:

*(e) evidência disponível de obsolescência ou de **DANO FÍSICO** de um ativo;*

*(g) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o **DESEMPENHO ECONÔMICO** de um ativo é ou será **PIOR QUE O ESPERADO**;*

Ainda, conforme o pronunciamento:

Desvalorização em uma unidade geradora de caixa

104. Uma perda por desvalorização deve ser reconhecida para uma unidade geradora de caixa – o menor grupo da unidade geradora de caixa ao qual o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou o ativo corporativo tenham sido alocados – se, e somente se, o valor recuperável da unidade (grupo de unidades) for menor do que o valor contábil da unidade (grupo de unidades). A perda por desvalorização deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade (grupo de unidades) na seguinte ordem: (a) primeiramente, para reduzir o valor contábil de qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) alocado à unidade geradora de caixa (grupo de unidades); e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade (grupo de unidades) proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo da unidade (grupo de unidades). Essas reduções nos valores contábeis devem ser tratadas como perda por desvalorização de itens individuais dos ativos e reconhecidas de acordo com o item 60.

Diante do exposto, é correto afirmar que o procedimento adotado nesse caso, considerando as normas contábeis vigentes, é determinar o valor recuperável do referido ativo e proceder ao ajuste por impairment.

O gabarito é letra d.



5. (VUNESP/CM Registro/Contador/2016) Uma empresa adquiriu uma máquina para sua produção no dia 01 de março de 2015 no valor de R\$ 150.000,00. Os engenheiros avaliaram sua vida útil em vinte anos e também determinaram que, ao final dessa vida útil estimada, seu valor residual será de 15% do custo de aquisição. A organização utiliza-se do método linear para cálculo da depreciação. Não existem créditos tributários, modificações no bem, na vida útil e tampouco no valor residual. Isto posto, no final de 2015, o valor líquido desse ativo correspondeu a
- 120.000,50.
 - 133.504,50.
 - 137.500,00.
 - 144.687,50.
 - 146.687,50.

Comentários:

Como calcular a depreciação pelo método da linha reta?

- 1) Pegue o valor de aquisição: 150.000
- 2) Encontre o valor residual. $150.000 \times 15\% = 22.500$
- 3) Faça a diferença entre o valor de aquisição e o valor residual e encontraremos o chamado valor depreciável: 127.500
- 4) Encontre a vida útil (em meses ou anos, geralmente). 20 anos ou 240 meses
- 5) Divida o valor depreciável pela vida útil: $127.500/240 = 531,25$ por mês

Falamos que a entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve fazer uma estimativa formal do valor recuperável do ativo. Não havendo indícios dessa desvalorização, dispensada está essa estimativa formal.

Como o item afirmou que " Não existem [...] modificações no bem, na vida útil e tampouco no valor residual. Não foi realizado o teste de recuperabilidade.

Ainda, fala que a máquina foi adquirida em março de 2015, portanto, nesse ano a máquina fora depreciada por 10 meses, o que nos leva a depreciação acumulada de: $531,25 \times 10 = 5.312,50$.

No final de 2015, o valor líquido desse ativo correspondeu a:

Valor Histórico 150.000

(-) Depreciação Acumulada (5312,50)

= Valor Contábil Líquido 144.687,50

O gabarito é letra d.



6. (VUNESP/Pref. SJC/Auditor Tributário Municipal/2015)A Cia. Industrial América do Norte adquiriu uma máquina para utilização em suas atividades industriais por R\$ 2.700.000,00. O referido imobilizado foi colocado em uso pela companhia no mês de abril de 2010. A vida útil da máquina, prevista pelo departamento de engenharia da companhia, foi de 20 anos, com um valor residual estimado em R\$ 300.000,00. Os valores da depreciação foram revistos ao longo do tempo e a vida útil e o valor residual foram mantidos como corretos.

O valor contábil da máquina no Balanço Patrimonial da companhia, levantado em 31.12.2014, correspondia, em R\$, a

- a) 1.800.000,00.
- b) 1.860.000,00.
- c) 2.058.750,00.
- d) 2.130.000,00.
- e) 2.025.000,00.

Comentários:

Mais uma vez, vamos ao passo a passo para calcular a depreciação:

- 1) Pegue o valor de aquisição: 2.700.000
- 2) Encontre o valor residual. 300.000
- 3) Faça a diferença entre o valor de aquisição e o valor residual e encontraremos o chamado valor depreciável: 2.400.000
- 4) Encontre a vida útil (em meses ou anos, geralmente). 20 anos ou 240
- 5) Divida o valor depreciável pela vida útil: $2.400.000/240 = 10.000$ por mês

O intervalo entre Abril/2010 a 31/12/2015 é igual a 4 anos e 9 meses ou 57 meses.

Assim, a Depreciação Acumulada = $57 \times 10.000 = 570.000$

No final de 2014, o valor contábil da máquina correspondeu a:

<i>Valor Histórico</i>	2.700.000
<i>(-) Depreciação Acumulada</i>	<u>(570.000)</u>
<i>= Valor Contábil Líquido</i>	2.130.000

O gabarito é letra d.



7. (VUNESP/CM Descalvado/Contador/2015) Uma empresa adquiriu, no dia 02 de fevereiro de 2014, um veículo cuja vida útil foi estimada em cinco anos. A contabilização correspondeu a R\$ 85.000,00. Ao final de sua vida útil estimada, o valor de realização corresponderá a R\$ 25.000,00. O método utilizado para o cálculo da depreciação é o linear. Não existem modificações no veículo, na vida útil e tampouco no valor de realização. No final de 2014, o valor líquido do veículo será correspondente a R\$
- a) 25.000,00.
 - b) 60.000,00.
 - c) 68.000,00.
 - d) 73.000,00.
 - e) 74.000,00.

Comentários:

Vamos aos cálculos!

$$\text{Valor Depreciável} = \text{Custo do Imobilizado} - \text{Valor Residual}$$

$$\text{Valor Depreciável} = 85.000 - 25.000 = 60.000$$

Como a Vida Útil = 5 anos ou 60 meses, então a depreciação será:

$$\text{Depreciação Mensal} = 60.000/60 = 1.000 \text{ (aproximadamente).}$$

Agora vamos calcular a depreciação acumulada no final de 2014. Devemos tomar cuidado, pois o veículo foi depreciado por 11 meses, isto é, de fevereiro a dezembro.

$$\text{Depreciação Acumulada} = 11 \times 1.000 = 11.000$$

No final de 2014, o valor líquido do veículo será correspondente a :

Valor Histórico 85.000

(-) Depreciação Acumulada (11.000)

= Valor Contábil Líquido 74.000

O gabarito é letra e.

8. (Vunesp/CM Itatiba – SP/Contador/2015) No que tange ao ativo imobilizado, o valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera obter com o uso contínuo de um ativo e com a alienação ao final da sua vida útil, ou mesmo incorrer na liquidação de um passivo, refere-se ao valor
- a) justo do bem.



- b) realizável do bem.
- c) de impairment
- d) específico do bem para a entidade.
- e) da unidade geradora de caixa.

Comentários:

Algumas definições importantes:

Valor recuperável *de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior (repita-se: maior) valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.*

Valor específico para a entidade (valor em uso) é o valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera (i) obter com o uso contínuo de um ativo e com a alienação ao final da sua vida útil ou (ii) incorrer para a liquidação de um passivo.

Esse é o nosso gabarito!

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. (Ver CPC 46 – Mensuração do Valor Justo). (Alterada pela Revisão CPC 03)

O gabarito é letra d.

9. (VUNESP/ ISS SJRP/Auditor Fiscal Tributário Municipal/2014) A Cia. Cruzeiro do Norte efetuou o teste de recuperabilidade do valor dos ativos (impairment test) em uma máquina de seu ativo imobilizado, tendo registrado uma perda de valor de R\$ 28.000,00. A máquina foi adquirida por R\$ 600.000,00. Na ocasião do teste, o percentual de depreciação acumulada da máquina era de 40% do valor depreciável, e a companhia estimou o valor justo da máquina em R\$ 325.000,00.

À vista do exposto, é correto afirmar que o valor em uso da referida máquina foi estimado pela companhia como correspondente, em R\$, a:

- a) 326.000,00.
- b) 322.000,00.
- c) 332.000,00.
- d) 330.000,00.
- e) 336.000,00.



Comentários:

Pessoal, para resolvermos essa questão podemos fazer o teste de recuperabilidade “de trás para frente”, vejam:

A questão nos forneceu as seguintes informações:

Valor Histórico	600.000
(Depreciação Acumulada (40%))	(240.000)
<u>(Perda por recuperabilidade)</u>	<u>(28.000)</u>
= Valor Contábil Líquido	332.000.
Valor Líquido de Venda	325.000
Valor em Uso	???

Ou seja:

Valor Recuperável: 332.000

Valor Justo = 325.000

Valor em uso: podemos garantir que é 332.000 que esse será o valor recuperável.

O gabarito é letra c.

10. (VUNESP/TJ PA/Analista Judiciário/Ciências Contábeis/2014) A redução nos benefícios econômicos futuros ou no potencial de serviços de um ativo que reflete o declínio na sua utilidade, além do reconhecimento sistemático por meio da depreciação, significa

- a) Reavaliação.
- b) Impairment (Redução ao valor recuperável).
- c) Ajuste a valor de mercado.
- d) Ajuste por ociosidade.
- e) Provisão para riscos e perdas.

Comentários:

O teste de recuperabilidade (ou impairment test), para **ativos imobilizados e intangíveis**, foi uma novidade trazida pela Lei 11.638/2007, que alterou a Lei 6.404/76.

Segundo este diploma legal:



Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

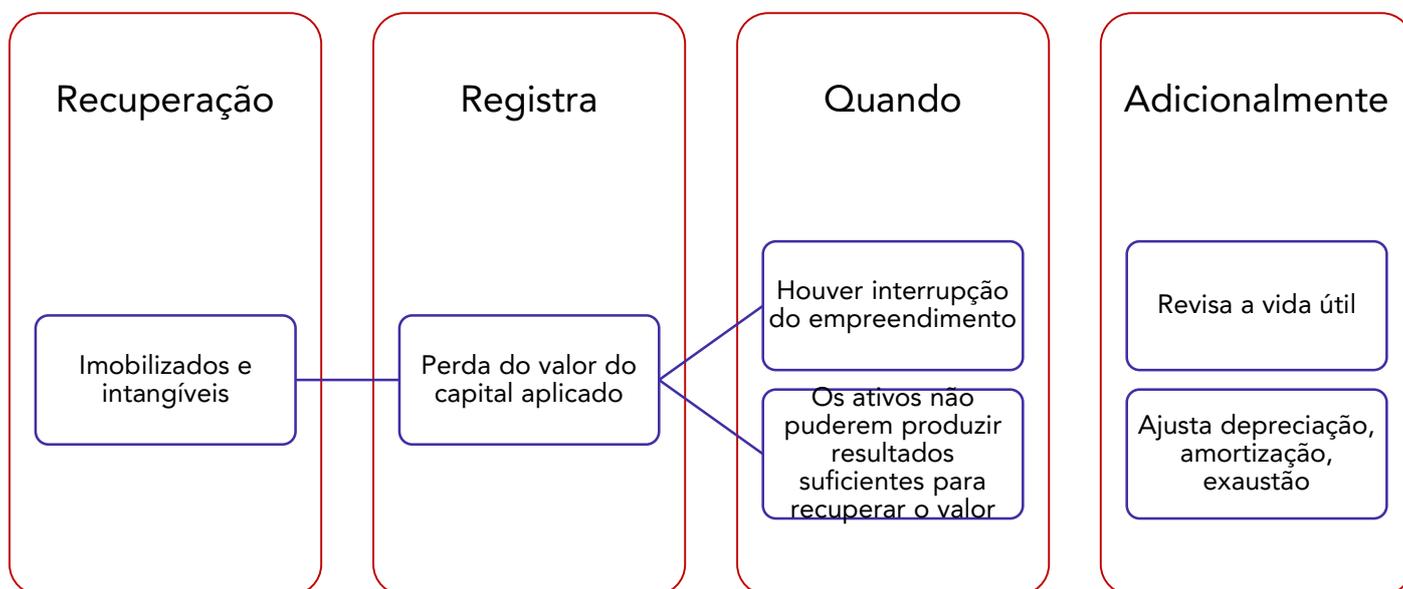
I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

Portanto, o artigo 183, parágrafo terceiro, prega que há necessidade de se analisar a capacidade de recuperação de valores registrados **no imobilizado e no intangível**.

Em síntese, é requisito para o reconhecimento de um ativo que ele traga benefícios econômicos futuros. Quando os benefícios econômicos futuros que esse ativo vai trazer são menores do que o valor pelo qual ele está registrado na contabilidade, devemos, então, fazer a redução do valor (isso ficará claro a seguir).

Portanto, segundo a Lei 6.404/76:



O gabarito é letra b.



19.2 - FCC

11.(FCC/ALAPA/Assistente Legislativo Atividade Orçamentária e Financeira/ Especialidade - Assistente de Contabilidade/2020) Em 01/01/2016, a Cia. Peso Leve adquiriu, à vista, um equipamento pelo valor de R\$ 3.400.000,00. Na data da aquisição, a vida útil definida para o equipamento foi 20 anos e o valor residual estimado foi R\$ 200.000,00. Em 01/01/2017, a Cia. reavaliou a condição de uso do equipamento, estabeleceu a vida útil remanescente em 15 anos e o novo valor residual estimado em R\$ 240.000,00. Sabendo que a Cia. Peso Leve utiliza o método das cotas constantes para cálculo da despesa de depreciação, o valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2018 foi, em reais,

- (A) 2.840.000,00.
- (B) 2.600.000,00.
- (C) 2.528.000,00.
- (D) 2.768.000,00.
- (E) 2.640.000,00.

Comentários:

Nossa primeira missão é apurar o valor contábil do bem até o momento da reavaliação com as informações que temos.

- Valor Histórico: R\$ 3.400.000,00
- Valor Residual = R\$ 200.000
- Vida Útil = 20 anos.

$$\text{Depreciação Anual} = \frac{3.400.000 - 200.000}{20} = \text{R\$ } 160.000/\text{ano}$$

Portanto, na data da reavaliação, um ano após a aquisição, o valor contábil do equipamento era:

$$\text{R\$ } 3.400.000 - 160.000 = \text{R\$ } 3.240.000$$

Agora, vamos calcular a nova depreciação anual e novo valor contábil do equipamento em 31.12.2018 (2 anos após a reavaliação):

$$\text{Depreciação Anual} = \frac{3.240.000 - 240.000}{15} = \text{R\$ } 200.000/\text{ano}$$

A depreciação acumulada em 31.12.2018 será de $2 \times \text{R\$ } 200.000 = \text{R\$ } 400.000$, portanto, o valor contábil desse ativo será:

$$\text{R\$ } 3.240.000 - 400.000 = \text{R\$ } 2.840.000,00$$



O gabarito é, portanto, letra a.

12.(FCC/ALAPA/Assistente Legislativo Atividade Orçamentária e Financeira/ Especialidade - Assistente de Contabilidade/2020) A Cia. Investidora apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 750.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 950.000,00.
- Perda por desvalorização (impairment): R\$ 200.000,00.

Em 31/12/2018, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 1.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 700.000,00.

Com base nessas informações e sabendo-se que o ativo não corresponde a ágio pago por expectativa de resultados futuros, a Cia. Investidora

- (A) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 50.000,00.
- (B) manteve, no ativo, o valor contábil de R\$ 750.000,00.
- (C) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 250.000,00.
- (D) reconheceu, no resultado de 2018, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
- (E) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 200.000,00.

Comentários:

Vamos começar apurando o valor contábil do ativo no momento do teste de recuperabilidade:

Valor Contábil = Custo de Aquisição - Perda por recuperabilidade

Valor Contábil = $950.000 - 200.000 = R\$ 750.000$

Agora, vamos encontrar o valor recuperável desse ativo, que é o MAIOR entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso, portanto, R\$ 1.000.000.

Em condições normais, nenhum ajuste deveria ser feito, pois o valor contábil é MAIOR do que o valor recuperável, porém, como há perda por recuperabilidade de períodos anteriores, DEVEMOS FAZER A REVERSÃO dessa perda, reconhecendo, assim, uma receita.

Apenas destacamos que se fosse uma perda por recuperabilidade registrada no goodwill NÃO deveríamos fazer essa reversão, mas a questão deixa claro que não é esse o caso.

Assim sendo, como o valor recuperável passou para R\$ 1.000.000, temos que a reversão até o valor contábil que o bem tinha antes de nenhuma perda ser reconhecida, isto é, reversão de R\$ 200.000. Não pode passar disso, ok?

Portanto, reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 200.000,00.



O gabarito é letra e.

13. (FCC/Prefeitura do Recife/Analista/2019) A Cia. Incorporada tinha registrado, em 31/12/17, um ativo intangível com vida útil indefinida (marca X), cujo valor contábil de R\$ 520.000,00 era composto por:

Custo de aquisição R\$ 650.000,00.

Perda por desvalorização (reconhecida em 2016) R\$ 130.000,00.

Nesta data, antes de elaborar as demonstrações contábeis, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ativo intangível e obteve as seguintes informações:

Valor em uso R\$ 470.000,00.

Valor justo líquido de despesas de venda R\$ 670.000,00.

Com base nas informações acima, a Cia. Incorporada, em 31/12/17,

(A) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.

(B) não fez nenhum registro contábil.

(C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 130.000,00.

(D) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.

(E) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 180.000,00.

Comentários:

O valor contábil deve ser comparado com o valor recuperável, que é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda:

- *Valor em uso da marca = \$ 470.000*
- *Valor justo líquido das despesas de venda = R\$ 670.000*
- *Valor recuperável = R\$ 670.000*

Valor Contábil = Custo de Aquisição - Perda por desvalorização (reconhecida em 2016)

$$\text{Valor Contábil} = 650.000 - 130.000 = 520.000$$

O valor contábil é de 520.000, mas o valor recuperável é de R\$ 670.000. Em condições normais, nenhum ajuste seria feito, mas a empresa possui perda por recuperabilidade registrada, nesse caso, ela deve reverter a perda de R\$ 130.000, registrando um ganho nessa quantia.

Lembrando que o limite para reversão é o valor original do ativo (R\$ 650.000), subtraído de eventual depreciação, amortização ou exaustão. O gabarito é letra c.

14.(FCC/ISS-MANAUS/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/2019) Em 31/12/2016, o saldo líquido da conta Intangíveis evidenciado no Balanço Patrimonial da empresa Invisível S.A. era R\$ 21.500.000,00, composto dos seguintes valores:



Custo de aquisição	25.000.000,00
(-) Amortização Acumulada	(3.500.000,00)
(=) Valor contábil	21.500.000,00

As notas explicativas dessa conta apresentavam, nessa data, as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Custo de aquisição (R\$)	Amortização acumulada (R\$)	Vida útil
Patentes	17.500.000,00	3.500.000,00	20 anos
Marca adquirida	7.500.000,00	-	Indefinida
Total	25.000.000,00	3.500.000,00	-

A empresa adota o método linear para cálculo da despesa de amortização.

A empresa realizou, em 31/12/2017, o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) para os dois ativos e obteve as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Valor justo (R\$)	Valor em uso (R\$)
Patentes	Não existe	13.250.000,00
Marca adquirida	6.500.000,00	7.000.000,00

O saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis foi, em reais,

- a) 20.250.000,00.
- b) 20.125.000,00.
- c) 19.750.000,00.
- d) 19.625.000,00.
- e) 20.625.000,00.

Comentários:

Quando a questão solicita o saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis, temos que encontrar o valor histórico excluir a amortização acumulada e eventual perda por recuperabilidade, se houver.

Apenas destacamos que Ativos Intangíveis com vida útil indefinida, como apresentado na questão **NÃO SÃO AMORTIZADOS**, mas submetidos ao teste de recuperabilidade. Nosso objetivo é encontrar o valor contábil dos dois ativos e aplicarmos o teste de recuperabilidade:

- Patentes:

- Valor Amortizável = 17.500.000,00
- Vida Útil = 20 anos

$$\text{Amortização Anual} = \frac{\text{Valor Amortizável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{17.500.000}{20} = \text{R\$ } 875.000,00$$

$$\text{Amortização Acumulada}_{31/12/2017} = \text{Amortização Anual}_{2017} + \text{Amortização Acumulada Saldo anterior}$$

$$\text{Amortização Acumulada}_{31/12/2017} = \text{R\$ } 875.000,00 + \text{R\$ } 3.500.000,00 = (\text{R\$ } 4.375.000,00)$$



Valor Contábil $_{31/12/2017}$ = Custo de aquisição – Amortização Acumulada $_{31/12/2017}$

Valor Contábil $_{31/12/2017}$ = $17.500.000,00 - 4.375.000,00 = R\$13.125.000,00$

Agora, vamos aplicar o teste de recuperabilidade, conforme previsão do CPC 01:

- Valor Justo = não existe
- Valor em uso = R\$ 13.250.000,00
- Valor Recuperável = R\$ 13.250.000,00

Percebam que o valor recuperável é MAIOR do que o contábil, não é necessário fazer ajuste, as patentes ficarão registradas pelo valor líquido de R\$ 13.125.000,00

- Marcas:

Por não possuírem vida útil definida, as marcas não são amortizada, são submetidas ao teste de recuperabilidade!!

- Valor Justo = 6.500.000
- Valor em uso = 7.000.000,00
- Valor Recuperável = 7.000.000,00
- Valor Contábil = 7.500.000,00

Aqui será necessário reconhecer uma perda por recuperabilidade de $7.500.000 - 7.000.000 = 500.000$, pois o valor recuperável é menor do que o valor contábil. As marcas ficarão registradas da seguinte forma:

<i>Custo de Aquisição</i>	<i>7.500.000,00</i>
<i>(-) Perda por recuperabilidade</i>	<i>(500.000,00)</i>
<i>Valor Contábil</i>	<i>7.000.000,00</i>

O saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis foi, em reais, $13.125.000,00 + 7.000.000,00 = 20.125.000,00$. O gabarito é letra b.

15.(FCC/SEFAZ-BA/Auditor Fiscal/2019) Um equipamento foi adquirido à vista, em 30/06/2017, pelo custo total de R\$ 1.500.000,00. A empresa definiu sua vida útil em 8 anos, o valor líquido de venda do equipamento no final do 8º ano foi estimado em R\$ 660.000,00 e, para fins fiscais, a vida útil é definida em 10 anos. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2018, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável para o equipamento (Teste de impairment) e os valores obtidos, em 31/12/2018, para a realização desse teste foram os seguintes:

- Valor justo = R\$ 1.300.000,00
- Valor em uso = R\$ 1.325.000,00



O valor da despesa para redução ao valor recuperável (despesa por impairment) registrado na Demonstração do Resultado de 2018 foi, em reais,

- a) 42.500,00.
- b) 122.500,00.
- c) 17.500,00.
- d) 147.500,00.
- e) 175.000,00.

Comentários:

Primeiramente, precisamos do valor depreciável:

Valor depreciável = Custo de aquisição – Valor Residual

$$\text{Valor depreciável} = 1.500.000 - 660.000 = \text{R\$ } 840.000$$

A próxima etapa é calcular a depreciação:

Professores, a empresa definiu sua vida útil em 8 anos e para fins fiscais é de 10 anos. Qual devemos utilizar?

Encontramos a resposta no CPC 01:

Vida útil é:

O período de tempo no qual a entidade espera usar um ativo; ou

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor depreciável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{\text{R\$ } 840.000}{96 \text{ meses}} = \text{R\$ } 8.750 \text{ por mês}$$

Obs.: 8 anos = 96 meses

$$\text{Depreciação Acumulada em 31/12/2018} = 8.750 \times 18 \text{ meses} = \text{R\$ } 157.500$$

Obs.: a diferença entre 30/06/2017 e 31/12/2018 é de 18 meses

Vejamos o valor contábil:

Valor contábil 31/12/2018 = Custo de Aquisição – Depreciação Acumulada

$$\text{Valor contábil 31/12/2018} = 1.500.000 - 157.500 = \text{R\$ } 1.342.500$$

Dado que o Valor recuperável = R\$ 1.325.000, teremos que apurar a perda:

$$\text{Perda em 2018} = \text{Valor contábil 31/12/2018} - \text{Valor recuperável}$$



$$\text{Perda em 2018} = \$ 1.342.500 - \$ 1.325.000 = \$ 17.500$$

O gabarito é letra e.

16. (FCC/SEFAZ-BA/Auditor Fiscal/2019) Uma patente foi adquirida em 31/12/2017 pelo valor total de R\$ 30.000.000,00. A patente poderá ser explorada pelo prazo de 20 anos e após tal período passará a ser de domínio público. Em 31/12/2018, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (Teste de impairment) utilizando-se das seguintes informações sobre a patente:

- Valor em uso da patente: R\$ 25.500.000,00.
- Valor justo da patente: R\$ 24.000.000,00.

Na apuração do resultado do ano de 2018, a empresa

- a) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 3.000.000,00.
- b) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.500.000,00.
- c) não reconheceu nenhuma despesa por se tratar de ativo intangível que não deve ser amortizado.
- d) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00, apenas.
- e) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.500.000,00, apenas.

Comentários:

Dados da questão:

- Valor Amortizável = 30.000.000,00
- Vida Útil = 20 anos

O primeiro passo é obter a amortização anual:

$$\text{Amortização Anual} = \frac{\text{Valor Amortizável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{30.000.000}{20} = R\$ 1.500.000,00$$

Assim, amortização em 2018 = \$ 1.500.000

Em seguida, encontremos o valor contábil:

Valor Contábil = Custo de aquisição – Amortização Acumulada

$$\text{Valor Contábil} = \$ 30.000.000 - \$ 1.500.000 = \$ 28.500.000$$

Como o Valor recuperável = \$ 25.500.000, teremos que apurar a perda:

$$\text{Perda por desvalorização} = \text{Valor contábil} - \text{Valor recuperável}$$



$$\text{Perda por desvalorização} = \$28.500.000 - \$ 25.500.000 = \$ 3.000.000$$

O gabarito é letra a.

17.(FCC/SANASA/Analista Administrativo - Contabilidade/2019) NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, estabelece procedimentos que as empresas devem aplicar para assegurarem que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Nesse sentido, é INCORRETO afirmar que:

- a) Cada vez que a empresa verificar que um ativo esteja avaliado por valor não recuperável no futuro, ou seja, toda vez que houver uma projeção de geração de caixa em valor inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado, a companhia terá que fazer a baixa contábil da diferença.
- b) O ajuste para perdas por desvalorização decorre da obrigação de avaliar os ativos, no mínimo uma vez por ano, para ajustá-los a valor de sua realização, caso este seja inferior ao valor contábil.
- c) Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.
- d) Se um ativo estiver registrado contabilmente por R\$ 100.000 e seu valor recuperável for de R\$ 80.000, a empresa deve promover o registro da diferença (perda de R\$ 20.000) da seguinte forma: Débito: Perdas por Desvalorização (conta redutora do Ativo) \$ 20.000. Crédito: Perdas por Desvalorização de Ativos (conta de resultado) \$ 20.000.
- e) Uma das metodologias para a mensuração do Valor Recuperável do Ativo é Valor em Uso, que é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo.

Comentários:

FIQUE ATENTO! A questão quer a incorreta! Analisemos as alternativas:

- a) Cada vez que a empresa verificar que um ativo esteja avaliado por valor não recuperável no futuro, ou seja, toda vez que houver uma projeção de geração de caixa em valor inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado, a companhia terá que fazer a baixa contábil da diferença.

Correto, O teste de recuperabilidade tem como finalidade principal apresentar o **valor real pelo qual um ativo será realizado**. Essa realização poderá ser feita tanto pela venda do bem, quanto pela sua utilização nas atividades empresariais. Vejam que a norma fala em: assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

Em síntese, quando os benefícios econômicos futuros que esse ativo vai trazer são menores do que o valor pelo qual ele está registrado na contabilidade, devemos, então, fazer a redução do valor. Ou seja, teremos que fazer a baixa contábil da diferença.

- b) O ajuste para perdas por desvalorização decorre da obrigação de avaliar os ativos, no mínimo uma vez por ano, para ajustá-los a valor de sua realização, caso este seja inferior ao valor contábil.



Correto, a redução ao valor recuperável de ativos é um procedimento aplicados a ativos imobilizados e intangíveis que tem o fito de assegurar que ativos não estejam avaliados por valores superiores ao de recuperação.

A periodicidade de realização do teste de recuperabilidade: se houver indícios, no término do período de reporte. Mas, independentemente disso, **anualmente, para: goodwill, ativo intangível com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso.**

c) Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

Corretíssimo! A alternativa trouxe um "CONTROL C + CONTROL V" (rsrsr...) da definição trazida pelo pronunciamento.

d) Se um ativo estiver registrado contabilmente por R\$ 100.000 e seu valor recuperável for de R\$ 80.000, a empresa deve promover o registro da diferença (perda de R\$ 20.000) da seguinte forma: Débito: Perdas por Desvalorização (conta redutora do Ativo) \$ 20.000. Crédito: Perdas por Desvalorização de Ativos (conta de resultado) \$ 20.000.

As contas retificadoras servem para **ajustar o saldo de uma conta "principal"**. Um exemplo da aplicação desse conceito é o cálculo da perda por desvalorização de alguns ativos, como máquinas e equipamentos.

Uma conta **retificadora do Ativo**, não possui a natureza desse grupo, isto é, devedora; possui **natureza credora**. Logo, ela ao invés de aumentar o saldo do grupo, irá diminuí-lo. Se eu tenho uma conta de ativo com saldo de R\$ 100.000 e outra conta retificadora com saldo de R\$ 20.000, o saldo do grupo será de R\$ 100.000 – R\$ 20.000 = R\$ 80.000,00.

Logo, a alternativa erra ao afirmar: "Débito: Perdas por Desvalorização (conta redutora do Ativo) \$ 20.000". Vejamos o lançamento correto:

Débito Perdas por Desvalorização de Ativos (conta de resultado) \$ 20.000.

Crédito: Perdas por Desvalorização (conta redutora do Ativo) \$ 20.000.

Essa alternativa é o nosso gabarito!

e) Uma das metodologias para a mensuração do Valor Recuperável do Ativo é Valor em Uso, que é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo

Correto, para calcular o valor em uso trazemos a valor presente as vendas de produtos oriundos deste ativo, ainda acrescentamos o valor pelo qual podemos vender o ativo no final do período.

Ressalta-se que temos de conhecer as receitas que serão esperadas pela utilização do ativo e desse valor subtraímos todos os custos que estejam relacionados às receitas.

O gabarito é a letra d.



18. (FCC/METRO-SP/Analista Desenvolvimento Gestão Júnior-Contabilidade/2019) A empresa Jabaquara adquiriu alguns ativos da Empresa Tucuruvi em 01/jan/X0 por R\$ 2.400.000,00. Nessa data, os ativos adquiridos apresentavam os seguintes valores justos:

Terreno:..... R\$ 400.000,00
Prédio: R\$ 600.000,00
Máquinas e equipamentos: R\$ 900.000,00

Em 01/jul/X1, um concorrente lançou um novo produto no mercado que impactará na avaliação dos ativos elencados anteriormente, já que o novo produto revolucionou a forma de produção dos ativos da Jabaquara.

Na tabela abaixo, são apresentados os valores referentes às avaliações desses imobilizados da Jabaquara:

Ativos	Taxa de depreciação (sem valor residual)	Valor contábil líquido	Valor em uso	Valor justo
Terreno	-	R\$ 400.000,00	R\$ 415.000,00	R\$ 405.000,00
Prédio	20 anos	R\$ 555.000,00	R\$ 575.000,00	R\$ 560.000,00
Máquinas e equipamentos	1,67 anos	R\$ 630.000,00	R\$ 380.000,00	R\$ 230.000,00

O valor da perda por redução ao valor recuperável de cada um desses ativos da empresa Jabaquara, em 01/Jul/X1, é

- a) Terreno = R\$ 10.000,00; Prédio = R\$ 15.000,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 150.000,00.
- b) Terreno = R\$ 15.000,00; Prédio = R\$ 20.000,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 250.000,00.
- c) Terreno = R\$ 5.000,00; Prédio = R\$ 5.000,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 400.000,00.
- d) Terreno = R\$ 0,00; Prédio = R\$ 0,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 400.000,00.
- e) Terreno = R\$ 0,00; Prédio = R\$ 0,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 250.000,00.

Comentários:

Questão sobre o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos! Nossa missão é encontrar o valor recuperável de cada ativo e comparar como o valor contábil líquido, já fornecido pela questão.

Se o valor contábil foi MAIOR do que o valor recuperável, reconhecemos a perda. Lembrando que o valor justo é o MAIOR entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de vendas:

Ativo	Valor Contábil Líquido	Valor Recuperável	Perda por recuperabilidade
Terreno	R\$ 400.000,00	R\$ 415.000,00	R\$ -
Prédio	R\$ 555.000,00	R\$ 575.000,00	R\$ -
Máquinas e Equipamentos	R\$ 630.000,00	R\$ 380.000,00	R\$ 250.000,00

O gabarito é letra e.



19. (FCC/DPE-AM/ Analista em Gestão/Especializado de Defensoria - Ciências Contábeis/2018) O Balanço Patrimonial de uma empresa apresentava, em 31/12/2011, o saldo contábil de R\$ 600.000,00 para um equipamento de produção, composto pelas seguintes contas, com valores em reais:

Custo de Aquisição	1.000.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(300.000,00)
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(100.000,00)
(=) Saldo Contábil	600.000,00

Em 01/01/2012, a empresa reavaliou a vida útil do equipamento para 5 anos restantes e identificou um valor residual de R\$ 50.000 no final desta nova vida útil. A empresa adota o método das cotas constantes para fins de cálculo da depreciação.

No final de 2012, para a elaboração do Balanço Patrimonial, após o reconhecimento da depreciação do referido ano, a empresa identificou os seguintes valores, em reais, para a realização do teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment):

- Valor justo líquido de despesas de venda	580.000,00
- Valor em uso	585.000,00

O saldo contábil apresentado para o equipamento, no Balanço Patrimonial de 31/12/2012, foi, em reais,

- a) 490.000,00.
- b) 570.000,00.
- c) 580.000,00.
- d) 585.000,00.
- e) 590.000,00

Comentários:

Inicialmente, o nosso balanço é o seguinte:

<i>Custo de Aquisição</i>	<i>1.000.000,00</i>
<i>(-) Depreciação Acumulada</i>	<i>(300.000,00)</i>
<i>(-) Perdas por redução ao valor recuperável</i>	<i>(100.000,00)</i>
<i>(=) Saldo Contábil</i>	<i>600.000,00</i>

Posteriormente, em 01/01/2012, a empresa reavaliou que a vida útil seria de 5 anos e o valor residual de R\$ 50.000.

Devemos calcular de forma prospectiva, ou seja, daqui para a frente, sem alterar a depreciação de anos anteriores.



Obs.: A empresa adota o método das cotas constantes para fins de cálculo da depreciação.

Vamos calcular a depreciação entre 01.01.12 e 31.1.12:

- 1º Passo – Encontrar o novo valor depreciável:

$$\text{Novo valor depreciável} = \text{Saldo Contábil} - \text{Val. Residual}$$

$$\text{Novo valor depreciável} = 600.000 - 50.000,00$$

$$\text{Novo valor depreciável} = \text{R\$ } 550.000,00$$

- 2º Passo – Apurar a depreciação nesse intervalo:

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor depreciável}}{\text{Vida útil}} = \frac{550.000}{5} = \text{R\$ } 110.000,00$$

Obs.: esse intervalo representa 1 ano.

Conseqüentemente, o valor contábil será:

Valor Contábil = Valor Contábil Anterior – Depreciação no período

$$\text{Valor Contábil} = 600.000 - 110.000 = \text{R\$ } 490.000$$

No entanto, no final de 2012 a entidade realizou o teste de recuperabilidade, conforme previsão do CPC 01:

- Valor justo líquido de despesas de venda = R\$ 580.000,00
- Valor em uso = R\$ 585.000,00

Assim, o valor recuperável é R\$ 585.000,00. Como é maior que o valor contábil e a empresa reconheceu uma perda por impairment de R\$ 100.000,00, a empresa deveria reverter parcialmente a perda reconhecida, no valor de R\$ 95.000. E, ficaríamos com R\$ 585.000. Então, podemos marcar a letra D como gabarito, correto?

ERRADO!!!! Aqui temos uma pegadinha da FCC que derrubou ótimos candidatos!

Indo mais fundo!!!! O pronunciamento 01 traz uma exceção:

Reversão de perda por desvalorização para ativo individual

117. O aumento do valor contábil de um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), atribuível à reversão de perda por desvalorização não deve exceder o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.



Com base nessa exceção, a depreciação entre 01.01.12 e 31.1.12:

- 1º Passo – Obter valor depreciável (sem considerar as perdas por desvalorização):

Novo valor depreciável = Saldo Contábil – Val. Residual

$$\text{Novo valor depreciável} = 700.000 - 50.000,00$$

$$\text{Novo valor depreciável} = \text{R\$ } 650.000,00$$

- 2º Passo – Verificar a depreciação nesse intervalo (sem considerar as perdas por desvalorização):

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor depreciável}}{\text{Vida útil}} = \frac{650.000}{5} = \text{R\$ } 130.000,00$$

Logo, o valor contábil (sem considerar as perdas por desvalorização) será:

Valor Contábil = Valor Contábil Anterior – Depreciação no período

$$\text{Valor Contábil} = 700.000 - 130.000 = \text{R\$ } 570.000$$

A entidade deve reverter parcialmente a perda reconhecida, no valor de R\$ 80.000 (570.000 – 490.000). Respeitando, assim, o limite fixado pelo item 117 do pronunciamento.

Lembramos que a reversão da perda anterior é contabilizada como uma receita na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Por fim, podemos marcar a letra b como gabarito.

20. (FCC/SEGEP MA/Analista Previdenciário - Atuarial e Contábil/2018) A empresa Ilusória S.A. apresentou, no Balanço Patrimonial de 31/12/2016, o saldo de R\$ 43.000.000,00 para a conta Intangíveis, composto dos seguintes valores:

Custo de aquisição	50.000.000,00
(-) Amortização Acumulada	(7.000.000,00)
(=) Saldo da conta	43.000.000,00

As informações sobre os ativos intangíveis são apresentadas na tabela abaixo:

Tipo de Ativo Intangível	Custo de aquisição (R\$)	Amortização acumulada (R\$)	Vida útil
Concessão	35.000.000,00	7.000.000,00	20 anos
Marca adquirida	15.000.000,00	-	Indefinida
Total	50.000.000,00	7.000.000,00	-

Em 31/12/2017, após o cálculo da amortização, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") para os dois itens componentes e obteve as seguintes informações:



Tipo de Ativo Intangível	Valor justo líquido das despesas de venda (R\$)	Valor em uso (R\$)
Concessão	Não existe	26.500.000,00
Marca adquirida	13.000.000,00	14.000.000,00

O saldo a ser apresentado para a conta Intangíveis no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 da empresa Ilusória S.A. deveria ser, em reais,

- a) 40.500.000,00.
- b) 40.250.000,00.
- c) 39.500.000,00.
- d) 39.250.000,00.
- e) 41.250.000,00.

Comentários:

Quando a questão solicita o saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis, temos que encontrar o valor histórico excluir a amortização acumulada e eventual perda por recuperabilidade, se houver.

Apenas destacamos que Ativos Intangíveis com vida útil indefinida, como apresentado na questão **NÃO SÃO AMORTIZADOS**, mas submetidos ao teste de recuperabilidade. Nosso objetivo é encontrar o valor contábil dos dois ativos e aplicarmos o teste de recuperabilidade:

- Concessão:

- Vida Útil = 20 anos
- Custo de aquisição = 35.000.000,00
- Amortização acumulada = 7.000.000,00

Vamos aos cálculos:

$$\text{Amortização Anual} = \frac{\text{Valor Amortizável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{35.000.000}{20} = \text{R\$ } 1.750.000,00$$

Obs.: como não havia valor residual, nem perda por desvalorização; o valor amortizável é igual ao custo de aquisição.

Valor Contábil _{31/12/2017} = Custo de aquisição – Amortização Acumulada_{31/12/2017}

Valor Contábil _{31/12/2017} = 35.000.000,00 - 8.750.000,00 = R\$ 26.250.000,00

Agora, vamos aplicar o teste de recuperabilidade, conforme previsão do CPC 01:

- Valor justo líquido das despesas de venda = não existe
- Valor em uso = R\$ 26.500.000,00
- Valor Recuperável = R\$ 26.500.000,00



Percebam que o valor recuperável é MAIOR do que o contábil, conseqüentemente não será necessário fazer o ajuste, a Concessão ficará registrada pelo valor líquido de R\$ 26.250.000,00.

- Marca adquirida

Por não possuírem vida útil definida, as marcas não são amortizadas, são submetidas ao teste de recuperabilidade!!

- Valor justo líquido das despesas de venda = 13.000.000,00
- Valor em uso = 14.000.000,00
- Valor Recuperável = 14.000.000,00
- Valor Contábil = 15.000.000,00

Aqui será necessário reconhecer uma perda por recuperabilidade de $15.000.000 - 14.000.000 = 1.000.000$, pois o valor recuperável é menor do que o valor contábil.

As marcas adquiridas ficarão registradas da seguinte forma:

<i>Custo de Aquisição</i>	<i>15.000.000,00</i>
<i>(-) Perda por recuperabilidade</i>	<i>(1.000.000,00)</i>
<i>Valor Contábil</i>	<i>14.000.000,00</i>

O saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis foi, em reais, $26.250.000,00 + 14.000.000,00 = 40.250.000,00$.

O gabarito é a letra b.

21. (FCC/SEGEP MA/Analista Previdenciário - Financeira e Contábil/2018) A Cia. Perdas & Ganhos apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 5.000.000,00, composto pelos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 7.000.000,00.
- Perda por desvalorização (impairment): R\$ 2.000.000,00.

Em 31/12/2017, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 8.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 4.500.000,00.

Com base nestas informações, nas demonstrações contábeis de 2017 a Cia. Perdas & Ganhos

- a) não fez nenhum ajuste e manteve o valor contábil de R\$ 5.000.000,00.
- b) reconheceu, no resultado, um ganho no valor de R\$ 3.000.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 8.000.000,00.
- c) reconheceu, no resultado, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 500.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 4.500.000,00.



d) reconheceu, no resultado, um ganho no valor de R\$ 2.000.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 8.000.000,00.

e) reconheceu, no resultado, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 2.500.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 4.500.000,00.

Comentários:

Mais uma vez destacamos que Ativos Intangíveis com vida útil indefinida, como apresentado na questão **NÃO SÃO AMORTIZADOS**, mas submetidos ao teste de recuperabilidade. Nosso objetivo é encontrar o valor contábil do ativo e aplicar o teste de recuperabilidade:

Inicialmente, temos que:

Custo de aquisição = R\$ 7.000.000,00.

(-) Perda por desvalorização (impairment) = R\$ 2.000.000,00

(=) Saldo Contábil = R\$ 5.000.000,00

Posteriormente, em 31/12/2017, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 8.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 4.500.000,00.

Assim, o valor recuperável é R\$ 8.000.000,00. Como é MAIOR que o valor contábil (R\$ 5.000.000) e a empresa reconheceu uma perda por impairment de R\$ 2.000.000,00, a empresa deve reverter a perda reconhecida.

Portanto, o gabarito é a letra d.

22.(FCC/CL-DF/Consultor Técnico Legislativo - Contador/2018) A Cia. Metais Pesados possuía, em 31/12/2017, uma patente com vida útil indefinida, a qual estava contabilizada por R\$ 730.000,00, composto dos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 880.000,00
- Perda por desvalorização (reconhecida em 2016): R\$ 150.000,00

Em dezembro de 2017, a Cia. realizou novamente o Teste de Recuperabilidade do Ativo (Teste de Impairment) e obteve as seguintes

informações:

- Valor em uso da patente: R\$ 940.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da patente: R\$ 670.000,00.

Sabendo que as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida, a Cia. Metais Pesados, em dezembro em de 2017,

a) não alterou o valor contábil da Patente.



- b) reconheceu perda por desvalorização no valor de R\$ 60.000,00.
- c) reconheceu um ganho no valor de R\$ 210.000,00.
- d) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.
- e) reconheceu um ganho no valor de R\$ 60.000,00.

Comentários:

Sabemos que o Ativo Intangível com vida útil não é amortizado, pois não temos uma base sistemática para alocação da amortização. Ele é submetido ao Teste de Recuperabilidade.

- Valor em uso da patente: R\$ 940.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da patente: R\$ 670.000,00.
- Valor Recuperável (maior) = R\$ 940.000,00

Agora vamos comparar o valor recuperável com o valor contábil do ativo:

- *Custo de aquisição: R\$ 880.000,00*
- *Perda por desvalorização (reconhecida em 2016): R\$ 150.000,00*

Percebam que o valor recuperável é maior do que o valor contábil e muitos vão pensar que, por prudência, o valor apresentado no balanço continua sendo o menor, isto é, R\$ 730.000. Só que essa questão apresenta um detalhe muito importante: temos perda por recuperabilidade registrada de exercícios anteriores, conforme prevê o CPC 01, ela deverá ser revertida até o valor contábil que o bem possuía, antes de qualquer perda ser reconhecida.

Portanto, devemos reconhecer a reversão da perda por recuperabilidade (receita):

<i>D - Perda por desvalorização (reconhecida em 2016)</i>	<i>R\$ 150.000,00</i>
<i>C – Receita com Reversão de Perda por recuperabilidade</i>	<i>R\$ 150.000,00</i>

O gabarito é a letra d.

23. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Uma empresa adquiriu uma marca que poderá ser explorada pelo prazo de 10 anos, não podendo ser revendida no final deste prazo. O preço pago foi R\$ 5.000.000,00 e a aquisição ocorreu em 31/12/2016. Em 31/12/2017, antes do fechamento das Demonstrações Contábeis, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") e obteve as seguintes informações sobre a marca adquirida:

- Valor em uso da marca: R\$ 4.200.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 4.000.000,00.

Com base nessas informações, no resultado de 2017 a empresa deveria ter reconhecido uma (A) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00, apenas.



- (B) perda por desvalorização no valor de R\$ 1.000.000,00, apenas.
- (C) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 500.000,00.
- (D) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 300.000,00.
- (E) perda por desvalorização no valor de R\$ 800.000,00, apenas.

Comentários:

Informações iniciais:

- Vida Útil = 20 anos
- Custo de aquisição = 5.000.000,00

Vamos aos cálculos:

$$\text{Amortização Anual} = \frac{\text{Valor Amortizável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{5.000.000}{10} = R\$ 500.000,00$$

Em 31/12/2017, a Marca possui o seguinte valor contábil:

<i>Valor original</i>	<i>\$ 5.000.000</i>
<i>(-) Amortização acumulada</i>	<i>(500.000)</i>
<i>Valor contábil</i>	<i>\$ 4.500.000</i>

O valor contábil deve ser comparado com o valor recuperável, que é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda:

- Valor em uso da marca: R\$ 4.200.000,00.
 - Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 4.000.000,00.
- Valor recuperável = \$ 4.200.000.

Como o valor contábil é maior que o valor recuperável, a empresa deve reconhecer uma perda por recuperabilidade.

$$\text{Perda por recuperabilidade} = \text{Valor contábil} - \text{valor recuperável}$$

$$\text{Perda por recuperabilidade} = \$ 4.500.000 - \$ 4.200.000$$

$$\text{Perda por recuperabilidade} = \$ 300.000$$

Assim, a empresa reconhece uma amortização de \$500.000 e uma perda por recuperabilidade de \$300.000.

Portanto, o gabarito é a letra d.



24.(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Em 28/02/2017, a empresa Monta e Desmonta comprou uma nova máquina no valor de R\$ 160.000,00, à vista, com vida útil econômica estimada de 5 anos e valor residual de R\$ 10.000,00. Em 31/12/2017, após utilizar a máquina por 10 meses, a empresa Monta e Desmonta reavaliou a vida útil econômica remanescente da máquina em 40 meses e valor residual de R\$ 15.000,00. Em 31/10/2018, a empresa Monta e Desmonta decidiu vender esta máquina por R\$ 130.000,00, à vista. Com base nessas informações, o resultado obtido pela empresa Monta e Desmonta com a venda da máquina foi, em reais,

- (A) 25.000,00, de ganho.
- (B) 28.000,00, de ganho.
- (C) 5.000,00, de prejuízo.
- (D) 5.000,00, de ganho.
- (E) 40.000,00, de ganho.

Comentários:

O CPC 27 – Ativo Imobilizado afirma que a o valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil. Foi o que aconteceu nessa questão. A vida útil e o valor residual foram alterados.

Primeiramente, precisamos do valor depreciável:

Valor depreciável = Custo de aquisição – Valor Residual

$$\text{Valor depreciável} = 160.000 - 10.000 = 150.000$$

Foi informado que a Vida Útil = 5 anos. Utilizemos essa informação para calcular a depreciação:

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor depreciável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{R\$ 150.000}{5} = R\$ 30.000 \text{ por ano} = 2.500 \text{ por mês}$$

Como o Tempo de uso até a reestimativa = 10 meses, conseqüentemente:

$$\text{Depreciação Acumulada} = 10 \times 2.500 = R\$ 25.000$$

Valor Contábil 31.12.2017 = Custo de aquisição - Depreciação Acumulada

$$\text{Valor Contábil 31.12.2017} = 160.000 - 25.000 = 135.000$$

Agora, temos de calcular a depreciação, com a nova vida útil e o novo valor residual, mas usando o valor contábil atual: 135.000

Valor Depreciável = Valor Contábil Atual – Valor Residual

$$\text{Valor Depreciável} = 135.000 - 15.000 = 120.000$$

Foi avisado que a nova Vida Útil = 40 meses. Aproveitemos essa informação para calcular a depreciação:



$$\text{Depreciação mensal} = \frac{\text{Valor depreciável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{R\$ 120.000}{40} = R\$ 3.000 \text{ por mês}$$

Em consequência:

$$\text{Depreciação Acumulada } 31.10.2018 = R\$ 25.000 \text{ (inicial)} + 30.000 = R\$ 55.000$$

$$\text{Valor Contábil } 31.10.2018 = \text{Custo de Aquisição} - \text{Depreciação Acumulada } 31.10.2018$$

$$\text{Valor Contábil } 31.10.2018 = 160.000 - 55.000 = 105.000$$

Como o bem foi vendido por 130.000, houve um ganho de $130.000 - 105.000 = 25.000,00$

Portanto, o gabarito é a letra a.

25. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) A Cia. das Tintas apresentava, em seu balanço patrimonial de 31/12/2017, um ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 880.000,00 e composto por:

Custo: R\$ 990.000,00.

Perda por desvalorização reconhecida (em 2016): R\$ 110.000,00.

Em 31/12/2017, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ágio (teste de "impairment") e obteve as seguintes informações:

– Valor em uso: R\$ 1.050.000,00.

– Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 830.000,00.

Com base nessas informações, o valor que a Cia. das Tintas apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para este ativo (ágio) foi, em reais,

A) 1.050.000,00.

B) 830.000,00.

C) 990.000,00.

D) 770.000,00.

E) 880.000,00.

Comentários:

Quando a empresa já reconheceu uma perda por teste de recuperabilidade e um teste posterior indica que o valor recuperável está acima do valor contábil, a perda pode ser revertida.

Exceto para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (o Goodwill). A perda reconhecida no Goodwill não deve ser revertida, pois não dá para distinguir do Goodwill gerado internamente. E a empresa nunca deve contabilizar o Goodwill gerado internamente.

Assim, voltando à questão, o Goodwill continua com valor de R\$ 880.000.

Portanto, o gabarito é a letra e.



26. (FCC/SEFAZ GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2018) A Cia. A apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 1.500.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 1.900.000,00.
- Perda por desvalorização (“impairment”): R\$ 400.000,00.

Em 31/12/2017 a empresa realizou o teste de recuperabilidade (“impairment”) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 2.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$1.400.000,00.

Com base nestas informações, nas demonstrações contábeis de 2017, a Cia. A deveria ter

- a) mantido o valor contábil de R\$ 1.500.000,00.
- b) reconhecido um ganho no valor de R\$ 500.000,00.
- c) reconhecido uma perda por desvalorização no valor de R\$ 100.000,00.
- d) reconhecido um ganho no valor de R\$ 100.000,00.
- e) reconhecido um ganho no valor de R\$ 400.000,00.

Comentários:

Fazendo o teste de recuperabilidade, temos:

- Valor em uso: R\$ 2.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$1.400.000,00.
- Valor Recuperável = R\$ 2.000.000,00 (maior).
- Valor Contábil = R\$ 1.500.000,00

Percebam que o valor recuperável é maior do que o valor contábil, assim, por prudência, nenhum ajuste deveria ser feito! Mas, a questão tem um detalhe muito importante. O ativo já possui perda por recuperabilidade registrada, e como houve aumento do valor recuperável, a entidade deverá reverter a perda já registrada, conforme determina o CPC 01:

110. A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.

Assim sendo, na nossa questão, devemos fazer a Reversão da perda por recuperabilidade, mas o limite é o valor contábil que o bem possuía antes da perda ter sido reconhecida, isto é, 1.900.000,00:

<i>D – Perda Por Desvalorização</i>	<i>400.000</i>
<i>C – Reversão de Perda por Recuperabilidade (receita)</i>	<i>400.000</i>



Portanto, o gabarito é a letra e.

27.(FCC/Prefeitura de São Luís /Auditor de Tributos Municipais/2018) Uma empresa adquiriu o direito sobre uma tecnologia e definiu que a vida útil esperada pela sua utilização será de 15 anos. O valor pago foi R\$ 30.000.000,00 e, quando terminar o prazo de vida útil, o ativo não apresentará valor para negociação. O início de utilização do direito foi em 31/12/2014 e no final de 2015 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment"), utilizando-se das seguintes informações:

- Valor em uso da tecnologia R\$ 25.700.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da tecnologia R\$ 24.000.000,00.

Na demonstração do resultado do ano de 2015 a empresa

- (A) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 2.300.000,00.
- (B) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.000.000,00.
- (C) não reconheceu nenhuma despesa de amortização e reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.700.000,00.
- (D) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00, apenas.
- (E) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.300.000,00, apenas.

Comentários:

Aplicação direta do Teste de Recuperabilidade – CPC 01:

$$\text{Valor Contábil}_{31/12/2015} = 30.000.000 - \text{Amortização Acumulada}$$

$$\text{Despesa de Amortização}_{2015} = 30.000.000/15 = \text{R\$ } 2.000.000$$

$$\text{Valor Contábil}_{31/12/2015} = 30.000.000 - 2.000.000 = \text{R\$ } 28.000.000$$

Agora vamos aplicar o Teste de Recuperabilidade:

- Valor em uso da tecnologia R\$ 25.700.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da tecnologia R\$ 24.000.000,00.
- Valor Recuperável (MAIOR) R\$ 25.700.000,00.

Percebam que o valor contábil da tecnologia é R\$ 28.000.000, mas o valor Recuperável é R\$ 25.700.000,00, portanto, a empresa deverá reconhecer uma perda por recuperabilidade de $28.000.000 - 25.700.000 = \text{R\$ } 2.300.000$

Portanto, o gabarito é a letra a.



28. (FCC/AL-SE/Analista Legislativo/Contabilidade/2018) A Cia. Papa Legus possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida, cujo valor contábil de R\$ 1.200.000,00 era composto dos seguintes valores em reais:

Custo de Aquisição	1.500.000,00
Perda por Desvalorização	(300.000,00)

Em dezembro de 2017, a Cia. realizou novamente o teste de recuperabilidade do ativo (Teste de Impairment) e obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Valor em uso	1.100.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	1.600.000,00

As evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida.

Com base nestas informações, a Cia. Papa Legus, em dezembro de 2017,

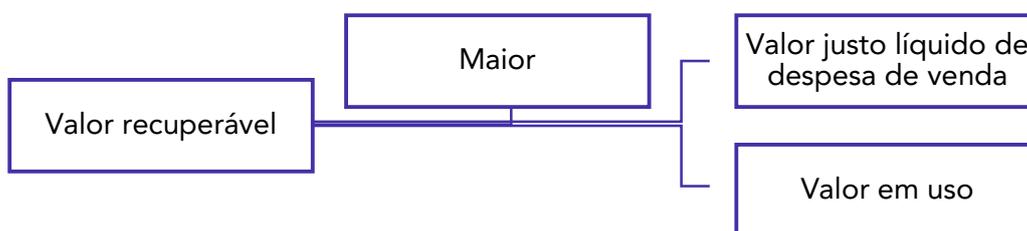
- (A) não fez nenhum registro.
- (B) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 100.000,00.
- (C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 400.000,00.
- (D) reconheceu um ganho no valor de R\$ 300.000,00.
- (E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 100.000,00

Comentários:

Fique Atento! Definições IMPORTANTES SOBRE TESTE DE RECUPERABILIDADE!

Valor recuperável *de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior (repita-se: maior) valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.*

Esquematizemos:



Valor em uso *é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.*

Para achar o valor em uso, temos de conhecer as receitas que serão esperadas pela utilização do ativo. Desse valor subtraímos todos os custos que estejam relacionados às receitas.

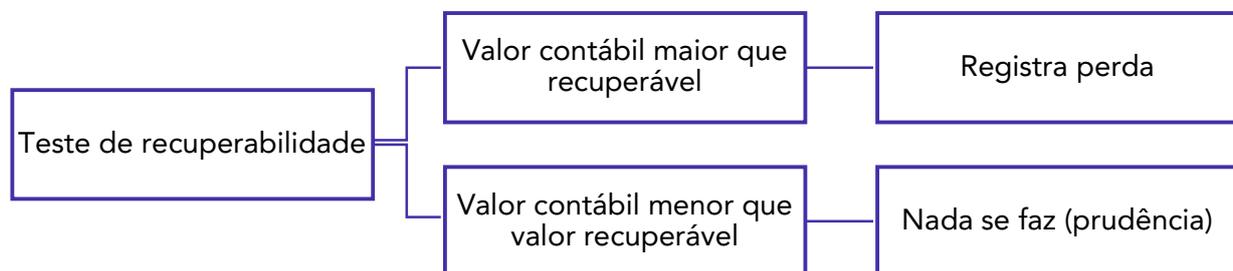


Por exemplo, uma máquina gerará, em sua vida útil, receitas de R\$ 1.000.000,00, com custos esperados de R\$ 400.000,00. O seu valor em uso será, grosso modo, no montante de R\$ 600.000,00 (1 milhão – 400.000,00).

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. (Ver CPC 46 – Mensuração do Valor Justo). (Alterada pela Revisão CPC 03)

Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Esquematizemos:



A questão nos forneceu os seguintes dados:

- Valor em uso 1.100.000,00
- Valor justo líquido das despesas de venda 1.600.000,00
- Valor Recuperável 1.600.000,00

<i>Custo de Aquisição</i>	<i>1.500.000,00</i>
<i>Perda por Desvalorização</i>	<i>(300.000,00)</i>
<i>Valor Contábil</i>	<i>1.200.000,00</i>

Percebam que o valor recuperável é maior do que o valor contábil, assim, por prudência, nenhum ajuste deveria ser feito! Mas, a questão tem um detalhe muito importante. O ativo já possui perda por recuperabilidade registrada, e como houve aumento do valor recuperável, a entidade deverá reverter a perda já registrada, conforme determina o CPC 01:

110. A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.



Assim sendo, na nossa questão, devemos fazer a Reversão da perda por recuperabilidade, mas o limite é o valor contábil que o bem possuía antes da perda ter sido reconhecida, isto é, 1.500.000,00:

<i>D – Perda Por Desvalorização</i>	<i>300.000</i>
<i>C – Reversão de Perda por Recuperabilidade (receita)</i>	<i>300.000</i>

Portanto, o gabarito é a letra d.

29. (FCC/SABESP/Analista Contabilidade/2018) A Cia. de Águas Marítimas adquiriu um estoque de mercadorias para revenda no valor de R\$ 500.000,00. A compra foi realizada no dia 30/12/2017, o prazo para pagamento concedido pelo fornecedor foi de 300 dias e sabe-se que o preço das mercadorias seria R\$ 453.000,00 se a compra fosse efetuada à vista. A Cia. de Águas Marítimas pagou, adicionalmente, R\$ 7.000,00 referente a frete e seguro para retirada das mercadorias junto ao fornecedor. A Cia. possui um estudo estatístico confiável e auditado por empresa independente e avalia, por este modelo, que as perdas de estoque, em função do seu processo de armazenagem e distribuição, representa 2% do valor total de cada compra. Com base nestas informações, os valores líquidos reconhecidos pela Cia. de Águas Marítimas nas demonstrações contábeis de 2017 foram:

(A) Estoque = 453.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00; Despesa com Frete = 7.000,00; Despesa Financeira = 47.000,00.

(B) Estoque = 443.940,00; Fornecedores a Pagar = 453.000,00; Despesa com Frete = 7.000,00; Despesa com Impairment = 9.060,00.

(C) Estoque = 507.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00.

(D) Estoque = 450.800,00; Fornecedores a Pagar = 453.000,00; Despesa com Impairment = 9.200,00.

(E) Estoque = 460.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00; Despesa Financeira = 47.000,00.

Comentários:

A mercadoria tem que ser registrada pelo preço à vista.

Os juros são registrados como encargos a transcorrer.

<i>Valor aquisição</i>	<i>453.000,00</i>
<i>(+) Frete</i>	<i>7.000,00</i>
<i>(=) Valor contábil</i>	<i>460.000,00</i>
<i>➤ Perda (2%)</i>	<i>9.200,00</i>

Portanto, "parte" da contabilização inicial é a que se segue:



<i>D – Mercadorias</i>	<i>460.000,00</i>
<i>D – Encargos a transcorrer</i>	<i>47.000,00</i>
<i>C – Fornecedores</i>	<i>500.000,00</i>
<i>C – Caixa</i>	<i>7.000,00</i>

Por sua vez, o Manual das SAs afirma que quando nos estoques estiverem incluídos itens danificados ou obsoletos e uma baixa direta em seus valores não for praticável, deve-se, então, reconhecer a perda estimada em conta própria: Perdas em Estoques, conta retificadora do ativo.

O FIPECAFI ainda afirma que essa prática de reduzir o custo dos estoques (write-off) ao valor realizável líquido é coerente com o "conceito geral de impairment", isto é, não se deve ter registrado valores ao que se espera realizar quando da ocorrência da venda ou do uso.

Assim, vamos reconhecer a perda com impairment no resultado da empresa com o seguinte lançamento!!!! Isso mesmo, despesas com recuperabilidade! Mas como assim, professores?? Teste de Recuperabilidade em Estoques? Isso mesmo, pessoal.

Vejam a contabilização:

<i>D – Despesa com Impairment</i>	<i>9.200,00.</i>
<i>C – Perdas com estoque (retificadora do ativo)</i>	<i>9.200,00</i>

Assim, os valores líquidos apurados em 2017 serão:

<i>Estoque = 460.000 – 9.200 = 450.800,00</i>
<i>Fornecedores a Pagar = 500.000 – 47.000 = 453.000,00</i>
<i>Despesa com Impairment = 9.200,00.</i>

Portanto, o gabarito é a letra d.

30. (FCC/Analista/TRT 2ª/2018) A Cia. dos Direitos possuía, em 31/12/16, um ativo intangível com vida útil indefinida correspondente a ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 730.000,00 composto por:

- Custo de aquisição: R\$ 880.000,00
- Perda por desvalorização reconhecida em 2016: R\$ 150.000,00

Em 31/12/17, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 900.000,00
- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 700.000,00

Com base nas informações acima, a Cia. dos Direitos, em 31/12/17,

- (A) manteve o valor contábil de R\$ 730.000,00.
- (B) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.



- (C) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 30.000,00.
- (D) reconheceu um ganho no valor de R\$ 170.000,00.
- (E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 20.000,00.

Comentários:

Vejam que há uma perda por recuperabilidade registrada no montante de R\$ 150.000,00.

Ocorre que, ao reavaliar o ativo, percebe-se que o valor recuperável aumentou novamente. A FCC entende que quando isso ocorre, os motivos que ensejaram a perda por recuperabilidade anterior deixou de existir.

Assim, teríamos de fazer a reversão, limitado ao montante original do ativo. Ocorre que se trata de goodwill. Para o goodwill, não há reversão de valores anteriormente registrados como perda por recuperabilidade.

Este é o comando do CPC 01:

124. A perda por desvalorização reconhecida para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) não deve ser revertida em período subsequente.

Com efeito, nenhuma reversão há que ser feita, o ativo é mantido pelo valor de R\$ 730.000,00.

Portanto, o gabarito é a letra a.

31. (FCC/SABESP/Analista Contabilidade/2018) Em 31/12/2015 uma empresa adquiriu uma patente por R\$ 10.000.000,00 e poderá explorá-la pelo prazo de 20 anos. No final do prazo de exploração a patente passa a ser de domínio público e, portanto, não terá valor residual para a empresa. No final do ano de 2016 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") e obteve as seguintes informações sobre a patente:

- Valor em uso da patente R\$ 8.750.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da patente R\$ 8.000.000,00.

Na demonstração do resultado do ano de 2016, a empresa deveria

- (A) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00, apenas.
- (B) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.250.000,00, apenas.
- (C) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 750.000,00.
- (D) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.500.000,00.
- (E) não reconhecer nenhuma despesa por se tratar de ativo intangível que não deve ser amortizado.



Comentários:

31.12.2015 → Valor aquisição: 10.000.000,00

Foi avisado que a Vida Útil = 20 meses. Aproveitemos essa informação para calcular a amortização anual:

$$\text{Amortização Anual} = \frac{\text{Valor Amortizável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{10.000.000}{20} = R\$ 500.000,00$$

Obs.: como não havia valor residual, nem perda por desvalorização; o valor amortizável é igual ao custo de aquisição.

31.12.2016 → Valor contábil = 10.000.000 – 500.000 = 9.500.000,00

Fazendo o teste de recuperabilidade, temos:

- Valor em uso: 8.750.000,00
- Valor justo: 8.000.000,00

Logo, o valor recuperável é 8.750.000,00.

Como esse montante é menor do que o valor contábil, faremos a redução, no montante de R\$ 750.000,00 (9.500.000 – 8.750.000).

Portanto, temos:

- Despesa de amortização: 500.000,00
- Perda por recuperabilidade: 750.000,00

O gabarito é a letra c.

32. (FCC/Analista/TRF 5ª/2017)A Cia. Investidora possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida – ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 550.000,00, o qual era composto por:

Custo de aquisição: R\$ 740.000,00

Perda por desvalorização reconhecida (em 2015): R\$ 190.000,00

Em 31/12/16, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ágio (teste de impairment) e obteve as seguintes informações:

Valor em uso: R\$ 580.000,00.

Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 480.000,00.

O valor que a Cia. Investidora apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016, para este ativo (ágio) foi, em reais,

(A) 450.000,00.



- (B) 580.000,00.
- (C) 550.000,00.
- (D) 480.000,00.
- (E) 740.000,00.

Comentários:

Valor contábil $\rightarrow 740.000 - 190.000 = 550.000$

Valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo. No caso em tela, será de R\$ 580.000,00.

Como este valor é superior ao valor contábil, nada há que ser feito.

A perda anterior existente em um ágio por expectativa de rentabilidade futura não é revertida.

O gabarito é a letra c.

33. (FCC/Especialista/ARTESP/2017) A Cia. Débito e Crédito S.A. possuía um imobilizado para suas atividades operacionais. Os saldos das contas referentes ao ativo, em 31/12/2016, estão demonstrados abaixo.

Imobilizado (custo total de aquisição):	R\$ 400.000,00
(-) Depreciação acumulada:	R\$ 100.000,00
(=) Valor do ativo:	R\$ 300.000,00

Em 31/12/2016 foi realizado o teste de impairment, obtendo os seguintes valores:

Valor em uso do ativo:	R\$ 350.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda:	R\$ 320.000,00

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2016, a empresa

- (A) reconheceu um ganho por valorização no valor de R\$ 20.000,00.
- (B) reconheceu um ganho por valorização no valor de R\$ 50.000,00.
- (C) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 80.000,00.
- (D) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
- (E) não reconheceu perda ou ganho por impairment.

Comentários:

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior (repita-se: maior) valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Na questão apresentada temos a seguinte situação:

- Valor em uso do ativo: R\$ 350.000,00



- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 320.000,00

Portanto, o valor recuperável é R\$ 350.000. Como o valor contábil do ativo é de 300.00, isto é, menor do que o valor recuperável, a empresa não reconheceu perda ou ganho por impairment.

O gabarito é a letra e.

34.(FCC/DRE-RS/Analista Judiciário – Contabilidade/2017) A Cia. Industrial possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida. Os valores evidenciados para este ativo, nesta data, são apresentados a seguir:

Custo de aquisição	R\$ 800.000,00
(-) Ajuste por "impairment" (calculada em 2015)	(R\$ 300.000,00)
(=) Valor contábil do ativo	R\$ 500.000,00

Ao realizar o teste de redução ao valor recuperável de ativos (teste de "impairment"), a Cia. obteve as seguintes informações a respeito desse ativo em 31/12/2016:

Valor em uso	R\$ 650.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	R\$ 550.000,00

O valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 para este ativo foi, em reais,

- a) 600.000,00
- b) 650.000,00
- c) 550.000,00
- d) 500.000,00
- e) 800.000,00

Comentários:

O valor recuperável de um ativo é o MAIOR entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na nossa questão, o valor recuperável é de 650.000, isto é, maior do que o valor contábil líquido, R\$ 500.000.

Se não houvesse perda por recuperabilidade já registrada, não seria necessário ajuste algum. Porém, como há perda por recuperabilidade reconhecida, a empresa DEVE FAZER A REVERSÃO, isto é, temos que efetuar a seguinte contabilização:

<i>D – Ajustes por "impairment"</i>	<i>150.000</i>
<i>C – Reversão de perda por recuperabilidade (receita)</i>	<i>150.000</i>

O ativo ficará registrado assim:

<i>Custo de aquisição</i>	<i>R\$ 800.000</i>
<i>(-) Ajuste por impairment</i>	<i>R\$ 150.000</i>
<i>(=) Valor contábil do ativo</i>	<i>R\$ 650.000</i>



O gabarito é a letra b.

35.(FCC/AL-MS/Contador/2016) A Cia. Só Ativos possuía, em 30/06/2016, uma patente classificada como ativo Intangível com vida útil indefinida cujo valor contábil era R\$ 1.300.000,00, o qual era composto por:

Custo de aquisição R\$ 1.500.000,00.

Perda por desvalorização (reconhecida em junho 2015) R\$ 200.000,00.

Em junho de 2016, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

Valor em uso R\$ 1.550.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda R\$ 1.280.000,00.

Complementarmente, as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continuava indefinida. Com base nestas informações, a Cia. Só Ativos, em junho de 2016,

- a) não fez qualquer registro.
- b) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 20.000,00.
- c) reconheceu uma receita no valor de R\$ 250.000,00.
- d) reconheceu uma receita no valor de R\$ 200.000,00.
- e) reconheceu uma receita no valor de R\$ 50.000,00.

Comentários:

O ativo estava registrado no balanço patrimonial do seguinte modo:

<i>Custo de aquisição</i>	<i>1.500.000</i>
<i>(-) Perda desvalorização</i>	<i>(200.000)</i>
<i>Valor contábil</i>	<i>1.300.000</i>

Como o valor recuperável aumentou, os motivos que ensejaram a perda deixaram de existir. Devemos, portanto, fazer uma reversão, reconhecendo uma receita, no resultado, no valor de R\$ 200.000,00.

O limite máximo para a reversão é o montante original.

Anote-se que o ativo intangível tem vida útil indefinida, então, não é amortizado.

O gabarito é a letra d.

36. (FCC/ELETROSUL/Profissional de Nível Superior - Ciências Contábeis/2016) A Empresa Cromo S.A. avaliou sua unidade geradora de caixa para verificar a existência de perda de valor recuperável.

Considere que a empresa identificou os seguintes valores para esta unidade:



Valores históricos da UGC R\$ 1.000.000,00
Depreciação Acumulada R\$ 270.000,00
Valor do Fluxo de Caixa Descontado da UGC R\$ 685.000,00
Valor de venda da UGC R\$ 730.000,00

É correto afirmar que

- a) a perda de valor recuperável é de R\$ 45.000,00.
- b) não há perda de valor recuperável.
- c) a perda de valor recuperável é de R\$ 270.000,00.
- d) a perda de valor recuperável é de R\$ 315.000,00.
- e) o novo valor a ser atribuído para a UGC é de R\$ 685.000,00.

Comentários:

Inicialmente, temos que:

Valores históricos da UGC = R\$ 1.000.000,00

(-) Depreciação Acumulada = R\$ 270.000,00

Valor Contábil = R\$ 730.000,00

A questão informou que:

- Valor do Fluxo de Caixa Descontado da UGC = R\$ 685.000,00

Conforme o CPC 01:

31. A estimativa do valor em uso de um ativo envolve os seguintes passos:

(a) estimar futuras entradas e saídas de caixa decorrentes de uso contínuo do ativo e de sua baixa final; e

(b) aplicar taxa de desconto adequada a esses fluxos de caixa futuros.

Esse é o valor de uso!

- Valor de venda da UGC = R\$ 730.000,00

Já esse é o Valor justo líquido de despesa de venda. Lembrando que é o valor pelo qual o ativo poderia ser **vendido no mercado e retiramos as despesas de venda.**

Fazendo o teste de recuperabilidade, temos:

- Valor em uso: R\$ 685.000,00
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 730.000,00.



- Valor Recuperável = R\$ 730.000,00 (maior).
- Valor Contábil = R\$ 730.000,00

Percebam que o valor recuperável é igual ao valor contábil, assim o teste de recuperabilidade assegurou que a unidade geradora de caixa está registrada contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Portanto, não há perda de valor recuperável.

O gabarito é a letra b.

37. (FCC/ELETROSUL/Profissional de Nível Superior - Ciências Contábeis/2016) A empresa Atualiza S.A. precisa fazer o teste de recuperabilidade de sua unidade geradora de caixa "Cobre", por estar com indícios de perda de valor recuperável.

O Fluxo de Caixa apresentado para o negócio nos próximos 3 anos é:

Entradas de fluxos de caixa R\$ 1.000,00

Taxa 3% a.a.

O valor da unidade geradora de caixa, pelo critério do Fluxo de Caixa Descontado, em reais, é

- a) 2.828,61.
- b) 2.746,22.
- c) 2.913,47.
- d) 3.183,63.
- e) 3.000,00.

Comentários:

O valor de uso de um ativo é o valor de caixa gerado – na verdade, é o valor que se espera gerar – pela utilização do bem em sua vida útil ajustado a valor presente por uma taxa de desconto.

Se o uso de um ativo em separado não criar, por si só, entradas de caixa independentes de outros ativos, o procedimento deve ser realizado em relação ao grupo de ativos (ao qual o ativo em comento pertença), cujo uso gere caixa, de forma independente dos demais ativos, esse grupo de ativos é denominado **unidade geradora de caixa**.

O valor de uso será encontrado através da seguinte fórmula:

$$\text{Valor de uso} = \sum \left(\frac{\text{Fluxos de Caixa Esperados em } n}{(1+i)^n} \right)$$

Agora, gastemos nossa matemática (rsrsrs...):

$$\text{Valor de uso} = \frac{1.000}{(1+0,03)^1} + \frac{1.000}{(1+0,03)^2} + \frac{1.000}{(1+0,03)^3} = 970,873 + 942,595 + 915,141 = \text{R\$ } 2.828,609$$

O gabarito é, portanto, letra a.



38.(FCC/SEFAZ MA/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2016) Um equipamento foi adquirido à vista por R\$ 10.000.000,00 em 31/03/2015 e a empresa definiu sua vida útil em 8 anos. O valor realizável líquido de despesa de venda do equipamento no final do prazo de vida útil para a empresa foi estimado em R\$ 4.000.000,00 e, para fins fiscais, a vida útil é definida em 10 anos. No final do ano de 2015, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável para o equipamento (teste de impairment) e os valores obtidos em 31/12/2015 para a realização do teste para o equipamento foram:

- Valor justo líquido de despesa de venda = R\$ 9.200.000,00
- Valor em uso = R\$ 9.300.000,00

Sabendo-se que a empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação, o valor total que impactou negativamente o resultado de 2015, exclusivamente em relação ao equipamento, foi, em reais:

- (A) 937.500,00.
- (B) 450.000,00.
- (C) 750.000,00.
- (D) 562.500,00.
- (E) 700.000,00.

Comentários:

Informações iniciais:

- Valor de aquisição 31.03.2015 10.000.000
- Vida útil 8 anos
- Valor de venda ao final 4.000.000
- Prazo fiscal (não vale) 10 anos

Bom, no final do exercício, temos que calcular, além da depreciação, o teste de recuperabilidade.

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor de aquisição} - \text{Valor residual}}{\text{Vida útil}} = \frac{10.000 - 4.000}{8} = \text{R\$ } 750.000 \text{ por ano}$$

Lembrando que:

Valor residual de um ativo é o valor estimado que a entidade obteria com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.

$$\text{Depreciação em 2015:} = \frac{9}{12} \times 750.000 = \text{R\$ } 562.500,00$$

$$\text{Valor contábil: } 10.000.000 - 562.500,00 = 9.437.500,00$$



É importante recordar que o Valor recuperável é o MAIOR entre o valor justo e o valor em uso. Logo, ele é R\$ 9.300.000,00.

Portanto, temos de reconhecer uma perda de R\$ $9.437.500 - 9.300.000,00 = 137.500,00$.

Assim, no resultado, teremos como despesa:

$$562.500 \text{ (depreciação)} + 137.500 \text{ (recuperabilidade)} = 700.000,00$$

O gabarito é letra E.

39.(FCC/ISS-Teresina/Auditor Fiscal/2016) Determinada empresa adquiriu, em 31/12/2013, uma máquina por R\$ 400.000,00, à vista. A vida útil estimada pela empresa para a máquina, na data da aquisição, era 4 anos e o valor residual estimado em R\$ 40.000,00. Em 31/12/2014, a empresa reavaliou a vida útil remanescente da máquina para 5 anos e reestimou o valor residual, no final da nova vida útil, em R\$ 10.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação. Em 31/12/2015, a empresa realizou o teste de recuperabilidade do ativo (teste de impairment) e, para isto, obteve as seguintes informações sobre a máquina:

- Valor em uso: R\$ 280.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 230.000,00.

Com base nestas informações, o valor contábil da máquina apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2015, foi, em reais,

- a) 280.000,00.
- b) 230.000,00.
- c) 270.000,00.
- d) 250.000,00.
- e) 240.000,00.

Comentários:

Dados iniciais:

- Data de aquisição = 31/12/2013
- Custo de Aquisição R\$ 400.000,00,
- Vida útil estimada = 4 anos
- Valor residual estimado = R\$ 40.000,00.

Vamos aos cálculos:

Obs.: a empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação.



$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor de aquisição} - \text{Valor residual}}{\text{Vida útil}} = \frac{400.000 - 40.000}{4} = \text{R\$ } 90.000 \text{ por ano}$$

Obs.: decorreu 1 ano entre 31/12/2013 e 31/12/2014, assim a depreciação acumulada será igual a R\$ 90.000,00

Valor contábil em 31/12/14 = Custo de Aquisição - Depreciação acumulada

Valor contábil em 31/12/14 = R\$ 400.000,00 - R\$ 90.000 = R\$ 310.000,00

Em 31/12/2014, a empresa reavaliou que a vida útil seria de 5 anos e o valor residual de R\$ 10.000.

Devemos calcular de forma prospectiva, ou seja, daqui para a frente, sem alterar a depreciação de anos anteriores.

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor contábil 31/12/14} - \text{Valor residual}}{\text{Vida útil}} = \frac{310.000 - 10.000}{5} = \text{R\$ } 60.000 \text{ por ano}$$

Obs.: transcorreu 1 ano entre 31/12/2014 e 31/12/2015, logo a depreciação acumulada será igual a R\$ 60.000,00

Valor contábil em 31/12/15 = Valor contábil em 31/12/14 - Depreciação acumulada

Valor contábil em 31/12/15 = R\$ 310.000,00 - R\$ 60.000 = R\$ 250.000,00

Fazendo o teste de recuperabilidade em 31/12/2015, temos:

- Valor em uso: R\$ 280.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 230.000,00.
- Valor Recuperável = R\$ 280.000,00 (maior).
- Valor Contábil = R\$ 250.000,00

Percebam que o valor recuperável é MAIOR do que o valor contábil, assim o teste de recuperabilidade assegurou que a máquina está registrada contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Portanto, o valor contábil da máquina apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2015, foi R\$ 250.000,00. O gabarito é a letra d.

40.(FCC/SEFAZ MA/Técnico da Receita Estadual/2016) A empresa Volver S.A. adquiriu uma máquina em 31/12/2013 por R\$ 2.000.000,00, data em que a vida útil econômica e o valor residual foram estimados, respectivamente, em 9 anos e R\$ 380.000,00. Em 31/12/2015, a empresa Volver S.A. realizou o teste de impairment da máquina e constatou que o seu valor em uso era R\$ 1.600.000,00 e o seu valor justo líquido das despesas de vendas era R\$1.550.000,00. A empresa utiliza o método das cotas constantes para calcular a despesa de depreciação anual da máquina e não foram realizadas reestimativas da vida útil econômica e do valor residual. Sabendo que, antes de 31/12/2015, não foi reconhecida qualquer perda por impairment, o valor contábil da máquina em 31/12/2015 foi, em reais, de

a) 1.640.000,00.



- b) 1.600.000,00.
- c) 1.550.000,00.
- d) 1.620.000,00.
- e) 1.260.000,00.

Comentários:

31.12.2013:

- Valor aquisição = 2.000.000
- Valor Residual = 380.000
- Vida Útil = 9 anos

Valor depreciável = Valor Aquisição - Valor Residual

$$\text{Valor depreciável} = 2.000.000 - 380.000 = 1.620.000$$

31.12.2015 (2 anos após a aquisição):

$$\text{Depreciação Acumulada} = \frac{1.620.000}{9} \times 2 = \text{R\$ } 360.000,00$$

$$\text{Valor Contábil} = \text{Valor Aquisição} - \text{Depreciação Acumulada}$$

$$\text{Valor Contábil} = 2.000.000 - 360.000 = 1.640.000,00$$

Fazendo o teste de recuperabilidade, temos:

- Valor em uso: 1.600.000,00
- Valor justo: 1.550.000,00
- Valor recuperável (MAIOR) = 1.600.000,00.

Nesse caso, a empresa deverá reconhecer uma perda por recuperabilidade de:

$$1.640.000 - 1.600.000 = \text{R\$ } 40.000,00$$

Lançamento:

D – Despesas com Recuperabilidade *R\$ 40.000,00*

C – Ajuste por perda com recuperabilidade *R\$ 40.000,00*

O Ativo ficará registrado na Contabilidade da seguinte forma, no Balanço Patrimonial de 31.12.2015:



<i>Ativo Imobilizado – Máquinas</i>	<i>R\$ 2.000.000,00</i>
<i>(-) Depreciação Acumulada</i>	<i>(R\$ 360.000,00)</i>
<i>(-) Ajuste por perda com recuperabilidade</i>	<i>(R\$ 40.000,00)</i>
<i>Valor Contábil</i>	<i>R\$ 1.600.000,00</i>

O gabarito é letra b.

41. (FCC/SEFAZ MA/Técnico da Receita Estadual/2016) O Valor Recuperável de um determinado ativo é o

- a) menor entre o seu valor de reposição e o seu custo histórico.
- b) menor entre o seu valor justo líquido das despesas de venda e o seu custo histórico.
- c) menor entre o seu valor realizável líquido e o seu valor contábil.
- d) maior entre o seu valor justo líquido das despesas de venda e o seu valor em uso.
- e) maior entre o seu valor em uso e o seu valor contábil líquido.

Comentários:

Fique Atento! Definições IMPORTANTES SOBRE TESTE DE RECUPERABILIDADE!

Valor recuperável *de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior (repita-se: maior) valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.*

O gabarito é letra d.

42. (FCC/ARSETE/Técnico de Nível Superior - Contador/2016) A Cia. Investidora possuía, em 31/12/2015, em seu Balanço Patrimonial, um ativo intangível com vida útil indefinida (ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura), cujo valor contábil era R\$ 250.000,00, composto por:

- Valor de custo: R\$ 350.000,00.
- Perda por desvalorização reconhecida (em 2014): R\$ 100.000,00

Antes de encerrar o exercício social de 2015, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 280.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 240.000,00.

Com base nas informações acima, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Investidora, em 31/12/2015, para este ativo foi, em reais,

- a) 250.000,00.
- b) 280.000,00.



- c) 240.000,00.
- d) 350.000,00.
- e) 210.000,00.

Comentários:

Novamente destacamos que Ativos Intangíveis com vida útil indefinida, como apresentado na questão **NÃO SÃO AMORTIZADOS**, mas submetidos ao teste de recuperabilidade. Nosso objetivo é encontrar o valor contábil do ativo e aplicar o teste de recuperabilidade:

Inicialmente, temos que:

Custo de aquisição = R\$ 350.000,00.

(-) Perda por desvalorização reconhecida (em 2014) = R\$ 100.000,00

(=) Saldo Contábil = R\$ 250.000,00

Posteriormente, antes de encerrar o exercício social de 2015, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 280.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 240.000,00.

Assim, o valor recuperável é R\$ 280.000,00. Como é MAIOR que o valor contábil (R\$ 250.000) e a empresa reconheceu uma perda por impairment de R\$ 100.000,00. Então, a empresa deverá reverter a perda reconhecida?

Não!!! Segundo a norma, a perda por desvalorização reconhecida em anos anteriores para um Goodwill (ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura), não será revertida se existiu uma mudança nas estimativas usadas para determinar o seu valor recuperável após a data em que a última desvalorização foi reconhecida. Ou seja, é uma exceção!

Portanto, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Investidora, em 31/12/2015, para este ativo foi R\$ 250.000,00. O gabarito é letra a.

43.(FCC/PGM Teresina/Técnico de Nível Superior - Contador/2016) Em 30/06/2015 a empresa Equipada com Tecnologia S.A. adquiriu, à vista, um equipamento industrial pelo valor de R\$ 2.000.000,00. A empresa definiu a vida útil do equipamento em 5 anos, e o valor líquido de venda esperado para o equipamento, no final do 5º ano, foi estimado em R\$ 800.000,00. Como o equipamento é utilizado de forma contínua e sem interrupção, a empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação e a vida útil para fins fiscais é definida pela Receita Federal em 10 anos. No final de 2015 a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo (teste de "impairment") para o equipamento, utilizando-se dos seguintes valores disponíveis em 31/12/2015:

- Valor justo líquido das despesas de venda = R\$ 1.860.000,00



– Valor em uso = R\$ 1.870.000,00

O valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2015 foi, em reais,

- a) 1.940.000,00.
- b) 1.900.000,00.
- c) 1.880.000,00.
- d) 1.860.000,00.
- e) 1.870.000,00.

Comentários:

Informações iniciais:

- Data de aquisição = 30/06/2015
- Custo de Aquisição = R\$ 2.000.000,00,
- Vida útil estimada = 5 anos
- Vida útil fins fiscais = 10 anos
- Valor residual = R\$ 800.000,00.

Primeiramente, precisamos do valor depreciável:

$$\begin{aligned} \text{Valor depreciável} &= \text{Custo de aquisição} - \text{Valor Residual} \\ \text{Valor depreciável} &= 2.000.000 - 800.000 = \text{R\$ } 1.200.000,00 \end{aligned}$$

A próxima etapa é calcular a depreciação:

Professores, a empresa definiu sua vida útil em 5 anos e para fins fiscais é de 10 anos. Qual devemos utilizar?

Encontramos a resposta no CPC 01:

Vida útil é:

O período de **tempo** no qual a **entidade espera usar** um ativo; ou

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor depreciável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{\text{R\$ } 1.200.000}{60 \text{ meses}} = \text{R\$ } 20.000 \text{ por mês}$$

Obs.: 5 anos = 60 meses

$$\text{Depreciação Acumulada em 31/12/2015} = 20.000 \times 6 \text{ meses} = \text{R\$ } 120.000,00$$

Obs.: a diferença entre 30/06/2015 e 31/12/2015 é de 6 meses

Vejamos o valor contábil:



Valor contábil 31/12/2015 = Custo de Aquisição – Depreciação Acumulada

Valor contábil 31/12/2015 = 2.000.000 – 120.000 = R\$ 1.880.000,00

Fazendo o teste de recuperabilidade em 31/12/2015, temos:

- Valor justo líquido das despesas de venda = R\$ 1.860.000,00
- Valor em uso = R\$ 1.870.000,00
- Valor Recuperável = R\$ 1.870.000,00 (maior).
- Valor Contábil = R\$ 1.880.000,00

Como o valor contábil é maior que o valor recuperável, a empresa deve reconhecer uma perda por recuperabilidade.

Perda por recuperabilidade = Valor contábil – Valor recuperável

Perda por recuperabilidade = R\$ 1.880.000 - R\$ 1.870.000,00 = R\$ 10.000,00

Assim, o valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2015 foi R\$ 1.870.000,00.

O gabarito é letra e.

44.(FCC/CREMESP/Analista de Gestão Financeira e Contábil/2016) A empresa Genipabu S.A. possuía um imóvel cujo valor contábil era R\$ 50.000,00 (Custo de aquisição – Depreciação acumulada). Ao fazer o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment), a empresa verificou que o valor justo líquido das despesas de venda diminuiu bastante. Os engenheiros avaliaram que o valor em uso do imóvel era R\$ 40.000,00. Sabendo que o valor justo líquido das despesas de venda era R\$ 37.000,00, é correto afirmar que, na data em que o teste de impairment foi realizado,

- a) houve um ganho por valorização de R\$ 3.000,00.
- b) houve um perda por desvalorização de R\$ 3.000,00.
- c) houve uma perda por desvalorização de R\$ 13.000,00.
- d) houve uma perda por desvalorização de R\$ 10.000,00.
- e) não houve perda nem ganho no teste de impairment do bem.

Comentários:

Foi informado que o valor contábil era R\$ 50.000,00 (Custo de aquisição – Depreciação acumulada).

Fazendo o teste de recuperabilidade, temos:

- Valor em uso: R\$ 40.000,00
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 37.000,00.



Portanto, o valor recuperável é R\$ 40.000 (Maior valor). Como o valor contábil do ativo é de 50.000, isto é, MAIOR do que o valor recuperável, a empresa reconheceu perda por desvalorização de R\$ 10.000 (50.000 – 40.000).

O gabarito é a letra d.

45. (FCC/SEFAZ PI/Auditor Tributário/2015) Em 30/09/2012, uma empresa adquiriu veículos pelo valor de R\$ 180.000,00. Todos os veículos têm vida útil econômica de 5 anos para a empresa e o valor residual estimado para todos os veículos, em conjunto, no final do 5º ano é R\$ 30.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2012, a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo ("impairment") para os bens do ativo imobilizado e identificou os valores disponíveis, conforme a tabela a seguir, referentes aos veículos adquiridos em 30/09/2012:

Data	Valor Justo	Valor em uso
31/12/2012	R\$ 155.000,00	R\$ 170.000,00

O valor contábil dos veículos, considerados em conjunto, evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2012 foi, em reais:

- a) 172.500,00
- b) 180.000,00
- c) 155.000,00
- d) 170.000,00
- e) 171.000,00

Comentários:

Vamos calcular a depreciação acumulada e depois o valor contábil dos veículos, para comparar com o valor recuperável.

Lembramos que, se o valor recuperável for maior que o valor contábil, não há necessidade de nenhum ajuste.

Por outro lado, se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a empresa contabiliza uma perda com impairment (perda com teste de recuperabilidade).

Vamos aos cálculos:

<i>Valor original</i>	<i>R\$ 180.000,00</i>
<i>(-) Valor residual</i>	<i>-R\$ 30.000,00</i>
<hr/>	
<i>= Valor depreciável</i>	<i>R\$ 150.000,00</i>

A vida útil é de 5 anos, ou seja, 60 meses.

A depreciação mensal é de \$150.000,00 / 60 meses = \$2.500,00 por mês.



A depreciação acumulada será de 3 meses (de 30/09/2012 ao final de 2012):

Depreciação acumulada = \$2.500 x 3 meses = \$7.500,00

<i>Valor original</i>	<i>R\$ 180.000,00</i>
<i>(-) Depreciação Acumulada</i>	<i>-R\$ 7.500,00</i>
<i>= Valor contábil</i>	<i>R\$ 172.500,00</i>

O Valor Recuperável é o maior entre o Valor em Uso e o Valor Justo Líquido Realizável de Venda.

Entre o "Valor Justo" e o "Valor em Uso", o maior é o Valor em Uso de \$ 170.000,00.

Agora é só comparar:

- Valor contábil = \$172.500,00
- Valor Recuperável = \$ 170.000,00

Como o Valor Recuperável é menor, a empresa contabiliza um Ajuste para perdas com Impairment:

D – Perdas com teste de Recuperabilidade (resultado).....2.500,00

C – Ajuste para perda com Recuperabilidade (Ret. Ativo)...2.500,00

E o valor contábil (que é o valor evidenciado no Balanço Patrimonial) fica assim:

<i>Valor original</i>	<i>R\$ 180.000,00</i>
<i>(-) Depreciação Acumulada</i>	<i>-R\$ 7.500,00</i>
<i>(-) Ajuste para perda com recuperabilidade</i>	<i>-R\$ 2.500,00</i>
<i>=Valor contábil</i>	<i>R\$ 170.000,00</i>

O gabarito é letra d.



20. LISTA DE QUESTÕES



20.1 - VUNESP

1. (VUNESP/Pref. Itapevi/Auditor Fiscal Tributário/2019) Em um trabalho de asseguuração realizado na Cia. A, o auditor independente observou que a referida entidade tinha efetuado o teste de recuperabilidade do valor de ativos, obedecendo às novas normas contábeis brasileiras, instituídas a partir da vigência das Leis nos 11.638/2007 e 11.941/2009. Constatou a existência física de um ativo imobilizado, adquirido pela entidade em julho de 2014 por R\$ 490.000,00 e imediatamente colocado em operação. A sua vida útil tinha sido estimada em 15 anos, e seu valor residual, em R\$ 10.000,00. Em 31.12.2018, o departamento contábil da companhia, seguindo a legislação pertinente, registrou uma perda desse ativo em função do teste de recuperabilidade respectivo, no valor de R\$ 20.000,00. Tendo feito os cálculos necessários, o auditor concluiu pela exatidão do teste realizado pela entidade. Portanto, o valor recuperável desse ativo, em 31.12.2018, correspondeu, em R\$, a
- a) 450.000,00.
 - b) 326.000,00.
 - c) 310.000,00.
 - d) 306.000,00.
 - e) 290.000,00.
2. (VUNESP/ISS Campinas/Auditor Fiscal Tributário Municipal/2019) Em 01.07.2018, a Cia. Ponta Grossa adquiriu um equipamento industrial no valor de R\$ 1.500.000,00, o qual foi colocado em funcionamento na mesma data. O equipamento tem vida útil estimada em 12 anos e não foi estimado valor residual do ativo, por falta de informações confiáveis. A entidade efetuou o impairment test (teste de recuperabilidade do valor dos ativos) no mês de dezembro do referido ano. As informações obtidas sobre o valor recuperável do ativo, na mesma data, foram as seguintes:
- | | |
|--|------------------|
| Valor líquido de venda pelo valor justo | R\$ 1.420.500,00 |
| Valor presente dos benefícios futuros (valor em uso) | R\$ 1.465.000,00 |
- Em 31.12.2018, o valor contábil do equipamento, corretamente apresentado no Balanço Patrimonial da companhia, em R\$, foi de:
- a) 1.375.000,00.



- b) 1.465.000,00.
- c) 1.420.500,00.
- d) 1.500.000,00.
- e) 1.437.500,00.

3. (VUNESP/CM Indaiatuba/Controlador Interno/2018) Suponha um imóvel que, na Contabilidade, aparece pelo valor líquido de R\$ 200.000,00. O aluguel de um imóvel semelhante a esse teria para a empresa um custo cujo valor presente líquido seria de R\$ 150.000,00. Ao examinar o mercado imobiliário da região, verifica-se que o valor de um imóvel semelhante para a compra seria de R\$ 170.000,00.

Diante destes dados, assinale a alternativa correta.

- a) Cabe acompanhar a perda e reportá-la nos relatórios de administração, mas não no balanço patrimonial.
- b) Cabe ajustar o valor do imóvel para R\$ 150.000,00 e registrar a perda de R\$ 50.000,00 como despesa do período no balanço patrimonial.
- c) Não cabe realizar nenhuma ação, dado que a reavaliação não é permitida legalmente.
- d) Cabe ajustar o valor desse imóvel para R\$ 170.000,00, com a perda de R\$ 30.000,00 pelo ajuste impactando o resultado do período.
- e) O ajuste apenas deve ser feito quando o valor de mercado for maior que o valor registrado contabilmente, conforme laudo de três peritos.

4. (VUNESP/Pref. Suzano/Contador/2016) Um determinado equipamento industrial foi classificado como uma unidade geradora de caixa. Todavia, apresenta uma capacidade produtiva de apenas 50%, devido ao desgaste do equipamento pelo seu uso contínuo, não contribuindo, portanto, com a geração de caixa em sua plenitude. Isso posto, qual é o procedimento adotado nesse caso, considerando as normas contábeis vigentes?

- a) Reavaliar o ativo e reconhecer a diferença da avaliação, não importando que seja negativa ou positiva a reavaliação, nos resultados abrangentes.
- b) Aumentar a taxa de depreciação do equipamento, de forma que o seu valor residual esteja em consonância com a sua produtividade.
- c) Desativar o referido equipamento, uma vez que é impossível o alcance da produtividade esperada para a unidade geradora de caixa.
- d) Determinar o valor recuperável do referido ativo e proceder ao ajuste por impairment.
- e) Determinar o valor de realização do ativo, baseando-se na premissa de baixa produtividade, e realizar o equipamento por esse valor.



5. (VUNESP/CM Registro/Contador/2016) Uma empresa adquiriu uma máquina para sua produção no dia 01 de março de 2015 no valor de R\$ 150.000,00. Os engenheiros avaliaram sua vida útil em vinte anos e também determinaram que, ao final dessa vida útil estimada, seu valor residual será de 15% do custo de aquisição. A organização utiliza-se do método linear para cálculo da depreciação. Não existem créditos tributários, modificações no bem, na vida útil e tampouco no valor residual. Isto posto, no final de 2015, o valor líquido desse ativo correspondeu a

- a) 120.000,50.
- b) 133.504,50.
- c) 137.500,00.
- d) 144.687,50.
- e) 146.687,50.

6. (VUNESP/Pref. SJC/Auditor Tributário Municipal/2015)A Cia. Industrial América do Norte adquiriu uma máquina para utilização em suas atividades industriais por R\$ 2.700.000,00. O referido imobilizado foi colocado em uso pela companhia no mês de abril de 2010. A vida útil da máquina, prevista pelo departamento de engenharia da companhia, foi de 20 anos, com um valor residual estimado em R\$ 300.000,00. Os valores da depreciação foram revistos ao longo do tempo e a vida útil e o valor residual foram mantidos como corretos.

O valor contábil da máquina no Balanço Patrimonial da companhia, levantado em 31.12.2014, correspondia, em R\$, a

- a) 1.800.000,00.
- b) 1.860.000,00.
- c) 2.058.750,00.
- d) 2.130.000,00.
- e) 2.025.000,00.

7. (VUNESP/CM Descalvado/Contador/2015)Uma empresa adquiriu, no dia 02 de fevereiro de 2014, um veículo cuja vida útil foi estimada em cinco anos. A contabilização correspondeu a R\$ 85.000,00. Ao final de sua vida útil estimada, o valor de realização corresponderá a R\$ 25.000,00. O método utilizado para o cálculo da depreciação é o linear. Não existem modificações no veículo, na vida útil e tampouco no valor de realização. No final de 2014, o valor líquido do veículo será correspondente a R\$

- a) 25.000,00.
- b) 60.000,00.
- c) 68.000,00.
- d) 73.000,00.
- e) 74.000,00.



8. (Vunesp/CM Itatiba – SP/Contador/2015) No que tange ao ativo imobilizado, o valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera obter com o uso contínuo de um ativo e com a alienação ao final da sua vida útil, ou mesmo incorrer na liquidação de um passivo, refere-se ao valor

- a) justo do bem.
- b) realizável do bem.
- c) de impairment
- d) específico do bem para a entidade.
- e) da unidade geradora de caixa.

9. (VUNESP/ ISS SJRP/Auditor Fiscal Tributário Municipal/2014) A Cia. Cruzeiro do Norte efetuou o teste de recuperabilidade do valor dos ativos (impairment test) em uma máquina de seu ativo imobilizado, tendo registrado uma perda de valor de R\$ 28.000,00. A máquina foi adquirida por R\$ 600.000,00. Na ocasião do teste, o percentual de depreciação acumulada da máquina era de 40% do valor depreciável, e a companhia estimou o valor justo da máquina em R\$ 325.000,00.

À vista do exposto, é correto afirmar que o valor em uso da referida máquina foi estimado pela companhia como correspondente, em R\$, a:

- a) 326.000,00.
- b) 322.000,00.
- c) 332.000,00.
- d) 330.000,00.
- e) 336.000,00.

10.(VUNESP/TJ PA/Analista Judiciário/Ciências Contábeis/2014) A redução nos benefícios econômicos futuros ou no potencial de serviços de um ativo que reflete o declínio na sua utilidade, além do reconhecimento sistemático por meio da depreciação, significa

- a) Reavaliação.
- b) Impairment (Redução ao valor recuperável).
- c) Ajuste a valor de mercado.
- d) Ajuste por ociosidade.
- e) Provisão para riscos e perdas.



20.2 - FCC

11. (FCC/ALAPA/Assistente Legislativo Atividade Orçamentária e Financeira/ Especialidade - Assistente de Contabilidade/2020) Em 01/01/2016, a Cia. Peso Leve adquiriu, à vista, um equipamento pelo valor de R\$ 3.400.000,00. Na data da aquisição, a vida útil definida para o equipamento foi 20 anos e o valor residual estimado foi R\$ 200.000,00. Em 01/01/2017, a Cia. reavaliou a condição de uso do equipamento, estabeleceu a vida útil remanescente em 15 anos e o novo valor residual estimado em R\$ 240.000,00. Sabendo que a Cia. Peso Leve utiliza o método das cotas constantes para cálculo da despesa de depreciação, o valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2018 foi, em reais,

- (A) 2.840.000,00.
- (B) 2.600.000,00.
- (C) 2.528.000,00.
- (D) 2.768.000,00.
- (E) 2.640.000,00.

12. (FCC/ALAPA/Assistente Legislativo Atividade Orçamentária e Financeira/ Especialidade - Assistente de Contabilidade/2020) A Cia. Investidora apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 750.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 950.000,00.
- Perda por desvalorização (impairment): R\$ 200.000,00.

Em 31/12/2018, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 1.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 700.000,00.

Com base nessas informações e sabendo-se que o ativo não corresponde a ágio pago por expectativa de resultados futuros, a Cia. Investidora

- (A) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 50.000,00.
- (B) manteve, no ativo, o valor contábil de R\$ 750.000,00.
- (C) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 250.000,00.
- (D) reconheceu, no resultado de 2018, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
- (E) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 200.000,00.

13. (FCC/Prefeitura do Recife/Analista/2019) A Cia. Incorporada tinha registrado, em 31/12/17, um ativo intangível com vida útil indefinida (marca X), cujo valor contábil de R\$ 520.000,00 era composto por:



Custo de aquisição R\$ 650.000,00.
Perda por desvalorização (reconhecida em 2016) R\$ 130.000,00.

Nesta data, antes de elaborar as demonstrações contábeis, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ativo intangível e obteve as seguintes informações:

Valor em uso R\$ 470.000,00.
Valor justo líquido de despesas de venda R\$ 670.000,00.

Com base nas informações acima, a Cia. Incorporada, em 31/12/17,

- (A) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.
- (B) não fez nenhum registro contábil.
- (C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 130.000,00.
- (D) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
- (E) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 180.000,00.

14. (FCC/ISS-MANAUS/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/2019) Em 31/12/2016, o saldo líquido da conta Intangíveis evidenciado no Balanço Patrimonial da empresa Invisível S.A. era R\$ 21.500.000,00, composto dos seguintes valores:

Custo de aquisição 25.000.000,00
(-) Amortização Acumulada (3.500.000,00)
(=) Valor contábil 21.500.000,00

As notas explicativas dessa conta apresentavam, nessa data, as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Custo de aquisição (R\$)	Amortização acumulada (R\$)	Vida útil
Patentes	17.500.000,00	3.500.000,00	20 anos
Marca adquirida	7.500.000,00	-	Indefinida
Total	25.000.000,00	3.500.000,00	-

A empresa adota o método linear para cálculo da despesa de amortização.

A empresa realizou, em 31/12/2017, o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) para os dois ativos e obteve as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Valor justo (R\$)	Valor em uso (R\$)
Patentes	Não existe	13.250.000,00
Marca adquirida	6.500.000,00	7.000.000,00

O saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis foi, em reais,

- a) 20.250.000,00.
- b) 20.125.000,00.
- c) 19.750.000,00.
- d) 19.625.000,00.
- e) 20.625.000,00.



15. (FCC/SEFAZ-BA/Auditor Fiscal/2019) Um equipamento foi adquirido à vista, em 30/06/2017, pelo custo total de R\$ 1.500.000,00. A empresa definiu sua vida útil em 8 anos, o valor líquido de venda do equipamento no final do 8º ano foi estimado em R\$ 660.000,00 e, para fins fiscais, a vida útil é definida em 10 anos. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2018, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável para o equipamento (Teste de impairment) e os valores obtidos, em 31/12/2018, para a realização desse teste foram os seguintes:

– Valor justo = R\$ 1.300.000,00

– Valor em uso = R\$ 1.325.000,00

O valor da despesa para redução ao valor recuperável (despesa por impairment) registrado na Demonstração do Resultado de 2018 foi, em reais,

- a) 42.500,00.
- b) 122.500,00.
- c) 17.500,00.
- d) 147.500,00.
- e) 175.000,00.

16. (FCC/SEFAZ-BA/Auditor Fiscal/2019) Uma patente foi adquirida em 31/12/2017 pelo valor total de R\$ 30.000.000,00. A patente poderá ser explorada pelo prazo de 20 anos e após tal período passará a ser de domínio público. Em 31/12/2018, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (Teste de impairment) utilizando-se das seguintes informações sobre a patente:

– Valor em uso da patente: R\$ 25.500.000,00.

– Valor justo da patente: R\$ 24.000.000,00.

Na apuração do resultado do ano de 2018, a empresa

a) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 3.000.000,00.

b) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.500.000,00.

c) não reconheceu nenhuma despesa por se tratar de ativo intangível que não deve ser amortizado.

d) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00, apenas.

e) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.500.000,00, apenas.

17. (FCC/SANASA/Analista Administrativo - Contabilidade/2019) NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, estabelece procedimentos que as empresas devem aplicar para assegurarem que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Nesse sentido, é INCORRETO afirmar que:



- a) Cada vez que a empresa verificar que um ativo esteja avaliado por valor não recuperável no futuro, ou seja, toda vez que houver uma projeção de geração de caixa em valor inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado, a companhia terá que fazer a baixa contábil da diferença.
- b) O ajuste para perdas por desvalorização decorre da obrigação de avaliar os ativos, no mínimo uma vez por ano, para ajustá-los a valor de sua realização, caso este seja inferior ao valor contábil.
- c) Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.
- d) Se um ativo estiver registrado contabilmente por R\$ 100.000 e seu valor recuperável for de R\$ 80.000, a empresa deve promover o registro da diferença (perda de R\$ 20.000) da seguinte forma:
Débito: Perdas por Desvalorização (conta redutora do Ativo) \$ 20.000. Crédito: Perdas por Desvalorização de Ativos (conta de resultado) \$ 20.000.
- e) Uma das metodologias para a mensuração do Valor Recuperável do Ativo é Valor em Uso, que é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo.

18.(FCC/METRO-SP/Analista Desenvolvimento Gestão Júnior-Contabilidade/2019) A empresa Jabaquara adquiriu alguns ativos da Empresa Tucuruvi em 01/jan/X0 por R\$ 2.400.000,00. Nessa data, os ativos adquiridos apresentavam os seguintes valores justos:

Terreno:..... R\$ 400.000,00
 Prédio: R\$ 600.000,00
 Máquinas e equipamentos: R\$ 900.000,00

Em 01/jul/X1, um concorrente lançou um novo produto no mercado que impactará na avaliação dos ativos elencados anteriormente, já que o novo produto revolucionou a forma de produção dos ativos da Jabaquara.

Na tabela abaixo, são apresentados os valores referentes às avaliações desses imobilizados da Jabaquara:

Ativos	Taxa de depreciação (sem valor residual)	Valor contábil líquido	Valor em uso	Valor justo
Terreno	-	R\$ 400.000,00	R\$ 415.000,00	R\$ 405.000,00
Prédio	20 anos	R\$ 555.000,00	R\$ 575.000,00	R\$ 560.000,00
Máquinas e equipamentos	1,67 anos	R\$ 630.000,00	R\$ 380.000,00	R\$ 230.000,00

O valor da perda por redução ao valor recuperável de cada um desses ativos da empresa Jabaquara, em 01/Jul/X1, é

- a) Terreno = R\$ 10.000,00; Prédio = R\$ 15.000,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 150.000,00.
- b) Terreno = R\$ 15.000,00; Prédio = R\$ 20.000,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 250.000,00.
- c) Terreno = R\$ 5.000,00; Prédio = R\$ 5.000,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 400.000,00.
- d) Terreno = R\$ 0,00; Prédio = R\$ 0,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 400.000,00.
- e) Terreno = R\$ 0,00; Prédio = R\$ 0,00; Máquinas e equipamentos = R\$ 250.000,00.



19. (FCC/DPE-AM/ Analista em Gestão/Especializado de Defensoria - Ciências Contábeis/2018) O Balanço Patrimonial de uma empresa apresentava, em 31/12/2011, o saldo contábil de R\$ 600.000,00 para um equipamento de produção, composto pelas seguintes contas, com valores em reais:

Custo de Aquisição	1.000.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(300.000,00)
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(100.000,00)
(=) Saldo Contábil	600.000,00

Em 01/01/2012, a empresa reavaliou a vida útil do equipamento para 5 anos restantes e identificou um valor residual de R\$ 50.000 no final desta nova vida útil. A empresa adota o método das cotas constantes para fins de cálculo da depreciação.

No final de 2012, para a elaboração do Balanço Patrimonial, após o reconhecimento da depreciação do referido ano, a empresa identificou os seguintes valores, em reais, para a realização do teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment):

- Valor justo líquido de despesas de venda	580.000,00
- Valor em uso	585.000,00

O saldo contábil apresentado para o equipamento, no Balanço Patrimonial de 31/12/2012, foi, em reais,

- a) 490.000,00.
- b) 570.000,00.
- c) 580.000,00.
- d) 585.000,00.
- e) 590.000,00

20. (FCC/SEGEP MA/Analista Previdenciário - Atuarial e Contábil/2018) A empresa Ilusória S.A. apresentou, no Balanço Patrimonial de 31/12/2016, o saldo de R\$ 43.000.000,00 para a conta Intangíveis, composto dos seguintes valores:

Custo de aquisição	50.000.000,00
(-) Amortização Acumulada	(7.000.000,00)
(=) Saldo da conta	43.000.000,00

As informações sobre os ativos intangíveis são apresentadas na tabela abaixo:

Tipo de Ativo Intangível	Custo de aquisição (R\$)	Amortização acumulada (R\$)	Vida útil
Concessão	35.000.000,00	7.000.000,00	20 anos
Marca adquirida	15.000.000,00	-	Indefinida
Total	50.000.000,00	7.000.000,00	-

Em 31/12/2017, após o cálculo da amortização, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") para os dois itens componentes e obteve as seguintes informações:



Tipo de Ativo Intangível	Valor justo líquido das despesas de venda (R\$)	Valor em uso (R\$)
Concessão	Não existe	26.500.000,00
Marca adquirida	13.000.000,00	14.000.000,00

O saldo a ser apresentado para a conta Intangíveis no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 da empresa Ilusória S.A. deveria ser, em reais,

- a) 40.500.000,00.
- b) 40.250.000,00.
- c) 39.500.000,00.
- d) 39.250.000,00.
- e) 41.250.000,00.

21. (FCC/SEGEP MA/Analista Previdenciário - Financeira e Contábil/2018) A Cia. Perdas & Ganhos apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 5.000.000,00, composto pelos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 7.000.000,00.
- Perda por desvalorização (impairment): R\$ 2.000.000,00.

Em 31/12/2017, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 8.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 4.500.000,00.

Com base nestas informações, nas demonstrações contábeis de 2017 a Cia. Perdas & Ganhos

- a) não fez nenhum ajuste e manteve o valor contábil de R\$ 5.000.000,00.
- b) reconheceu, no resultado, um ganho no valor de R\$ 3.000.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 8.000.000,00.
- c) reconheceu, no resultado, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 500.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 4.500.000,00.
- d) reconheceu, no resultado, um ganho no valor de R\$ 2.000.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 8.000.000,00.
- e) reconheceu, no resultado, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 2.500.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 4.500.000,00.

22. (FCC/CL-DF/Consultor Técnico Legislativo - Contador/2018) A Cia. Metais Pesados possuía, em 31/12/2017, uma patente com vida útil indefinida, a qual estava contabilizada por R\$ 730.000,00, composto dos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 880.000,00
- Perda por desvalorização (reconhecida em 2016): R\$ 150.000,00



Em dezembro de 2017, a Cia. realizou novamente o Teste de Recuperabilidade do Ativo (Teste de Impairment) e obteve as seguintes

informações:

- Valor em uso da patente: R\$ 940.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da patente: R\$ 670.000,00.

Sabendo que as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida, a Cia. Metais Pesados, em dezembro em de 2017,

- a) não alterou o valor contábil da Patente.
- b) reconheceu perda por desvalorização no valor de R\$ 60.000,00.
- c) reconheceu um ganho no valor de R\$ 210.000,00.
- d) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.
- e) reconheceu um ganho no valor de R\$ 60.000,00.

23.(FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Uma empresa adquiriu uma marca que poderá ser explorada pelo prazo de 10 anos, não podendo ser revendida no final deste prazo. O preço pago foi R\$ 5.000.000,00 e a aquisição ocorreu em 31/12/2016. Em 31/12/2017, antes do fechamento das Demonstrações Contábeis, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") e obteve as seguintes informações sobre a marca adquirida:

- Valor em uso da marca: R\$ 4.200.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 4.000.000,00.

Com base nessas informações, no resultado de 2017 a empresa deveria ter reconhecido uma

- (A) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00, apenas.
- (B) perda por desvalorização no valor de R\$ 1.000.000,00, apenas.
- (C) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 500.000,00.
- (D) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 300.000,00.
- (E) perda por desvalorização no valor de R\$ 800.000,00, apenas.

24. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Em 28/02/2017, a empresa Monta e Desmonta comprou uma nova máquina no valor de R\$ 160.000,00, à vista, com vida útil econômica estimada de 5 anos e valor residual de R\$ 10.000,00. Em 31/12/2017, após utilizar a máquina por 10 meses, a empresa Monta e Desmonta reavaliou a vida útil econômica remanescente da máquina em 40 meses e valor residual de R\$ 15.000,00. Em 31/10/2018, a empresa Monta e Desmonta decidiu vender esta máquina por R\$ 130.000,00, à vista. Com base nessas informações, o resultado obtido pela empresa Monta e Desmonta com a venda da máquina foi, em reais,



- (A) 25.000,00, de ganho.
- (B) 28.000,00, de ganho.
- (C) 5.000,00, de prejuízo.
- (D) 5.000,00, de ganho.
- (E) 40.000,00, de ganho.

25. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) A Cia. das Tintas apresentava, em seu balanço patrimonial de 31/12/2017, um ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 880.000,00 e composto por:

Custo: R\$ 990.000,00.

Perda por desvalorização reconhecida (em 2016): R\$ 110.000,00.

Em 31/12/2017, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ágio (teste de "impairment") e obteve as seguintes informações:

– Valor em uso: R\$ 1.050.000,00.

– Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 830.000,00.

Com base nessas informações, o valor que a Cia. das Tintas apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para este ativo (ágio) foi, em reais,

- A) 1.050.000,00.
- B) 830.000,00.
- C) 990.000,00.
- D) 770.000,00.
- E) 880.000,00.

26. (FCC/SEFAZ GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2018) A Cia. A apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 1.500.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:

– Custo de aquisição: R\$ 1.900.000,00.

– Perda por desvalorização ("impairment"): R\$ 400.000,00.

Em 31/12/2017 a empresa realizou o teste de recuperabilidade ("impairment") para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

– Valor em uso: R\$ 2.000.000,00.

– Valor justo líquido das despesas de venda: R\$1.400.000,00.

Com base nestas informações, nas demonstrações contábeis de 2017, a Cia. A deveria ter

- a) mantido o valor contábil de R\$ 1.500.000,00.
- b) reconhecido um ganho no valor de R\$ 500.000,00.
- c) reconhecido uma perda por desvalorização no valor de R\$ 100.000,00.
- d) reconhecido um ganho no valor de R\$ 100.000,00.



e) reconhecido um ganho no valor de R\$ 400.000,00.

27. (FCC/Prefeitura de São Luís /Auditor de Tributos Municipais/2018) Uma empresa adquiriu o direito sobre uma tecnologia e definiu que a vida útil esperada pela sua utilização será de 15 anos. O valor pago foi R\$ 30.000.000,00 e, quando terminar o prazo de vida útil, o ativo não apresentará valor para negociação. O início de utilização do direito foi em 31/12/2014 e no final de 2015 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment"), utilizando-se das seguintes informações:

- Valor em uso da tecnologia R\$ 25.700.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da tecnologia R\$ 24.000.000,00.

Na demonstração do resultado do ano de 2015 a empresa

(A) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 2.300.000,00.

(B) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.000.000,00.

(C) não reconheceu nenhuma despesa de amortização e reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.700.000,00.

(D) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00, apenas.

(E) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.300.000,00, apenas.

28. (FCC/AL-SE/Analista Legislativo/Contabilidade/2018) A Cia. Papa Legus possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida, cujo valor contábil de R\$ 1.200.000,00 era composto dos seguintes valores em reais:

Custo de Aquisição	1.500.000,00
Perda por Desvalorização	(300.000,00)

Em dezembro de 2017, a Cia. realizou novamente o teste de recuperabilidade do ativo (Teste de Impairment) e obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Valor em uso	1.100.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	1.600.000,00

As evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida.

Com base nestas informações, a Cia. Papa Legus, em dezembro de 2017,

(A) não fez nenhum registro.

(B) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 100.000,00.

(C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 400.000,00.

(D) reconheceu um ganho no valor de R\$ 300.000,00.

(E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 100.000,00



29. (FCC/SABESP/Analista Contabilidade/2018) A Cia. de Águas Marítimas adquiriu um estoque de mercadorias para revenda no valor de R\$ 500.000,00. A compra foi realizada no dia 30/12/2017, o prazo para pagamento concedido pelo fornecedor foi de 300 dias e sabe-se que o preço das mercadorias seria R\$ 453.000,00 se a compra fosse efetuada à vista. A Cia. de Águas Marítimas pagou, adicionalmente, R\$ 7.000,00 referente a frete e seguro para retirada das mercadorias junto ao fornecedor. A Cia. possui um estudo estatístico confiável e auditado por empresa independente e avalia, por este modelo, que as perdas de estoque, em função do seu processo de armazenagem e distribuição, representa 2% do valor total de cada compra. Com base nestas informações, os valores líquidos reconhecidos pela Cia. de Águas Marítimas nas demonstrações contábeis de 2017 foram:

- (A) Estoque = 453.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00; Despesa com Frete = 7.000,00; Despesa Financeira = 47.000,00.
- (B) Estoque = 443.940,00; Fornecedores a Pagar = 453.000,00; Despesa com Frete = 7.000,00; Despesa com Impairment = 9.060,00.
- (C) Estoque = 507.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00.
- (D) Estoque = 450.800,00; Fornecedores a Pagar = 453.000,00; Despesa com Impairment = 9.200,00.
- (E) Estoque = 460.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00; Despesa Financeira = 47.000,00.

30. (FCC/Analista/TRT 2ª/2018) A Cia. dos Direitos possuía, em 31/12/16, um ativo intangível com vida útil indefinida correspondente a ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 730.000,00 composto por:

- Custo de aquisição: R\$ 880.000,00
- Perda por desvalorização reconhecida em 2016: R\$ 150.000,00

Em 31/12/17, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 900.000,00
- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 700.000,00

Com base nas informações acima, a Cia. dos Direitos, em 31/12/17,

- (A) manteve o valor contábil de R\$ 730.000,00.
- (B) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.
- (C) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 30.000,00.
- (D) reconheceu um ganho no valor de R\$ 170.000,00.
- (E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 20.000,00.



31.(FCC/SABESP/Analista Contabilidade/2018) Em 31/12/2015 uma empresa adquiriu uma patente por R\$ 10.000.000,00 e poderá explorá-la pelo prazo de 20 anos. No final do prazo de exploração a patente passa a ser de domínio público e, portanto, não terá valor residual para a empresa. No final do ano de 2016 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") e obteve as seguintes informações sobre a patente:

- Valor em uso da patente R\$ 8.750.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da patente R\$ 8.000.000,00.

Na demonstração do resultado do ano de 2016, a empresa deveria

- (A) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00, apenas.
- (B) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.250.000,00, apenas.
- (C) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 750.000,00.
- (D) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.500.000,00.
- (E) não reconhecer nenhuma despesa por se tratar de ativo intangível que não deve ser amortizado.

32.(FCC/Analista/TRF 5ª/2017)A Cia. Investidora possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida – ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 550.000,00, o qual era composto por:

Custo de aquisição: R\$ 740.000,00

Perda por desvalorização reconhecida (em 2015): R\$ 190.000,00

Em 31/12/16, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ágio (teste de impairment) e obteve as seguintes informações:

Valor em uso: R\$ 580.000,00.

Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 480.000,00.

O valor que a Cia. Investidora apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016, para este ativo (ágio) foi, em reais,

- (A) 450.000,00.
- (B) 580.000,00.
- (C) 550.000,00.
- (D) 480.000,00.
- (E) 740.000,00.



33. (FCC/Especialista/ARTESP/2017) A Cia. Débito e Crédito S.A. possuía um imobilizado para suas atividades operacionais. Os saldos das contas referentes ao ativo, em 31/12/2016, estão demonstrados abaixo.

Imobilizado (custo total de aquisição):	R\$ 400.000,00
(-) Depreciação acumulada:	R\$ 100.000,00
(=) Valor do ativo:	R\$ 300.000,00

Em 31/12/2016 foi realizado o teste de impairment, obtendo os seguintes valores:

Valor em uso do ativo:	R\$ 350.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda:	R\$ 320.000,00

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2016, a empresa

- (A) reconheceu um ganho por valorização no valor de R\$ 20.000,00.
- (B) reconheceu um ganho por valorização no valor de R\$ 50.000,00.
- (C) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 80.000,00.
- (D) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
- (E) não reconheceu perda ou ganho por impairment.

34. (FCC/DRE-RS/Analista Judiciário – Contabilidade/2017) A Cia. Industrial possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida. Os valores evidenciados para este ativo, nesta data, são apresentados a seguir:

Custo de aquisição	R\$ 800.000,00
(-) Ajuste por "impairment" (calculada em 2015)	(R\$ 300.000,00)
(=) Valor contábil do ativo	R\$ 500.000,00

Ao realizar o teste de redução ao valor recuperável de ativos (teste de "impairment"), a Cia. obteve as seguintes informações a respeito desse ativo em 31/12/2016:

Valor em uso	R\$ 650.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	R\$ 550.000,00

O valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 para este ativo foi, em reais,

- a) 600.000,00
- b) 650.000,00
- c) 550.000,00
- d) 500.000,00
- e) 800.000,00

35. (FCC/AL-MS/Contador/2016) A Cia. Só Ativos possuía, em 30/06/2016, uma patente classificada como ativo Intangível com vida útil indefinida cujo valor contábil era R\$ 1.300.000,00, o qual era composto por:



Custo de aquisição R\$ 1.500.000,00.

Perda por desvalorização (reconhecida em junho 2015) R\$ 200.000,00.

Em junho de 2016, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

Valor em uso R\$ 1.550.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda R\$ 1.280.000,00.

Complementarmente, as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continuava indefinida. Com base nestas informações, a Cia. Só Ativos, em junho de 2016,

a) não fez qualquer registro.

b) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 20.000,00.

c) reconheceu uma receita no valor de R\$ 250.000,00.

d) reconheceu uma receita no valor de R\$ 200.000,00.

e) reconheceu uma receita no valor de R\$ 50.000,00.

36. (FCC/ELETROSUL/Profissional de Nível Superior - Ciências Contábeis/2016) A Empresa Cromo S.A. avaliou sua unidade geradora de caixa para verificar a existência de perda de valor recuperável.

Considere que a empresa identificou os seguintes valores para esta unidade:

Valores históricos da UGC R\$ 1.000.000,00

Depreciação Acumulada R\$ 270.000,00

Valor do Fluxo de Caixa Descontado da UGC R\$ 685.000,00

Valor de venda da UGC R\$ 730.000,00

É correto afirmar que

a) a perda de valor recuperável é de R\$ 45.000,00.

b) não há perda de valor recuperável.

c) a perda de valor recuperável é de R\$ 270.000,00.

d) a perda de valor recuperável é de R\$ 315.000,00.

e) o novo valor a ser atribuído para a UGC é de R\$ 685.000,00.

37.(FCC/ELETROSUL/Profissional de Nível Superior - Ciências Contábeis/2016) A empresa Atualiza S.A. precisa fazer o teste de recuperabilidade de sua unidade geradora de caixa "Cobre", por estar com indícios de perda de valor recuperável.

O Fluxo de Caixa apresentado para o negócio nos próximos 3 anos é:

Entradas de fluxos de caixa R\$ 1.000,00

Taxa 3% a.a.

O valor da unidade geradora de caixa, pelo critério do Fluxo de Caixa Descontado, em reais, é

a) 2.828,61.



- b) 2.746,22.
- c) 2.913,47.
- d) 3.183,63.
- e) 3.000,00.

38. (FCC/SEFAZ MA/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2016) Um equipamento foi adquirido à vista por R\$ 10.000.000,00 em 31/03/2015 e a empresa definiu sua vida útil em 8 anos. O valor realizável líquido de despesa de venda do equipamento no final do prazo de vida útil para a empresa foi estimado em R\$ 4.000.000,00 e, para fins fiscais, a vida útil é definida em 10 anos. No final do ano de 2015, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável para o equipamento (teste de impairment) e os valores obtidos em 31/12/2015 para a realização do teste para o equipamento foram:

- Valor justo líquido de despesa de venda = R\$ 9.200.000,00
- Valor em uso = R\$ 9.300.000,00

Sabendo-se que a empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação, o valor total que impactou negativamente o resultado de 2015, exclusivamente em relação ao equipamento, foi, em reais:

- (A) 937.500,00.
- (B) 450.000,00.
- (C) 750.000,00.
- (D) 562.500,00.
- (E) 700.000,00.

39. (FCC/ISS-Teresina/Auditor Fiscal/2016) Determinada empresa adquiriu, em 31/12/2013, uma máquina por R\$ 400.000,00, à vista. A vida útil estimada pela empresa para a máquina, na data da aquisição, era 4 anos e o valor residual estimado em R\$ 40.000,00. Em 31/12/2014, a empresa reavaliou a vida útil remanescente da máquina para 5 anos e reestimou o valor residual, no final da nova vida útil, em R\$ 10.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação. Em 31/12/2015, a empresa realizou o teste de recuperabilidade do ativo (teste de impairment) e, para isto, obteve as seguintes informações sobre a máquina:

- Valor em uso: R\$ 280.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 230.000,00.

Com base nestas informações, o valor contábil da máquina apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2015, foi, em reais,

- a) 280.000,00.
- b) 230.000,00.
- c) 270.000,00.



- d) 250.000,00.
- e) 240.000,00.

40. (FCC/SEFAZ MA/Técnico da Receita Estadual/2016) A empresa Volver S.A. adquiriu uma máquina em 31/12/2013 por R\$ 2.000.000,00, data em que a vida útil econômica e o valor residual foram estimados, respectivamente, em 9 anos e R\$ 380.000,00. Em 31/12/2015, a empresa Volver S.A. realizou o teste de impairment da máquina e constatou que o seu valor em uso era R\$ 1.600.000,00 e o seu valor justo líquido das despesas de vendas era R\$1.550.000,00. A empresa utiliza o método das cotas constantes para calcular a despesa de depreciação anual da máquina e não foram realizadas reestimativas da vida útil econômica e do valor residual. Sabendo que, antes de 31/12/2015, não foi reconhecida qualquer perda por impairment, o valor contábil da máquina em 31/12/2015 foi, em reais, de

- a) 1.640.000,00.
- b) 1.600.000,00.
- c) 1.550.000,00.
- d) 1.620.000,00.
- e) 1.260.000,00.

41. (FCC/SEFAZ MA/Técnico da Receita Estadual/2016) O Valor Recuperável de um determinado ativo é o

- a) menor entre o seu valor de reposição e o seu custo histórico.
- b) menor entre o seu valor justo líquido das despesas de venda e o seu custo histórico.
- c) menor entre o seu valor realizável líquido e o seu valor contábil.
- d) maior entre o seu valor justo líquido das despesas de venda e o seu valor em uso.
- e) maior entre o seu valor em uso e o seu valor contábil líquido.

42. (FCC/ARSETE/Técnico de Nível Superior - Contador/2016) A Cia. Investidora possuía, em 31/12/2015, em seu Balanço Patrimonial, um ativo intangível com vida útil indefinida (ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura), cujo valor contábil era R\$ 250.000,00, composto por:

- Valor de custo: R\$ 350.000,00.
- Perda por desvalorização reconhecida (em 2014): R\$ 100.000,00

Antes de encerrar o exercício social de 2015, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 280.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 240.000,00.

Com base nas informações acima, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Investidora, em 31/12/2015, para este ativo foi, em reais,

- a) 250.000,00.



- b) 280.000,00.
- c) 240.000,00.
- d) 350.000,00.
- e) 210.000,00.

43. (FCC/PGM Teresina/Técnico de Nível Superior - Contador/2016) Em 30/06/2015 a empresa Equipada com Tecnologia S.A. adquiriu, à vista, um equipamento industrial pelo valor de R\$ 2.000.000,00. A empresa definiu a vida útil do equipamento em 5 anos, e o valor líquido de venda esperado para o equipamento, no final do 5º ano, foi estimado em R\$ 800.000,00. Como o equipamento é utilizado de forma contínua e sem interrupção, a empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação e a vida útil para fins fiscais é definida pela Receita Federal em 10 anos. No final de 2015 a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo (teste de "impairment") para o equipamento, utilizando-se dos seguintes valores disponíveis em 31/12/2015:

- Valor justo líquido das despesas de venda = R\$ 1.860.000,00
- Valor em uso = R\$ 1.870.000,00

O valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2015 foi, em reais,

- a) 1.940.000,00.
- b) 1.900.000,00.
- c) 1.880.000,00.
- d) 1.860.000,00.
- e) 1.870.000,00.

44. (FCC/CREMESP/Analista de Gestão Financeira e Contábil/2016) A empresa Genipabu S.A. possuía um imóvel cujo valor contábil era R\$ 50.000,00 (Custo de aquisição – Depreciação acumulada). Ao fazer o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment), a empresa verificou que o valor justo líquido das despesas de venda diminuiu bastante. Os engenheiros avaliaram que o valor em uso do imóvel era R\$ 40.000,00. Sabendo que o valor justo líquido das despesas de venda era R\$ 37.000,00, é correto afirmar que, na data em que o teste de impairment foi realizado,

- a) houve um ganho por valorização de R\$ 3.000,00.
- b) houve um perda por desvalorização de R\$ 3.000,00.
- c) houve uma perda por desvalorização de R\$ 13.000,00.
- d) houve uma perda por desvalorização de R\$ 10.000,00.
- e) não houve perda nem ganho no teste de impairment do bem.



45.(FCC/SEFAZ PI/Auditor Tributário/2015) Em 30/09/2012, uma empresa adquiriu veículos pelo valor de R\$ 180.000,00. Todos os veículos têm vida útil econômica de 5 anos para a empresa e o valor residual estimado para todos os veículos, em conjunto, no final do 5º ano é R\$ 30.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2012, a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo ("impairment") para os bens do ativo imobilizado e identificou os valores disponíveis, conforme a tabela a seguir, referentes aos veículos adquiridos em 30/09/2012:

Data	Valor Justo	Valor em uso
31/12/2012	R\$ 155.000,00	R\$ 170.000,00

O valor contábil dos veículos, considerados em conjunto, evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2012 foi, em reais:

- a) 172.500,00
- b) 180.000,00
- c) 155.000,00
- d) 170.000,00
- e) 171.000,00



21. GABARITO



GABARITO

- | | |
|-------|-------|
| 1. B | 24. A |
| 2. E | 25. E |
| 3. D | 26. E |
| 4. D | 27. A |
| 5. D | 28. D |
| 6. D | 29. D |
| 7. E | 30. A |
| 8. D | 31. C |
| 9. C | 32. C |
| 10. B | 33. E |
| 11. A | 34. B |
| 12. E | 35. D |
| 13. C | 36. B |
| 14. B | 37. A |
| 15. E | 38. E |
| 16. A | 39. D |
| 17. D | 40. B |
| 18. E | 41. D |
| 19. B | 42. A |
| 20. B | 43. E |
| 21. D | 44. D |
| 22. D | 45. D |
| 23. D | |



22. RESUMO



1) O que é o teste de recuperabilidade? Um procedimento aplicados a ativos imobilizados e intangíveis que tem o fito de assegurar que ativos não estejam avaliados por valores superiores ao de recuperação.

2) Saber o artigo 183, parágrafo 3º.

3) Saber o conceito de valor recuperável, valor justo líquido de despesa de venda e valor em uso.

4) Valor recuperável é o maior entre valor justo e valor em uso.

5) Saber a periodicidade de realização do teste de recuperabilidade: se houver indícios, no término do período de reporte. Mas, independente disso, anualmente, para: goodwill, ativo intangível com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso.

6) Saber os passos para calcular o teste de recuperabilidade:

a) Encontramos o valor contábil na data em que será feita a comparação.

b) Encontramos o valor recuperável: **maior** entre valor justo e valor em uso.

b.1) Valor justo líquido de despesa de venda: Encontramos o valor pelo qual o ativo poderia ser vendido no mercado e retiramos as despesas de venda.

b.2) Valor em uso: Pegamos o valor que podemos obter com a venda de produtos oriundos deste ativo, trazendo a valor presente (a questão dará uma taxa de desconto). Somamos a isso o valor pelo qual podemos vender o ativo no final do período.

$$\text{Valor de uso} = \sum \left(\frac{\text{Fluxos de Caixa Esperados em } n}{(1+i)^n} \right)$$

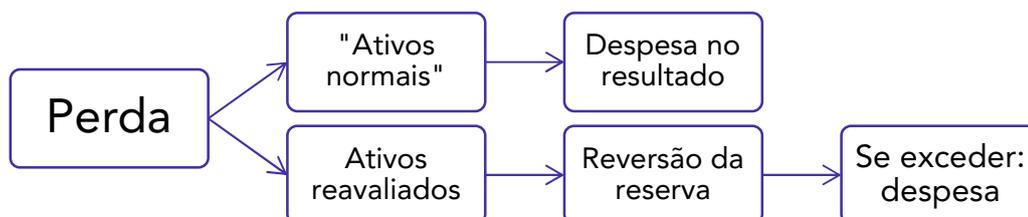
c) Comparamos o valor recuperável com o valor contábil:

c.1) Valor contábil maior que valor recuperável: fazemos a redução do valor.

c.2) Valor contábil menor que valor recuperável: nada há que ser feito, em homenagem ao princípio da prudência.



Principais indicadores de desvalorização	
Indicadores externos	Indicadores internos
Valor do ativo diminuiu mais do que o normal	Obsolescência ou dano físico do ativo
Mudanças tecnológicas	Mudanças dentro da estrutura da sociedade
Taxas de juros aumentaram	Desempenho pior que o esperado
Valor contábil do PL é maior que o valor de mercado	



d) A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.

e) A reversão da perda por desvalorização não pode resultar em elevação do valor contábil do ativo acima do valor original.

f) A reversão será reconhecida no resultado (como receita) ou como reversão da reserva de reavaliação, se o ativo tiver sido reavaliado.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.